

Diário de Lisboa

FUNDADOR: JOAQUIM MANSO DIRECTOR: A. RUELLA RAMOS

SEXTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1973 — N.º 18103 — ANO 53.º — PREÇO 1\$50



Quando três jovens chineses mascarados assaltaram um banco de San Francisco, a câmara de televisão registou o momento exacto em que um dos assaltantes tentava destruí-la. Apesar de terem acertado na máquina três tiros isso não impediu que esta continuasse a captar as imagens. Os três chineses fugiram com mais de cinco mil dólares. Suspeitos de participarem noutros assaltos, a FBI considera o trio «extremamente perigoso». (Telefoto-Telimprensa-DL).

BREJNEV EM BONN: VISITA HISTÓRICA

BONN, 18 (R.) — o dirigente soviético Leonidas Brejnev chega esta manhã a Bonn para uma histórica visita que virá a página nas relações germano-soviéticas e durante a qual efectuará importantes conversações com o chanceler Willy Brandt.

É a primeira visita de um dirigente soviético a Alemanha Ocidental e apenas a segunda que Brejnev faz ao Ocidente desde que assumiu a chefia do Partido Comunista soviético em 1964. Em Moscovo a sua vinda a Bonn é considerada como o início de uma nova era de amizade e cooperação e um importante factor no clima de desanuviamento das relações internacionais.

Entretanto, devido ao receio de manifestações hostis, quer de elementos da extrema direita quer de maoístas alemães, contra Brejnev, as autoridades federais montaram um forte dispositivo de segurança. Centenas de polícias armados, apoiados por carros blindados cercam o edifício onde Brejnev e Willy Brandt iniciarão hoje a primeira de uma série de conversações políticas sobre

problemas europeus, internacionais e bilaterais.

Numa entrevista gravada em Moscovo e transmitida ontem à noite pela televisão alemã, Brejnev disse que ele e o chanceler vão prosseguir com as diligências já iniciadas no sen-

tido de melhorar as relações germano-soviéticas.

Procurando aparentemente tranquilizar os dirigentes da Alemanha Oriental, Brejnev salientou que essa melhoria de relações não será alcançada à custa de terceiros e será antes

feita para benefício de todos.

O dirigente soviético permanecerá na Alemanha Ocidental até terça-feira, visitando a região industrial de Dortmund na segunda-feira, onde os maoístas ameaçam realizar manifestações hostis.



O jornalista Peter Niesewand, que foi recentemente libertado pelas autoridades rodesianas e se encontra no exílio em Inglaterra voltou a reunir-se à mulher e ao filho, quando da chegada destes ao aeroporto de Londres. O jornalista, que foi posto em liberdade na condição de nada divulgar sobre o processo do seu julgamento, prepara-se para publicar um livro intitulado «Porta fechada» em que narrará a sua experiência rodesiana. No documento dactilografado e assinado por Niesewand foi omitido, involuntariamente, o verbo «divulgar», baseado nessa omissão, o jornalista considera-se sem compromisso. (Telefoto UPI-Telimprensa-DL).

Barradas posto à margem



Luis Barradas, que participou, como actor, em dois filmes do nosso «cinema novo» («O Recado», de Fonseca e Costa, e «A Promessa», de António Macedo), esteve em Cannes e trouxe muito que contar. Incompreensivelmente, foi posto à margem pelos responsáveis pela delegação portuguesa, sem que nada o justificasse. (Pág. 8).

NO ULSTER NOITE SANGRENTA -SETE MORTOS

BELFAST, 18 (R.) — Quatro soldados foram mortos e outro ficou gravemente ferido devido à explosão de um carro armadilha esta madrugada em Omagh, elevando-se a sete o total de pessoas mortas durante uma das noites mais sangrentas registadas na Irlanda do Norte desde há muito tempo.

As outras vítimas foram um negociante de gado abatido perto da fronteira da república irlandesa, um católico abatido quando se encontrava num «pub» e uma garota de 14 anos que veio a falecer no hospital depois de ter sido atingida durante uma troca de tiros.

Os soldados vitimados pela armadilha explosiva não se encontravam de serviço e tinham ido a um baile. À saída da festa meteram-se no seu carro e aparentemente quando a ignição foi ligada o engenho explodiu, destruindo o automóvel e projectando os corpos dos ocupantes a vários metros.

Os incidentes desta madrugada elevaram a 794 o total de pessoas mortas devido à luta na Irlanda do Norte nos últimos quatro anos, figurando en-

tre as vítimas 184 soldados britânicos.

Entretanto os pilotos da aviação comercial britânica deverão decidir hoje se continuam ou não a efectuar voos para Belfast em virtude do I.R.A. ter ameaçado efectuar actos de sabotagem e atacar aviões comerciais.

EM LISBOA

SUBIRAM OS PREÇOS

Estatísticas publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística revelam que os preços por grosso aumentaram de 7,5 por cento em Lisboa,

É DO 'MONDE' O MELHOR REPÓRTER DE FRANÇA

No meio das dificuldades de que está erigida a vida do jornalista e, numa perspectiva mais ampla, a das redacções e da própria imprensa em geral, sucedem por vezes factos consoladores. E entre estes deve incluir-se aquele de que nos dá notícia a France Presse: o nosso camarada Jean Claude Pomonti, de «Le Monde», foi considerado o «melhor re-

porter francês do ano», pelo que recebeu o Prémio Albert Londres. Como se sabe, o «Diário de Lisboa» mantém estreitas relações com aquele jornal francês, de que detém o exclusivo em Portugal, pelo que a distinção agora conferida a Pomonti vem premiar o trabalho de «um dos nossos».

Jean Claude Pomonti fez o ano passado, uma série de reportagens na Indochina.

matérias-primas não alimentares, excepto combustíveis, 13,4; combustíveis e lubrificantes, 6,1; produtos manufacturados, 11,9. Sobre a origem dos produtos foram apurados os seguintes índices de aumento: produtos da metrópole, 8,9 por cento; produtos do estrangeiro, 5,3; produtos do ultramar, 6,2; produtos fabricados na metrópole a partir de matérias-primas importadas, 2,2 por cento. Para efectuar estes cálculos o I.N.E. serve-se de uma base relativa a 1948.

A auto-estrada Lisboa-Cascais começa a constituir-se em Setembro -revela o 'Motor' (Pág. 9)

EDIÇÃO DE 32 PÁGINAS INCLUINDO 'MESA REDONDA'

DL/NACIONAL

TACO-A-TACO

CAMÕES CONTRA D. MANUEL NA FINALÍSSIMA

Num Maria Matos sem claque, cartazes, nem cantigas, o Liceu Camões venceu (eliminou) ontem à noite, o de Cascais, na corrida para a grande final de amanhã, em que defrontará o Liceu D. Manuel II, do Porto.

Este «joguinho» suplementar deveu-se ao facto de o júri — em virtude do protesto de Cascais — ter considerado nula a pergunta n.º 70, da primeira eliminatória entre as duas equipas. Tratava-se da maior jazida de

ferro do Estado de Angola.

Feitas as quatro perguntas, previstas no Regulamento da competição, verificou-se novo empate, pelo que se recorreu ao tempo gasto por cada um dos «times». O mais rápido a responder, nas eliminatórias (incluindo a de ontem) seria considerado vencedor. Feitas as contas pelo júri, verificou-se que as cabeças mais rápidas pertenciam aos «atletas» do Camões; responderam a 14 perguntas em 86 segundos, contra 153 do Cas-

cais.

Findo o prélio — durou 15 minutos — os lisboetas trataram de requisitar 132 bilhetes para a «claque» enquanto que os representantes de Cascais se retiravam imediatamente, acompanhados do respectivo reitor e ignorando a confraternização planejada pelos adversários. Falta de desportivismo, é o que é...

Entretanto parece que o reitor do Liceu de Cascais quer dar conferência de Imprensa para apresentar razões!

"TEEN-AGERS /73"

TROIA - UM LUGAR DE ELEIÇÃO ONDE A ELEIÇÃO SERÁ FEITA

Troia. Eis um lugar que já era apontado por todos como sendo de eleição e, agora, ainda o é mais. O excelente empreendimento turístico que a Torralta aí fez construir deu a Troia as condições de que a península necessitava para corresponder às solicitações dos turistas que a ela afluem cada vez em maior número.

Porque o resto, Troia já tinha: a água estupenda, a areia limpa, as árvores perto. E o que Troia tinha, como é evidente, continua a ter. Apenas melhorado. Apenas mais de acordo com as exigências de uma vida moderna.

Pois é precisamente em Troia que se vai realizar a final do concurso para a eleição da Princesa Portuguesa das «Teen-agers», uma iniciativa do «Diário de Lisboa» que, à semelhança do que tem vindo a acontecer em anteriores edições do certame, procura escolher uma rapariga portuguesa que seja representativa da juventude actual, que esteja informada sobre o que se passa à sua volta, que viva os problemas das raparigas do seu tempo.

Nem tudo se passará, porém, em Troia. Antes, no dia 28 do corrente mês, no edifício da Bayer, empresa que também colabora nesta iniciativa



As concorrentes do ano passado com a «Princesa» do ano anterior.

do nosso jornal, haverá uma prova de selecção da qual sairão as 10 finalistas, as quais passarão todo o dia 2 de Junho em Troia, onde almoçarão com os membros do júri e onde efectuarão a última das provas: a definitiva, a que permitirá a designação da «teen-ager» portuguesa que, entre 9 e 16 de Junho próximo, irá disputar o título de «Princesa Mundial» em três cidades da Turquia: Ancara, Esmirna e Istambul.

Portanto, e para as «teen-agers» portuguesas inte-

ressadas em concorrer ao certame, sempre lhes dizemos que, para o fazer, basta recortar o cupão que publicamos nesta mesma página e enviá-lo, acompanhado de uma foto, para «Diário de Lisboa — Teen Agers — Rua Castilho, 185, 1.º — Lisboa». Não importa que a foto seja a cores ou a preto e branco.

Uma questão fundamental: só poderão inscrever-se as raparigas nascidas entre 30-6-54 e 1-6-59, devendo as candidatas ser solteiras.

Abonos em caso de impedimento de trabalho

O direito ao abono de família subsiste, para além de outros,

Apelo de Ralph Nader

Ralph Nader lançou um apelo dirigido às organizações europeias de consumidores para que colaborem entre si e com as dos Estados Unidos. A CEE, «controlada pelos industriais, não faz nada pelos consumidores que devem contar com eles mesmos», declarou o advogado americano.

nos impedimentos para o trabalho por motivo de incapacidade temporária resultante de acidente de trabalho ou doença profissional, durante o cumprimento do serviço militar obrigatório e enquanto durarem os impedimentos para o trabalho por motivo de doença normal comprovada, de que resulte direito a subsídio pecuniário de doença do regime especial de Previdência das Casas do Povo — diz-se no despacho do secretário de Estado do Trabalho e Previdência de 19 de Março de 1973, agora publicado no «Diário do Gover-

no», III série, e de harmonia com o disposto na Lei n.º 2144, de 29 de Maio de 1969, no Decreto-Lei n.º 49 216, de 30 de Agosto do mesmo ano.

Ainda segundo a letra deste despacho, também têm entrada para o cómputo do valor mensal do abono a atribuir aos beneficiários deste regime especial os referidos períodos, em que o trabalhador se encontra impedido de prestar serviço por aqueles motivos.

Todavia, não têm sido considerados aqueles períodos de tempo na contagem dos quarenta dias nos três meses anteriores, necessários para que haja lugar no processamento de abono, em consequência das situações de impedimento temporário que o conferem e o reinício do mesmo direito, após a cessação daquelas situações e a reintegração na actividade laboral.

Pretende-se agora manter uma certa continuidade no processamento do abono de família durante aquele período de transição.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Julho próximo.

ROMA

GRUPO D - 18 ANOS

ESTREIA
HOJE
AS 21,45 H.OS JOVENS
FIGURES

I GIOVANI FIGURES

... QUANDO A MOÇIDADE PROCURA DEMONSTRAR QUE NA HERANÇA DE UM MUNDO EM DECADÊNCIA A IRREVERÊNCIA DOS SEUS ACTOS PODE CONDUZIR A UM FIM DIGNO!



HELMUT BERGER - LUCA DELLA PORTA

Realização de ANTONIO LEONVIOLA

EASTMANCOLOR

Em complemento: o excelente documentário

SUAZILÂNDIA — color

SINDICATO NACIONAL DOS CAIXEIROS
E PROFISSÕES SIMILARES
DO DISTRITO DE LISBOA

A V I S O

Dia 18 às 21,30 horas

NA VOZ DO OPERÁRIO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

— QUE NINGUÉM FALTE —

VAMOS DISCUTIR O SEGUINTE:

- 1.º — Posição a tomar sobre períodos de abertura.
- 2.º — O atraso na homologação das quotas.
- 3.º — Informações sobre contratos e em especial do ramo retalhista (distribuíremos os resumos deste contrato).

Lisboa, 17 de Maio de 1973

A DIRECÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Secretaria de Estado da Instrução e Cultura

Direcção-Geral dos Assuntos Culturais

TEATRO NACIONAL DE S. CARLOS

TEMPORADA DE BAILADO DE 1973
(de 30 de Maio a 3 de Junho)

BATSHEVA DANCE COMPANY

VENDA AVULSO

Bilheteira aberta das 13 às 19 horas — Telef. 36 86 64

PRINCESA PORTUGUESA
DAS «TEEN - AGERS» 1973

COM A COLABORAÇÃO DA

TORRALTA - TROIA

CUPÃO DE INSCRIÇÃO N.º _____

NOME _____

MORADA _____

TELEF. _____

LOCALIDADE _____

DIA DO NASCIMENTO _____ DE _____ DE 19 _____

PROFISSÃO OU ACTIVIDADE _____

Recorte este boletim, preencha-o com letra bem legível, junte uma foto de busto e outra de corpo inteiro (a preto ou a cores) e envie para «Diário de Lisboa» — Teen - Agers — Rua Castilho, 185 - 1.º — Lisboa 1



DL/OPINIÃO

EM PROJECTO
CONSTANTE

Há poucos dias, pela virtude da coincidência de uma notícia de Angola e de um congresso em Lisboa, juntámos projectos e sistemas de rega para demonstrar que os segundos não vão sem os primeiros, coisa que toda a gente supõe sabida, mas que a experiência não poucas vezes desmente. Como, aliás, o provava a citada notícia de Angola, na qual muito claramente se explicava que oitenta mil árvores de fruto estavam morrendo à míngua de uma sede de água, precisamente por falta de rega, logo por falta do sistema dela, logo por falta do projecto do sistema dela, ou, na melhor das hipóteses, por inadequação de projecto e sistema... Parece isto um jogo de trava-línguas, mas é uma realidade que nada tem de distractivo.

Também por coincidência escreveu um leitor de Odemira uma carta a este jornal, publicada no suplemento «Mesa Redonda» de 11 do corrente, a qual igualmente refere casos de água, da sua falta ou da sua deficiente distribuição e aplicação. E se no caso presente o sistema de rega, considerado como estrutura, não terá defeitos a apontar-lhe, já a sua administração ou, para maior rigor, a ministração da água que tem como missão fazer circular, parece sofrer de erros que legitimam as reclamações, ao parecer fundamentadas, do nosso leitor.

Antes de passarmos ao que mais importa, não queremos deixar de pedir a atenção das entidades competentes para a vantagem evidente de serem dadas explicações em relação a casos destes, sem que se considere a Imprensa como desagradável fator de inquétações públicas, mas somente como veículo interessado das vozes de quem alguma coisa tem a reclamar. Nem os serviços públicos, quaisquer que sejam deveriam manifestar melindre por em público serem interrogados: claro há-de parecer a toda a gente que o chamado serviço público é uma instituição prática que existe para coordenar, em comum, certos actos e processos que o público, tomado como todo, dispersivamente acabaria por anular. O serviço público é uma espécie de mandatário a quem não fica mal dar contas de seu mandato sempre que a tal seja chamado...

Encerremos, porém, esta digressão, não de todo inútil, e regressemos aos projectos. Afirma o nosso leitor que «não vem combater a obra de rega em boa hora concebida pelo Governo» e até entende que «mais obras similares se deveriam já ter feito por esse País, sobretudo no interior do Alentejo». Não se trata, portanto, de um agricultor maldizente. Será queixoso, maldizente não. E dá as razões das suas queixas, aponta factos, datas, custos, pormenorizando sempre, fugindo manifestamente às fáceis generalidades de que se tecem, muitas vezes, cartas deste género. Se sim ou não tem razão, talvez venhamos a saber se, como acima sugerimos, os serviços responsáveis responderam à matéria em exame...

A nós cabe-nos (e a isso em substância nos propusemos) lembrar como é sestro da nossa terra consentir que os níveis de utilização das obras fiquem muito a baixo do seu projecto, da sua realização, da sua potencialidade. Porque se para instalar o sistema de rega de Odemira foi necessário um projecto, um outro projecto (a toda a hora revisto e acertado, como se acerta um relógio se a horas quisermos andar) deveria ser elaborado: o da aplicação das regras de funcionamento. Nem o mais perfeito sistema de rega (ou qualquer outro) resistirá à desatenção, à indiferença, à rotina, ao desdém pelas justas reclamações daqueles para quem o mesmo sistema se projectou e montou.

Na verdade, a melhor atitude perante os serviços públicos (tomados não como repartição, mas como serviços, no seu exacto sentido) seria a de considerá-los permanentemente em projecto. Uma obra feita é uma obra que imediatamente começa a morrer. Melhor será considerá-la em construção todos os dias, para que não morra no espírito de quem por ela é responsável...

Conjuntura
monetária

Interrogados pela revista «Vison» duzentos banqueiros, directores financeiros e jornalistas pensam que o actual sistema monetário irá além do fim deste ano. Na sua opinião, o preço oficial do ouro tem de passar para 100 dólares a onça, pelo menos, e a sua preferência é que os câmbios fiquem flutuantes.

Quanto ao sistema de paridades entrado em vigor em 16 de Março passado, 25 por cento dos interrogados julgam que haverá uma crise nesse sistema, antes do fim do corrente ano. Quarenta e nove por cento são da mesma opinião mas marcam a crise para o fim do ano. Vinte por cento esperam-na para a Primavera de 1974. Só seis por cento a calcula para mais tarde.

Quanto ao preço do ouro, 20 por cento acham razoável 60 dólares por onça, 20 por cento 80 dólares, 35 por cento 100 dólares 21 por cento 120 dólares e 12 por cento mais de 120 dólares.

Setenta por cento julgam que haja nova e terceira desvalorização do dólar, mas 52 por cento não põem de parte uma nova depreciação da moeda americana por efeito do jogo cambial. Para 59 por cento, essa depreciação não será superior a 5 por cento. Os partidários da flutuação dos câmbios são 60 por cento.

A escassez
de alimentos

A escassez de alimentos pode em breve afectar o mundo, enquanto a humanidade despreza vastas zonas que poderiam afastar a fome — anuncia o ecólogo inglês James Sholto Douglas, no último número da revista «Impact», editada pela Unesco.

«Foi já previsto — escreve James Douglas — que a crise de alimentos pode atingir proporções calamitosas no leste da Ásia, cerca do ano dois mil, e em todo o mundo, por volta de 2.030.

«Estas previsões podem errar apenas por defeito. Não deixa de ser provável que a fome afectará certas zonas do globo ainda antes do fim deste século».

Reportando-se à África, o ecólogo inglês escreve que é necessário um esforço enorme para desenvolver sete décimos do continente africano, até agora não aproveitados, salienta que a plantação de árvores é indispensável e acrescenta:

«As árvores são valiosas por si próprias, porque impedem a erosão da terra, contribuem para a melhoria do clima e são uma fonte de madeira e de outras matérias primas para a indústria.

«Além disso, as folhas das árvores servem para alimentar e engordar o gado. Os animais podem depois ser vendidos para dar carne ou então para fornecer outros produtos como ovos, manteiga, queijo e leite».

«Deste modo — sublinha — aquele que planta árvores colhe uma tripla recompensa pelo seu trabalho».

A terminar, o cientista inglês salienta ser necessário fazer coincidir a plantação de árvores com a criação de gado e sublinha, numa referência ao que a este respeito se tem feito na Rodésia e em Moçambique:

«As experiências realizadas ao longo do Rio Limpopo revelaram que o sistema é eficiente e que, se for alargado energeticamente, pode revolucionar a vida da região».

LEIA
motor

PEDRO MARTINS DA SILVA

A QUEM SERVEM ELES?

Quem não sentiu já a angústia do tempo a consumir-se, cada vez mais curto, enquanto o transporte, o tão desejado transporte, não chega. E, às vezes, quando chega e não é para nós porque, já com a lotação esgotada, recebemos do condutor um sinal — quantas vezes feito com um «ritus» sádico — de que nos é vedada a entrada. E o carro passa. Facas emolduradas em janelas, olhando os que ficaram. Estes, todos frustração.

Esta reserva de uns tantos, a ver-os-carros-passar, parece ser — é o que pode deduzir-se do que se observa — o seguro de tranquilidade desejável dos que fazem (pelo menos de alguns) os carros passar.

E por isto que, perguntava-me há tempo um amigo: mas, então, a quem servem eles?! Perguntava indignado; ele que ainda vai conservando a capacidade de indignar-se.

Quem eles servem, não sei (e talvez até saiba, porque é

tão fácil deduzi-lo), mas, meu caro, quem — muitos deles — não pensam servir é o público. Este público anónimo, que somos todos nós. E, público, cujo serviço devia ser o objectivo primeiro dos transportes públicos.

A tal pergunta indignada vinha a propósito de cenas observadas em relação às carreiras de camionagem que, todos os dias, dos lugares satélites de Lisboa, para aqui transportam uma multidão que vem trazer trabalho ou procurar a satisfação de necessidades só possível na já grande metrópole. A indignação do meu amigo era mais viva por se estar no termo do longo fim-de-semana da Páscoa, em que a necessidade de desdobrar carreiras fazia-se sentir muito necessária. Mas não ocorria.

(Deixai-os esperar, faremos o possível. Até lá, representam a segurança das lotações futuras esgotadas).

Não. Devem ser obrigados a

não os deixar esperar. Porque um sistema de transportes colectivos funcionando com eficiência é imprescindível ao funcionamento de uma grande cidade. Tanto mais que, na busca de um pouco de sossego que restaure as energias consumidas na labuta diária, ou, na tentativa de compatibilizar o orçamento macro com o rol da despesa, dia a dia mais recheado, são cada vez mais os que se fixam afastados dos locais onde exercem a sua actividade. E que, dia a dia, vivem um pequeno/grande drama de erguer-se de madrugada, correr, arriscar-se e receber quase invariavelmente a humilhação do olhar de censura, quando não da reprimenda, reservadas aos que não respeitam o mui-poderoso relógio de ponto.

Enfim, reflexões. Na esperança (sempre a esperança) de que não caiam no poço escuro do esquecimento. Lá diz o aforismo: «água mole em pedra dura, tanto bate até...»

POR ATTICUS

O Partido Social-Democrata
alemão entre Marx e Brandt

Quatro meses somente após a vitória eleitoral de 19 de Novembro de 1972 do Partido Social-Democrata alemão, ninguém podia imaginar que este partido ia ser abalado por uma profunda crise. Isto, não apenas no plano político, mas no próprio seio do partido. Os sintomas desta crise eram de tal forma graves, que toda a gente aguardava que a mesma rebentasse por ocasião do seu congresso, que ia ter lugar em Hanover no mês de Abril. Para se fazer uma ideia do interesse que se atribuía a este acontecimento, é suficiente notar que o número dos correspondentes de imprensa que ali afluiu era o triplo do dos delegados do partido: 1200 contra 400.

OS JU-SO

Na origem da crise estavam os jovens socialistas — aquilo a que se chama, há algum tempo a esta parte, na Alemanha Ocidental, os «JU-SO», abreviatura de «Jung-sozialisten». Estes jovens constituem — mais que sabido — a ala esquerda do partido. De momento, não representam senão uma minoria, incapaz de pôr em perigo a unidade do partido. Trata-se, porém, de uma minoria muito dinâmica que causa muitos aborrecimentos ao seu chefe, o chanceler Brandt, contra o qual dirige uma oposição vigorosa e ruidosa a todos os níveis. Tanto ao nível da sua política interna, como também ao da política externa.

Esta vasta oposição foi manifestada de maneira espectacular no congresso dos JU-SO., que teve lugar no princípio de Março último em Bad Godesberg.

Os JU-SO sentiam-se particularmente fortes em virtude do papel que haviam desempenhado na vitória eleitoral de Novembro de 1972 do Partido Social-Democrata. Eram, com efeito, os militantes mais activos. Podiam afirmar, também, que a vitória do partido fora devida aos dois milhões e meio de jovens alemães que votaram pela primeira vez.

O FUNDO DE UMA CRISE

As causas da crise que o Partido Social-Democrata alemão atravessa, por causa da

actividade dos jovens socialistas, são profundas. São devidas à própria natureza do partido, isto é, ao facto do Partido Social-Democrata alemão ser — ou não — verdadeiramente um partido socialista. Os JU-SO não estão, de maneira nenhuma, deslumbrados com a vitória eleitoral do seu partido; ou pelo facto deste partido se ter tornado o maior no Bundesstag. Pelo contrário, perguntam-se, com inquietação, se o SPD é realmente um verdadeiro partido socialista.

Com efeito, depois do congresso de 1959, reunido em Bad Godesberg, o SPD tinha deixado de ser um partido marxista. Já estava o preço que o seu chefe actual, Willy Brandt, exigira para conseguir a sua primeira vitória eleitoral de 1969 e para permitir ao SPD tornar-se o primeiro partido da República Federal.

O Partido Social-Democrata existia há cem anos, e durante toda a sua existência lutara em vão para se tornar o maior partido, a fim de chegar ao poder pela via parlamentar. Uma vez chegado ao máximo da sua força, reconhecia que as suas possibilidades eram limitadas, dado que a classe trabalhadora não podia nunca constituir a grande maioria da nação alemã.

Foi a partir desta constatação realista que decorreu a nova orientação do SPD, sob o impulso de Willy Brandt. Para alcançar o poder era preciso alargar as bases populares do partido e, para o conseguir, rejeitou o marxismo para atrair as classes médias. Foi essa a grande manobra política levada a cabo no congresso do Partido Social-Democrata de Bad Godesberg, em 1959. A partir deste momento, o SPD tinha, efectivamente, deixado de ser um partido socialista. E, por este facto, as suas portas tinham ficado abertas aos eleitores provenientes das classes médias. O êxito da tática política de Brandt foi total. E, com efeito, a nova orientação do seu partido, isto é, o repúdio do marxismo, que o conduziu ao poder.

A REACÇÃO DOS JU-SO

Foi nesta transformação radical do SPD que veio a nascer

o movimento dos JU-SO. Estes, levantam-se, antes do mais, contra o «aburguesamento» do seu partido. Preconizam o regresso a Marx. Dá a extensão da crise profunda que o SPD atravessa. E é também por isto que esta crise não será passageira.

Se os JU-SO são, de momento, uma minoria, não deixam por isso de constituir uma força perigosa para Brandt e para a direcção do partido. Mostram-se muito activos nos sindicatos, onde encontram uma larga audiência. Entre as centenas de emendas ao programa do partido, apresentadas ao congresso pela sua direcção, havia medidas de carácter social e económico que Brandt não pode aplicar, dado que se encontra de mãos atadas devido à sua colaboração com os liberais. Estes desempenham um papel de travão no seio do Governo. Por outro lado, Brandt não ousa acentuar demasiadamente o carácter socialista do seu Governo com receio de perder a sua nova clientela eleitoral, que não são os trabalhadores.

É assim que abrandt é prisioneiro do seu próprio êxito. Está preso entre este e a ala ortodoxa do seu partido. É obrigado a ignorá-los e combatê-los para os neutralizar, pois, se conseguissem ficar por cima, abalariam a sua posição, na sua própria qualidade de chanceler. Na véspera da abertura do congresso de Hanover, dirigentes dos liberais haviam-no posto em guarda para não ceder demasiadamente às exigências dos jovens socialistas, deixando assim entender que estaria em jogo a própria existência da coligação governamental.

UMA VITÓRIA À PYRRUS

Sem dúvida, Brandt saiu torioso da prova a que foi submetido pelo congresso de Hanover. Não houve cisão no SPD. Ele próprio foi, de certa maneira, plebescitado para a direcção do seu partido. Entre os 400 delegados, somente 40 votaram contra ele e cinco abstiveram-se. Porém, a tensão das relações entre os JU-SO e a direcção do partido não deixará de continuar com in-

Continua na pag. 4



DL/REGIONAL

O NAVIO "ARBIRU" AFUNDOU-SE DEVIDO A UM TORNADO

-encontrado um sobrevivente

DILI, 18 (Pelo telefone) (L.) — Foi na manhã de 29 de Abril, na zona de 122 Este e 8 graus Sul, que o «Arbiru» foi subitamente envolvido por um tornado violentíssimo, que em pouco tempo, e a despeito dos esforços do comandante e da tripulação, fez com que o navio adornasse, afundando-se rapidamente num mar de ondas altíssimas.

O relato da catástrofe foi-nos confiado pelo único sobrevivente, o tripulante Paulo do Rosário, que foi encontrado na ilha das Flores.

Consta que o mesmo tornado fez afundar outras embarcações indonésias. As buscas e pesquisas continuam, na esperança de encontrar ainda outros sobreviventes.

O Governo de Timor fez distribuir esta manhã a seguinte nota:

«O Governo de Timor lamenta

ter de informar o afundamento, devido a temporais, do navio «O Arbiru» na zona de 122 Este e 8 Sul, ocorrido na manhã de 29 de Abril findo. Segundo declarações de um sobrevivente, Paulo do Rosário, tripulante do navio e recuperado na ilha das Flores, é de admitir que não haja mais sobreviventes. Todavia, continuarão as buscas e serão feitas as diligências que as circunstâncias aconselham.

O Governo compartilha da dor e preocupações dos familiares dos tripulantes e passageiros e lamenta a perda do navio que tinha o nome de um herói de Timor. A vida continuará face à catástrofe que enluta a província e sobre ele teremos todos de arranjar ânimo para prosseguir.

Colaboraram de votadamente nestas pesquisas a Marinha e Aviação tailandesa, inglesa, americana e indonésia, com as uni-

dades portuguesas de mar e ar, que foram incansáveis durante todo este período dramático».

Tendo a agência Lusitânia contactado esta manhã, com o Gabinete do ministro do Ultramar, foi anunciado que se con-

firmava inteiramente a informação mas que, segundo comunicação do Governo de Timor, as buscas não serão interrompidas até que se esgotem todos os meios e esperanças de encontrar mais sobreviventes.

Agredido quando fugia

Quando, esta madrugada, na Rua de S. Bernardo, à Estrela, três jovens se preparavam para entrar num automóvel ali estacionado, foram abordados por uma patrulha da P. S. P. que lhes exigiu a apresentação dos documentos.

Perante a solicitação policial, dois deles, saltando para dentro do veículo, ainda conseguiram pôr-se em fuga a grande velocidade, enquanto o outro, de apelido Eduardo, ajudante de serralheiro e natural de Arcos de Valdevez, menos lesto, acabou por ser detido e transportado para os calabouços do Governo Civil, depois de ter passado pelo banco do Hospital de S. José, onde recebeu tratamento a escoriações nas mãos e numa perna, sofridas durante a sua detenção.

Interrogado pelas autoridades, o jovem Eduardo, que irá

transitar ainda hoje com o respectivo processo para a Judiciária, teria afirmado desconhecer a verdadeira identidade dos companheiros, por ser tudo «malta dum género que não gosta de usar o nome verdadeiro, mas sim apelidos de ocasião».

Isenções fiscais

Pelo decreto-lei n.º 241/73, concede-se isenção da taxa de salvação nacional na importação dos óleos minerais denominados «White spirit» e «nafta alifática», sempre que o primeiro se destine à produção de tintas, vernizes, resinas sintéticas, cera para soalhos e pomada para calçado, e o segundo se destine a ser utilizado como dissolvente na indústria de tintas e vernizes e nas indústrias de colas e pneus.

A VIRGEM DE FATIMA DIVIDE O CLERO ESPANHOL

MADRID, 18 — (FP) — A Virgem de Fátima faz soprar há algumas semanas um vento de discórdia entre o clero espanhol.

Para celebrar o 25.º aniversário da vinda a Espanha desta estátua da Virgem que se encontra habitualmente no Santuário português de Fátima, diversas associações católicas tradicionalistas espanholas projectaram transportá-la de diocese em diocese. Ora o Conselho Episcopal da diocese de Madrid, presidido pelo cardeal Vicente Enrique y Taracón, um dos chefes de fila das correntes pós-conciliares, recusou-se a deixá-la entrar na capital.

A polémica suscitada por esta decisão atingiu uma amplitude tal que o cardeal arcebispo de Madrid achou por bem explicar a sua decisão. «Não queremos», indicou mons. José Manuel Estepa, um dos bispos auxiliares da diocese, «que Fátima seja utilizada para fins não-religiosos... Diversas razões de ordem pastoral não permitiam receber esta imagem da Virgem numa igreja da diocese».

No entanto, para numerosos observadores, a decisão do Conselho Episcopal de Madrid é de natureza política.

Na hora em que a igreja em Espanha está em plena evolução, o Conselho Episcopal de Madrid e o cardeal Taracón quiseram evitar que a vinda da imagem não servisse de pretexto para manifestações em que o fervor religioso fosse utilizado para fins políticos.

Uma das mensagens da Virgem de Fátima em que exortava a Espanha a rezar pela conversão da Rússia a fim de evitar os «males do comunismo» poderia, segundo certos sacerdotes,

ser utilizada como uma espécie de justificação para esses mesmos manifestantes, que reclamavam a 7 de Maio nas ruas de Madrid: «Justiça para os bispos vermelhos».

Nesta Espanha, em que a religião e a política estão tão estreitamente ligadas, a Virgem de Fátima desenha um mapa político do episcopado. Os onze bispos que até agora já declararam que aceitarão receber a Virgem de Fátima são considerados como prelados tradicionalistas. A estátua da Virgem ficou três dias em Toledo. Blas Pinar, conselheiro do «movimento» e um dos elementos mais virulentos da extrema-direita, veio especialmente de Madrid para rezar junto da imagem.

MÉDICI EM SANTARÉM CAMPINOS, CAVALOS E FANDANGO NUMA ALEGRE RECEPÇÃO

SANTAREM, 18 — O presidente Médici, oficial general habituado a honras militares em todas as cerimónias oficiais, foi recebido em Santarém com manifestações folclóricas que substituíram todo o aparato habitual.

Chegado à entrada da Feira do Ribatejo às 12 e 45, o Chefe de Estado do Brasil, que hoje cumpriu a sua segunda visita fora de Lisboa, veio a Santarém prestar homenagem a Pedro Álvares Cabral descobridor oficial do seu imenso país, em cujo túmulo, na Igreja da Graça, depositou, ao princípio da tarde, uma coroa de flores.

A guarda de honra ao presidente da República Federativa do Brasil, foi constituída por um grupo colorido de cem campinos, a cavalo, que escoltaram aquele chefe de Estado e sua comitiva até à casa do Campino, no recinto da Feira, onde lhe foi oferecido um almoço. O Almirante Américo Thomaz, presidente da república portuguesa, aguardava o seu hóspede em Portugal, pois chegara meia hora mais cedo a Santarém, sem cerimónias especiais.

Os dois presidentes depois passaram por entre nova «guarda de honra» vistosa de grupos folclóricos, que para eles se exibiram durante o repasto. Entre as personalidades que se encontravam presentes contava-se o eng. Amaral Neto e os ministros do Interior e Negócios Estrangeiros.

No fim do almoço, que incluiu na sua ementa caldeirada

e espetadas em varas de loureiro, os grandes lavradores ribatejanos proporcionaram aos importantes convidados um desfile de cavalos de raça, os mais belos exemplares da sua produção. Este número culminou com uma exemplificação do ensino do toureiro a cavalo, feito por David Ribeiro Teles.

NAS RUAS DA CIDADE

Ao princípio da tarde, formou-se o cortejo presidencial para a romagem à igreja da Graça. Através das ruas do centro da cidade de Santarém. Independentemente das manifestações «folclóricas» organizadas, as autoridades locais, que estiveram a receber as duas comitivas, nomeadamente o governador civil, os presidentes do município e vereadores, convidaram a população da cidade a associar-se às manifestações.

A partir do meio dia, e com um tempo muito incerto, centenas de pessoas juntaram-se no recinto da Feira do Ribatejo. Notava-se, sobretudo, a presença de muitos estudantes das escolas da cidade, o que sucederia, também ao longo das ruas e, sobretudo na concentração em frente da Igreja da Graça onde se desenrolou a cerimónia significativa da romagem ao túmulo de Pedro Álvares Cabral que, como fundador do Brasil moderno, recebeu a homenagem simbólica já prestada pelo General Médici, em Guimarães, ao primeiro rei português, tido como o pai da nacionalidade.

O PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA ALEMÃO

Continuação da pag. 3

tensidade. Isto, porque as causas da tensão não desaparecerão.

O êxito de Brandt no congresso de Hanover foi puramente pessoal. Foi devido ao seu

prestígio e à sua autoridade. Porém, este êxito não reflecte a verdadeira situação no interior do SPD. O vice-presidente do partido, Helmut Schmidt, antigo ministro da Defesa, e actual ministro das Finanças, considerado como a mais forte personalidade do SPD, depois de Brandt, só conseguiu ser reeleito para o seu lugar com muita dificuldade.

Outro facto não menos sintomático: se os JU-SO não conseguiram um êxito espectacular no congresso de Hanover, não deixaram, no entanto, de colocar cinco representantes do seu movimento no «Presidium» do partido, compostos por trinta membros. E, entre os cinco representantes eleitos encontra-se o chefe dos JU-SO, que tomou o lugar de um dos mais antigos membros do «Presidium», pertencente à ala direita do partido.

Notou-se que nunca se tinha visto Brandt num estado de superexcitação do que no congresso do seu partido, embora tenha conhecido tremendas tempestades no Bundestag, quando teve de defender a sua «Ostpolitik», atacado pela oposição. No Bundestag nada receava. Os ataques da oposição não podiam abalar a sua posição de chanceler. No congresso do seu partido, pelo contrário, tinha de defender a sua posição dentro do partido, para ter a certeza de poder ser reeleito triunfalmente como chefe. Ele receia mais os jovens socialistas do que os cristãos-democratas.

BAR ON THE ROCKS GRILLO RESTAURANTE OVAL.
TEA ROOM CITROEN



Visite-nos em Cascais
com uma maravilhosa situação
sobre o mar

R. FREDERICO AROUCA 72 - CASCAIS

Telefs. 285529 · 285659 · 285779

AO MOTORISTA

da camioneta Bedford vermelha, que na
Av.ª de Roma encontrou um maço de
notas, agradece-se o favor de contactar
pelo telef. 720118.

CLUBE DE GOLF DE VILAMOURA — ALGARVE —

— Serviço de lanches, casamentos, banquetes, num dos
mais requintados ambientes do Algarve.
— Jantar dançante todas as noites, excepto à quarta-feira
Telefone: Quarteira 65321

HOJE AS 21.45

AMANHÃ e DEPOIS
«MATINÉES» 16 H.

UMA CURTA SÉRIE DE ESPECTÁCULOS

ANTÓNIO PEDRO

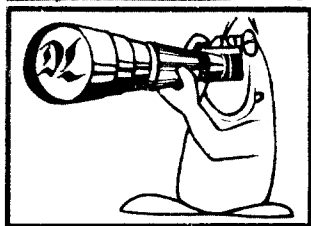
GRUPO DE TEATRO INDEPENDENTE
APRESENTA

PELA BOCA MORRE O PEIXE

«STRIP-TEASE» e CARLOS DE SLAWOMIR
MROZEK

50 % DESCONTO AOS ESTUDANTES
(GRUPO B — M/ 10 ANOS)

AR CONDICIONADO
TEATRO
VILLARET
o mais moderno e confortável de Lisboa



TELEFONES



MELHOR ASSISTÊNCIA
TÉCNICA

MELHOR PREÇO

J.F.

J.F. DE AZEVEDO E SILVA & C.ª, Lda

TEL. 654165 * LISBOA

Como a mulher inteligente trata dos PÉS



Experimente esta boa receita!

Para expulsar a fadiga e a dor, mergulhe os seus pés num banho de SALTRATOS Rodel (sais sabiamente doseados e muito eficazes). Esta água leitosa faz desaparecer a sensação de ardor, reduz a inchação e torna os seus pés frescos e leves. Os calos amolecidos extirpam-se mais facilmente. Esta noite, um banho de pés com SALTRATOS Rodel... amanhã, o andar tornar-se-á um prazer.

A venda em farmácias.

TV

DL/ESPECTÁCULOS

LITERATURA PORTUGUESA, ESSA DESCONHECIDA NO BRASIL (E EM PORTUGAL)

«Presença do Brasil» falou de livros consumidos do outro lado do Atlântico. Conviria, antes de mais nada, quando se fala de livros, saber das condições da produção e circulação, saber das condições que regulam o circuito. Se não se fizer isto, todo o inquérito resultará incompleto e enganador.

Não se fez isto no inquérito a que procede «Presença do Brasil». Só muito de passagem se fez referência às dificuldades que rodeiam a circulação de certas obras. Num trabalho destinado ao grande público, a informação segundo a qual em determinada região se prefere a literatura policial e os *best-sellers* de origem americana deveria fazer-se acompanhar de informações complementares que melhor esclarecessem o fenómeno. A omissão não deixa de ser pecado.

E verdade, valha-nos isso, que não se procurou iludir, com eufemismos da praxe, a situação da literatura portuguesa no Brasil. «O seu conhecimento — disse-nos Milton Pinheiro — é ainda reduzido face ao leitor brasileiro...»

Posto isto será curioso verificar a preferência acentuada dos leitores inquiridos quanto à moderna literatura portuguesa: Ferreira de Castro, José Cardoso Pires, com o «Delfim».

Fernando Namora, com «O Trigo e o Joio» mereceram referências justíssimas. Escritores lembrados, entre outros: Sttau Monteiro, Bernardo Santareno, António Gedeão. Como não podia deixar de ser, Guerra Junqueiro, Camões, Eça, Pessoa.

Tem razão Milton Pinheiro. Quando nos lembramos que nomes como José Gomes Ferreira, Carlos de Oliveira, Augusto Abelaira, Sophia de Mello Breyner, Herberto Helder, Eugénio de Andrade, Manuel da Fonseca, Manuel Ferreira, Mário Cesariny, etc., etc., não foram nomeados sequer, vê-se o muito que o leitor brasileiro tem de andar para encontrar a nossa literatura viva.

Bem, bem: e não apenas o

leitor brasileiro. O português também.

SAUDADES DE «VIVER NO CAMPO»...

De vez em quando a televisão portuguesa dá repouso a esta ou àquela série, substitui-as por outra que dura mais ou menos tempo e que, ao sair, dá lugar ao regresso da que substituiu...

Ficámos há pouco tempo sem «Viver no Campo», a série dos sábados, talvez a mais popular de todas as usadas à hora do almoço. Talvez eu não tenha sempre visto bem esta série. Talvez eu não tenha visto quanto a estupidez exacerbada representava como que uma denúncia da degenerescência da inteligência e da sensibilidade provocada pela maneira de ser da sociedade americana e de uma das suas mais visíveis manifestações: a televisão.

Em «Viver no Campo» todos eram normal anormalmente burros. A estupidez funcionava em cadeia. Era um dom colectivo. Ninguém se salvava. Estavam todos contagiados pelo gorgulho da cretinice. O próprio advogado, Douglas, estrebuchava mas em vão: acaba por ser devorado pela jibóia, dá consigo, por vezes, a trocar as palavras, a não saber pronunciar-las: diz *produrador*, *pro-raducor*, *droprocuror*, tudo menos *procurador*...

Vê-se constantemente envolvido em situações absurdas que sofre, sem entender. Impossibilitado de remar contra a maré, deixa-se ir na maré. Daqui se insinua uma forte descrença nas potencialidades da maneira de viver americana.

No último episódio transmitido, as situações de incongruência multiplicaram-se a uma velocidade estonteante. Com diálogos destes:

Liza — Não admira, estamos em plena deflação...

Douglas — Perdão, estamos em plena inflação.

Liza — Ou isso. Eu bem sabia que era qualquer coisa em flação...



A refeição, preparada por Liza, Douglas aconselha o convidado: *Prova o cabo da colher. Deve ser mais saboroso...*

Na perspectiva de um estudo por correspondência, avaliamos os cursos possíveis: *neuro-esturção*, milionário grego, ditador, jogador de baseball, etc.. Nesse curso ninguém reprova, «a não ser quando o aluno se esquece de estampilhar as cartas...». Sobre as vantagens do curso, há quem comente: «Rock Hudson escolheu o curso de canalizador e vejamos o que ele é hoje...»

Na série existia o porco, Arnold de sua graça, que é o animal-actor mais caro de Hollywood. Com a mania da televisão, Arnold carrega no botão certo e corre a instalar-se no cadeirão para assistir, comodamente, a mais uma co-boiada...

Perfeito cartaz da estupidez ianque, «Viver no Campo» revelava-se como denúncia do produto — ao contrário de muitas outras séries onde a incongruência, a falsificação da realidade, a fantasia sem raiz na terra se transformam em elogio ou promoção de certas formas



Hoje e todos os dias
às 22 h. sab. e domingos
16 horas

A DANÇA DA MORTE EM 12 ASSALTOS

Com Carmem Dolores,
Augusto Figueiredo e
Alvaro Benamor
Encenação de Jorge Listopad.
Marc. Tel. 677299
Maiores 18 anos,
Subs. Fundo Teatro



Por MARIO CASTRIM

de encarar a realidade. E o caso, por exemplo, de «Por favor não comam os malmequeres», onde todos são estúpidos querendo, no entanto, passar por inteligentes, sensatos, bem pensantes, gente de boas famílias, lar estabilizado, etc., etc.. Tanto douram a pilula que ela se torna intragável. E de súbito, de súbito acordam-nos a suspeita de que não há mesmo salvação possível para os pobres americanos.

É PRECISO PRATICAR O VOLEIBOL

O problema é a escoliose. Tudo começou porque um telespectador se lembrou de perguntar para o Lumiar o que era isso de escoliose. A Televisão, como sempre deseja de es-

clarecer os seus espectadores e de difundir bons princípios de saúde, mandou o seu repórter entrevistar o dr. Manuel Farmhouse, já nosso muito conhecido da T.V.

Já sabíamos que ainda havia em Portugal muita gente com perfeita verticalidade da coluna dorsal. Ainda há muitas pessoas, a Deus graças, que não dobram a espinha. Ignorávamos, porém, que há tanta gente com desvios de coluna. Há um número impressionante de indivíduos cuja espinha, talvez à força dos jeitos obtidos nas curvaturas, se encontram deformadas a tal ponto. Conhecemos casos — vimo-los, guiados pela mão sabedora do dr. Farmhouse — de espinhas com quatro curvaturas: primeiro curvavam-se para a esquerda, depois para a direita, mais abaixo novamente para a esquerda e finalmente e irremediavelmente para a direita.

Para esses, acredita-se que já não existe cura possível. Em todo o caso, há situações em que a espinha pode manter-se com a sua deformação, sem evoluções perigosas, desde que se use um colete como aquele apresentado pelo médico. Pessoalmente, estou con-

vencido de que existem casos onde nenhum colete poderá nada, nem mesmo um colete de forças. Certas pessoas cultivam tão amorosamente a sua escoliose que, sem os aparelhos que usarem, ela não fará mais do que acentuar-se.

Aqui permito-me discordar do dr. Farmhouse. A sua formação de cientista, oponho a minha experiência do mundo. A escoliose, sr. doutor, nem sempre traz a incomodidade a que se refere. Pelo contrário: as incomodidades atingem principalmente aqueles que teimam em manter a espinha vertical. Pessoas há que se instalam com armas e bagagens nas suas curvaturas de espinha e até se ficam a rir dos outros, dos saudáveis, dos de espinha direita.

Sublinhe-se aqui a importância que o voleibol desempenha na endireitura da espinha. Na opinião do dr. Farmhouse, o volei devia ser considerado desporto escolar obrigatório. Escolar e não só. Toda a gente devia praticar voleibol, com bolas de um quilo a quilo e meio.

Hum... Estou convencido que se esgotavam as bolas no mercado...



KATHARINE
HEPBURN

RALPH
RICHARDSON

JASON
ROBARDS JR.

DEAN
STOCKWELL

DIRIGIDOS POR

SIDNEY
EM LUMET

UMA NOITE LUNGA CONTINUA PARA A NOITE

DE Eugene O'Neill

O ÚNICO FILME NA HISTÓRIA DO CINEMA CUJOS ACTORES PRINCIPAIS RECEBERAM TODOS O PRÉMIO PARA A MELHOR INTERPRETAÇÃO NO FESTIVAL DE CANNES «UM DOS DEZ MELHORES FILMES DO ANO» PELA IMPRENSA MUNDIAL E PELO NATIONAL BOARD REVIEW

DISTRIBUIÇÃO FILMITALUS

Grupo C — 14 anos

EM EXIBIÇÃO NO ALVALADE

VÁ AO TEATRO !!!

VASCO MORGADO recomenda os seus espectáculos

TEATRO Tel. 86 47 56

LAURA ALVES

UMA DIVERTIDA
COMÉDIA INGLESA
10 MESES NO CARTAZ

A CASA DOS COMEDOS

com Simone, Armando Cortez, Fernanda Borsatti, Luís Alberto, Alda Pinto e Alice Carla à frente dum notável elenco, e a colaboração de Dário Barros e Joaquim Rosa

3.^a e 4.^a às 21.45 h.
5.^a, 6.^a e Sábado: 2 sessões às 20.45 e 23 horas
Domingos, «matinéas» às 16 h.
à noite, às 21.45 h.
2.^a feira: descanso
UMA CURTA SÉRIE DE REPRESENTAÇÕES

TEATRO Tel. 32 60 37

VARIEDADES

3.^a MÊS
Hoje: às 21.45
Grupo C M/ 14 anos

UMA DELICIOSA COMÉDIA
UMA EXÓTICA MUNDIAL

O PRÍNCIPE
E A CRISTINA

ELENCO
(por ordem de entrada em cena)
Costa Ferreira, Marília Gama, Amílcar Botica, Jacinto Ramos, José Carlos, M.^a Helena Mattos, Beatriz Vaz, Madalena Braga, Adelaide João, Leonor Poela, Luís Mata, José Braz
2.^a feira, descanso da C.^a

TEATRO Tel. 32 74 93

CAPITÓLIO

21.^a SEMANA
Grupo D M/ 18 anos
Uma comédia inglesa com
FLORELA QUEIROZ

SEXO
NUNCA
SOMOS
BRITÂNICOS

No elenco: IRENE JÚDRO, Carlos Duarte, Jorge de Sousa Costa, Norberto de Sousa, Fernanda Franco, Mariano, Fátima Miranda e, pela primeira vez em comédia, OCTÁVIO DE MATOS
Todas as noites: 21.45 h.
4.^a feira, descanso da C.^a
SABADOS, 2 SESSÕES:
20.45 e 23 h.
DOMINGO
«Matinéas» às 16 horas e à noite às 21.45 h.

BREVEMENTE: «O DIA EM QUE RAPTARAM O PAPA»
um novo estilo de comédia — M/ 14 anos

DL/ESPECTACULOS

CRÍTICA DE TEATRO

Carlos Porto

Bancários representam burocracia

«O TINTEIRO», de Carlos Muñiz. Tradução de António José Forjaz. Encenação: Monteiro Meireles. Cenografia: Idalmino Bastos. Figurinos: Augusto de Sousa. Luminotécnica: Fernando Teixeira. Sonoplastia: Fernando Rangel e Afonso Fraga. Intérpretes: Victor Chaves, António Pinto, Guilherme Correia, Eloy Monteiro, Afonso Fraga, António Queiroz, Manuel Ferraz, Joaquim Araújo, Fernando Pires, Maria Helena, Rosalina Carneiro, Amélia Costa, João Ho-

met, Rui Tavares. Espectáculo organizado pela F. N. A. T. Grupo de Teatro da Casa do Pessoal do Banco Português do Atlântico (Porto). Teatro Monumental (14/5/73).

Esta peça que em tempos o Grupo de Teatro Moderno foi buscar a Espanha, não aguentou os anos que por ela passaram nem as debilidades de um grupo de amadores nitidamente mal preparados.

Hesitando entre um rea-

lismo de signo gogoliano e a parábola com a marca de Kafka, afogando-se num lirismo que hoje sabe a requentado (já sabia na altura), «O Tinteiro» perdeu a força crítica que talvez então resultasse mais do espectáculo do que da peça. Foi curioso verificar as reacções do público — quase totalmente composto por gente bancária — perante as várias situações em que a peça se resolve. As reacções só eram vivas quando as cenas reflectiam de forma concreta o jogo de um quotidiano burocratizado e hierarquizado. Por isso, a primeira parte do itinerário deste empregado, que reivindica em vão o direito de amar a Primavera, é a que consegue despertar ainda algum interesse. Monteiro Meireles, a quem o teatro Amador nortenho deve alguns dos seus melhores espectáculos, procurou depurar a encenação levantando um dispositivo cénico reduzido ao essencial e utilizando a luz e a música para criar o clima que a peça exige.

Acresce, para explicar a debilidade deste espectáculo, o facto das personagens de Muñiz não serem compatíveis com interpretações inexpressivas. São personagens que pedem um tipo de interpretação muito cingida de forma a exprimir as «nuances» dramáticas que as definem. Este jogo que implica sátira e tragédia só pode ser defendido através de actores capazes de outros registos.

Mais importante que o próprio espectáculo pareceu-me ser, por isso, o contacto entre trabalhadores que assim puderam participar numa saudável reflexão sobre um tema que não deixa de manter interesse o das relações humanas.

Semana Intenacional de Cinema da Figueira da Foz

Realiza-se, de 6 a 13 de Setembro, na Figueira da Foz, a Semana Internacional de Cinema em que serão apresentadas em antestreia 15 longas metragens. Ao mesmo tempo o Centro de Estudos e Animação

Cultural organiza às 2.ªs Jornadas Culturais Cinematográficas que este ano versarão o tema do novo cinema canadiano.

Com a colaboração das ca-

sas distribuidoras foram já alguns filmes contactados. Assim talvez seja possível a exibição de «Rosa e Lina» de Klaus Emerich, «Aguirre, a Cólera de Deus» de Werner Herzog (Alemanha); «A Primavera» de Marcel Hanoun (França); «Coração Solitário» de Francisco Beltriu e «Casa sem Fronteiras» de Pedro Olen (Espanha). Nesta semana dar-se-á especial relevo ao jovem cinema português e estarão presentes os críticos e ensaístas Franceses Marcel Martin, Genevieve Agel, Henri Agel e António Lara. Conta-se também com a presença dos realizadores Marcel Hanoun, Francisco Beltriu e Pedro Olea.

A Comissão Executiva oferece aos jovens com menos de 25 anos que desejem inscrever-se como participantes na Semana e Jornadas condições especiais de estadia, na intenção de uma indispensável e oportuna valorização cultural. O prazo de inscrição para participantes termina em 15 de Agosto.

Programa do Cine-Clube Universitário

O Cine Clube Universitário de Lisboa projecta apresentar para este 3.º período de actividade um ciclo sobre o novo cinema português que será exibido em 16 mm na sede e nas faculdades. Para tal fim já foi constituído um grupo de trabalho.

Por outro lado na sequência do ciclo anterior «Cinema e História» o C.C.U.L. iniciou um novo ciclo, sobre o modo como o cinema situa a mulher na sociedade de classes, com «A Rapariga do Auto-Stop» de Peter

Hall e «Tristana» de Buñuel.

Este ciclo continua com a seguinte programação:

24 de Maio — «Uma Mulher Meiga» de Robert Bresson

14 de Junho — «A Flor à Beira do Pântano» de Sidney Pollack

21 de Junho — «A Rapariga da Mala» de Valério Zurlini

28 de Junho — «Os Amores de Uma Loira» de Milos Forman

5 de Julho — «Uma abelha na Chuva» de Fernando Lopes.

Teatro no Mundo

A ESTREIA DE MARISOL NO TEATRO — Marisol vai estreiar-se no teatro como principal intérprete da comédia inglesa intitulada em espanhol «Quedate a Desayunar», que durante o Outono será apresentada no teatro Marquina, de Madrid. Marisol será acompanhada pelo actor José María Roderro, sob a direcção de Jaime Azpilcueta.

ALEC GUINNESS NO «HABEAS CORPUS» — Alec Guinness é o protagonista da peça de Alan Bennett «Habeas Corpus», em cena do Lyric Theatre, sob a direcção de Ronald Eyre. Completam o elenco Margaret Courtenay, Joan Sanderson, Madeline Smith, John Bird e Patricia Hayes. Os cenários são de Derek Cousins.

SALOMÉ — A actriz Christine Kaufmann encarna a personagem de Salomé na obra, com o mesmo título, de Oscar Wilde, que está a ser representada na Alemanha sob a direcção do produtor de cinema Werner Schroeder.

BRECHT EM LONDRES — Mary Cheen é a principal intérprete da peça de Bertold Brecht «A Mãe», em cena no Half Moon Theatre, de Londres, em tradução de Steve Gooch.

PORTO

Na segunda-feira, às 21 e 30, integrado no concurso de arte dramática, promovido pela S. E. T., realiza-se no Teatro Sá da Bandeira a peça em dois actos e um entre acto «O Processo de Jesus», de Diego Fabri, pelo grupo Mérito Dramático Avintense. A encenação do espectáculo é de José Pinto e o cenário de Fernando Filipe.

No teatro de bolso do Clube Fenianos Portugueses, efectua-se hoje às 12 e 30, um espectáculo de teatro pela associação recreativa «Os Plebeus Avintenses».

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por João E. Silva, Lda., «Tabacaria Hermínios», Praça do Município, 7 — COVILHA

CINEMA NO MUNDO

FESTIVAL DE BERLIM — O Vigésimo Terceiro Festival Internacional do Filme, que vai realizar-se em Berlim, de 22 de Junho a 3 de Julho, compõe-se de quatro secções: um concurso de películas de longa e curta-metragem, uma parte não competitiva destinada ao novo cinema, uma retrospectiva de obras clássicas do cinema e um mercado internacional do filme com a projecção de películas de longa e curta-metragem.

Até à data foram propostos filmes de 30 países, tendo a comissão de selecção escolhido já «Habla, Nudita», do realizador espanhol Manuel Gutiérrez. O filme, que tem a sua estreia mundial neste concurso, conta a história de um intelectual que foge à sociedade de consumo e toma a seu cargo a tarefa de ensinar a falar uma jovem muda.

O segundo filme seleccionado foi a produção alemã de Rainer Werner Fassbinder «Zertrücktheit Der Woelfe» (Ternura dos Lobos) do realizador Ulli Lommel, um filme sobre o assassino Haarmann. O realizador indiano Satyajit Ray entra em competição com a película «Ashani Sanket» (O Trovão Longínquo), na qual mostra o destino de uma aldeia atormentada pela fome.

O cinema canadiano estará representado pelo filme de ficção «U-Turn» (a estreiar neste festival) do realizador George Kaczender. E a história de um homem em busca de uma jovem que em vão tenta esquecer, mas a que faltam as forças para a seguir, quando a encontra.

Dos Estados Unidos vem o filme de Robert Aldrich «The Emperor of the Northpole», com Lee Marvin e Ernest Borgnine. E um filme de aventuras, cuja acção decorre no início dos anos 30, quando a crise económica universal atingiu os Estados Unidos.

GEORGE PEPPARD — Eugene Roche, que interpretou um dos principais papéis em «Slaughterhouse-Five», foi integrado no elenco de «Newman» no papel de um polícia experiente e endurecido. George Peppard é o protagonista desta película.

ESTE AMOR DE PAI — Jean Desvilles vai rodar em Junho um filme cómico, intitulado «Cet Amour de Père», com Michel Bouquet, Didier Haudepin, Bruno Pradal, Francis Blanche, Michel Lonsdale, Michel Galabru, Dora Doll, Jacques François, Jean-Marie Proslier, Jean Paredes e Max Montavon: um pai abandona o filho ao nascer, mais tarde, prestes a tornar-se rei de um «Bidonville», é procurado pela Polícia para responder pelos actos de seu filho.

Em Setembro, Jean Desvilles vai rodar mais um película, «Les Jumelles», com Maurice Ronet e Françoise Prévost nos protagonistas.

A BELA URSULA — Ursula Andress é uma das principais intérpretes do filme de Maurizio Lucidi «L'Ultima Occasione», no qual contracenam com Fabio Testi, Eli Wallach e Massimo Girotti.

Os interiores de «L'Ultima Occasione» estão a ser rodados em Roma.

A acção desenvolve-se a partir do risco que corre duas pessoas depois de terem praticado um roubo.

Na tentativa de se salvarem, os dois «ladões» separam-se na fronteira, ficando o ladrão número um (Fabio Testi) com o produto do roubo e a promessa de o repartirem na primeira ocasião. E nessa altura que surge na sua vida a bela Ursula.

A INDÚSTRIA CINEMATOGRAFICA ITALIANA VALEU EM POPA — Foram confirmados os resultados favoráveis da indústria cinematográfica italiana, que no ano passado produziu um total de 277 filmes (43 a mais do que os produzidos em 1971), dos quais 56 foram realizados em regime de produção conjunta com outros países e 221 com capitais inteiramente italianos.

A produção italiana obteve 60 por cento do total das receitas no mercado interno. E o seu êxito é demonstrado, também, pelo positivo andamento das exportações que, segundo os primeiros cálculos provisórios, atingiram o valor de 25 milhões de dólares. A situação comercial da indústria italiana do sector é sólida em todos os mercados europeus, africanos e latino-americanos.

Um filme sublime, diferente e provocante.

... toda a imprensa internacional unanime: "Jan Kadar conseguiu realizar uma obra prima"

APRESENTA

'ADRIFT'

GRUPO D
18 ANOS

Um novo filme de
JAN KADAR
EASTMANCOLOR
SUPERSCOPE

MULHER À DERIVA
6.ª SEMANA *estúdio*

ATENÇÃO

DEVIDO AO GRANDE ÊXITO
ÀS 6.ªS -FEIRAS E SÁBADOS
TAMBÉM SESSÕES ÀS 00,15

Este filme deve ser visto desde o princípio

HOJE-ESTREIA

às 21.45 h.

«OS BONECREIROS»

Fernanda Alves, José Gomes, Maria Emilia Correia, Mário Jacques, Vicente Galfo (por ordem alfabética) representam

A COMÉDIA MOSCHETA

de RUZANTE

tradução de José Oliveira Barata, encenação de Mário Barradas, cenografia de Christian Rätz

no SALÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS LISBONENSES — Rua Camilo Castelo Branco

Montagem subsidiada pela Fundação Calouste Gulbenkian (ADULTOS)

CRÍTICA DE MÚSICA

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

Factor geográfico na protecção a quartetos

Mal dei uma vista de olhos no programa do Quarteto Búlgaro — refiro-me ao «programa» impresso distribuído aos espectadores do Auditório Dois da Gulbenkian — reparei nesta informação importante: «Em 1964, o grupo tornou-se «Quarteto do Estado», o que permitiu aos quatro artistas consagrarem-se exclusivamente à sua actividade de música de câmara desde essa data, atingindo em consequência um alto grau de unidade e homogeneidade». Claro que pensei logo no nosso Quarteto do Porto, que também por alturas de 1964 se tornou notado, suscitando geral admiração pela qualidade excepcionalíssima (em relação ao meio português) das suas interpretações.

Infelizmente, porém, a história do Quarteto do Porto é (ou foi?) uma história tortuosa, que há-de ficar a assinalar tristemente este período que vivemos de tão febril actividade musical, mas nem sempre dirigida ao desenvolvimento das nossas melhores potencialidades artísticas. O Quarteto do Porto é (ou foi) uma das vítimas mais ilustres desses equívocos que nos hão-de custar caro. Se alguma instituição lhe tivesse dado, há dez anos, as condições de trabalho que foram proporcionadas ao Quarteto Búlgaro, teríamos hoje em Portugal mais uma fonte de cultura musical viva, capaz de servir segundo o critério mais exigente as solicitações e as necessidades do meio e de assegurar uma maior projecção interna e internacional à produção de

autores portugueses. Mas não: sobrecarregados com as aulas no Conservatório, o trabalho na Orquestra do Porto, o reforço à Orquestra da E.N., os excelentes artistas do Quarteto do Porto, ao contrário destes búlgaros que agora nos visitam, tiveram de se contentar com fazer quarteto nas horas vagas...

E dizer que temos uma instituição como a Gulbenkian que pode gastar dinheiro com a música, e que o gasta com uma orquestra, um coro e um Grupo de Bailado que, por muito bons que sejam, não ultrapassam os limites da mediocridade, à escala europeia. Com dez anos de trabalho exclusivamente dedicado à música de câmara, o Quarteto do Porto seria hoje um caso de primeira-ordem — uma excepção. Perdeu-os, não por sua culpa, bem entendido...

O Quarteto Búlgaro trouxe-nos dois programas de grande responsabilidade: obras fundamentais do repertório, de Mozart, Beethoven, Schubert, Bartok e Lutoslawski (este último contemporâneo polaco em vias de se transformar num clássico do século XX). Do ponto de vista interpretativo, isto é, da realização das obras no seu conteúdo expressivo, impressionou-me sobretudo em Bartok (Quarteto n.º 2), Schubert (Quarteto «A Donzela e a Morte») e Lutoslawski. Foi aí, de resto, que as capacidades técnicas instrumentais de cada um dos componentes do Quarteto mais perfeitamente corresponderam à concepção viva e tersa, admiravelmente pla-

nificada na linha geral e no pormenor, que nos deram de qualquer destas obras. Seria injusto insinuar que os mesmos intérpretes já não foram tão convincentes em Beethoven (Quartetos op. 95 e um dos «Razumovsky»); aconteceu simplesmente, aqui, que os factores técnicos de execução a nível individual apresentaram mais acentuadas debilidades (estas tinham por vezes, o efeito, de desviar a atenção do auditor, impedindo-o de concentrar na música que, apesar de tais acidentes, eles nunca deixaram de fazer). Reduz-se, pois, a Mozart a minha dúvida quanto à correcção e à capacidade de transmissão duma linha interpretativa.

Depois da recente demagogia do Coliseu foi saudável poder tomar contacto com artistas tão dotados e tão honestos.

Os empréstimos da Previdência para habitação

Foi publicado no «Diário do Governo» o despacho de 16 de Abril de 1973 do secretário de Estado do Trabalho e Previdência, dr. Silva Pinto, sobre a aprovação do Regulamento dos Concursos para a concessão de empréstimos, ao abrigo do disposto na Lei 2.092, Decreto-Lei n.º 43.186 e disposições complementares, para habitação. Refere-se no diploma que o elevado número de concorrentes ao primeiro concurso evidenciou a necessidade de que os mesmos passassem de semestrais a anuais.

Tal alteração mostra-se aconselhável, diz-se também não só pela simplificação do trabalho administrativo dela resultante, mas, fundamentalmente, pelo aumento da probabilidade de deferimento das pretensões dos interessados, na medida em que se atribui num só concurso a verba que, anteriormente, seria distribuída em dois.

Para além da circunstância referida, afigurou-se ainda conveniente passar a considerar para efeito da concessão dos

empréstimos o valor líquido e não o líquido dos rendimentos do agregado familiar do requerente. A entidade a ser ouvida para os efeitos previstos será o Fundo de Fomento da Habitação.

Os concursos são abertos no primeiro dia útil do mês de

Outubro de cada ano, devendo os interessados requerer a sua admissão no prazo de trinta dias subsequente à data da abertura de cada concurso.

Pertencem ao 1.º escalão os concorrentes cujo rendimento mensal do agregado familiar não exceda oito mil escudos ou a capitação de 1.300\$00.

Alterado o regime de constituição das Casas do Povo

E alterado e sistematizado pelo Decreto-Lei n.º 249/73 o regime das «Casas do Povo». Tendendo a sua área de acção a passar do nível da paróquia para o do concelho, o montante da «dotação do Estado» para a constituição duma «Casa do Povo» deixa de ter o anterior limite de 20 mil escudos para passar a ser determinado em função do número de freguesias abrangidas. Concedem-se também novas isenções fiscais a estes organismos de modo a aumentar os seus recursos financeiros. E ainda redifinido o conceito de «produtor agrícola»: «todas as entidades singulares ou colectivas, de direito público ou privado que sejam proprietárias de prédios rústicos, ou que os explorem mediante contrato de arrendamento». «Consideram-se em situação equivalente à dos proprietários ou usufrutuários, os meros possuidores e os administradores na ausência dos proprietários».

voe com vantagem ganhe Madrid na sua viagem à América do Sul



Pode voar para a América do Sul com muitas companhias... Mas porque há-de resignar-se a perder as vantagens dos voos especiais da IBÉRIA?

Voar com a IBÉRIA para a América do Sul, significa ganhar uns dias ou umas horas em Madrid, com tudo o que isso significa. Oferecemos-lhe um dos melhores museus do mundo, o encanto dos «tablaos» de flamenco, a grandeza do Escorial, Avila e Toledo. Oferecemos-lhe em suma as noites e os dias de

uma cidade cosmopolita e internacional. A IBÉRIA sugere-lhe uma viagem de negócios descansada e... um bom negócio na sua viagem de descanso. E uns dias em Madrid, pagam-se sempre com agrado. A IBÉRIA propõe-lhe Madrid como prelúdio da sua viagem à América do Sul.

Voar com a IBÉRIA dá-lhe vantagem!

Consulte o seu agente de viagens ou a



IBERIA

LINEAS AEREAS INTERNACIONALES DE ESPAÑA

Lisboa: Rua Barata Salgueiro, 28-6.º - Tel. 539571 - Porto: Av. dos Aliados, 9-4.º, Sala V - Tel. 380060

5ª SEMANA

SÃO JORGE

AO RITMO DA VALSA...DO TANGO...OU DO MINUETE...

Marthe Keller

PARIS MANICÓMIO DO AMOR

...É SENSACIONAL!



"elle court, elle court, la banlieue"

Grupo D 18 anos



um filme de NICOLE DE BURON
realizado por GERARD PIRES

United Artists



Irresistível.
Um dos melhores
filmes cómicos
franceses
dos últimos 5 anos!

"LE FILM FRANÇAIS" 23-2-973

em complemento:

"SAFRIQUE SAFARI" realização de Faria de Almeida
produção Telecine

LUÍS BARRADAS, ACTOR DE "A PROMESSA":

"A delegação portuguesa em Cannes tratou-me como a um desconhecido!"

«Sou muito amigo do António Macedo. Não acredito que isto tenha sido da responsabilidade dele.»

Uma nota prévia de Luís Barradas, empregado numa companhia de aviação, actor de cinema esporadicamente, em dois dos filmes que mais marcaram o nosso «cinema novo»: «O Recado», de Fonseca e Costa e «A Promessa», de António Macedo, este último com uma presença no Festival de Cannes deste ano sublinhada favoravelmente pela crítica. E, aliás, a respeito de Cannes e do que se passou à volta da presença da delegação portuguesa no Festival que Luís Barradas tem muita coisa a dizer.

«Como o sr. sabe, eu não sou actor profissional. O António Macedo gostou do meu trabalho n' «O Recado» e convidou-se para fazer um dos principais papéis d'«A Promessa».

Luis Barradas tem um ar que ele próprio classifica: «bestialmente magoado».

«Desde o princípio que eu estava a dizer ao António Macedo que, se fosse para ir a Cannes, eu tinha facilidades nas viagens, por trabalhar numa companhia de aviação vai para 22 anos. Entretanto «A Promessa» foi seleccionada para o Festival. Vai daí o Macedo disse-me que não tinha dinheiro para a minha deslocação e estadia apesar da mi-

nhá facilidade em viajar até lá. Eu resolvi, então, ir por meus próprios meios».

Exclusivamente por seus próprios meios?

«Bem: eu escrevi uma carta à S. E. I. T. que, na resposta, lamentou não ter verba para me ceder. E eu nem sequer «Smoking» tinha, hem!? Bom, resolvi partir, só com três con-

a ele e pedi-lhe boleia para Cannes, mas ele disse-me que, como tinha um carro «sport», não tinha lugar para mim...»

Uma série de coincidências?

Apenas?

«Fui por meus próprios meios e, sem a menor dificuldade, arranjei uma pensão mesmo no centro de Cannes. Parece-me que a tal dificuldade

guese, fui o único a ter que pagar. O Sinde Filipe ainda se ofereceu para me pagar, mas eu recusei. Em Lisboa, disse-lhe eu, aceite. Aqui não.»

NÃO DEI «BRONCAS»

«Mas eu não dei «bronzas». Não senhor. Eu não queria deixar o meu mal visto lá fora».

Oficialmente, digamos, aconteceu alguma das... «bronzas»?

«Ah, pois aconteceu! Foi na sessão da tarde, no dia da projecção de «A Promessa». Havia um palanque para o realizador e para os actores. Entrámos todos e todos se sentaram, menos eu! Que não havia lugar para mim! Eu bem via um lugar, lá para o meio, mas não sabia se me podia sentar ali. E ninguém me dizia nada. Todos caladinhos. Começou a conversa e, às tantas, um jornalista perguntou ao Macedo: Ó senhor realizador! Esse senhor que está ali de lado (era eu) não é um dos actores do filme? E, então, muito atrapalhado, o Macedo disse: Pois é! O Luís, senta-te aqui ao pé de nós!»

E você... nada?

«Não. Eu já lhe disse que



não dei «bronzas» nenhuma. Mas prometi a mim próprio fazer o que estou a fazer agora. Disse para mim mesmo: Luís, há-de ir aos jornais e há-de contar tudo isto. Mas só queria fazer isso aqui. Precisava de desabafar, de contar tudo isto, para que se soubesse que os portugueses, quando estão lá fora, são uns bons... enfim! (Este «enfim» é tradução nossa).

O FESTIVAL

E quanto ao resto do Festival?

«É um ambiente que não serve para mim. É claro que eu me vesti o melhor possível, porque as pessoas sabiam que eu era um actor do filme português e eu não queria prejudicar o filme nem deixar mal vista a nossa representação. Mas todo aquele ambiente é falso. Eu senti-me deslocado. É tudo muito lindo, muito luxo, muitos perfumes, muitas mulheres bonitas (as mais bonitas do mundo), fatos bestiais. Mas é tudo propaganda. Eu até acho que o festival de Cannes já devia ter acabado há muito.»

Entrevista conduzida por NUNO GOMES DOS SANTOS

tos no bolso. E foi, até, o Fonseca e Costa que me deu um «smoking»!

E foi assim que Luis Barradas se fez ao caminho.

«Chego a Nice e estava o sr. Leite Faria, que era o responsável pela delegação portuguesa lá, à espera da equipa de «A Promessa». O Sinde Filipe, a Guida Maria e o João Mota foram no mesmo voo. O sr. Leite de Faria disse que havia muita dificuldade para arranjar alojamento e que tinha arranjado para todos menos para mim. Até aí, era compreensível, visto eu não estar incluído na lista da representação portuguesa. Eu dirigi-me

de em arranjar alojamento não era assim tão grande...»

E bilhetes para assistir à projecção dos filmes?

«O António Macedo tinha-me prometido arranjá-los. Não arranhou. Só me deram bilhetes (deu-me o sr. Leite Faria) para a passagem de «A Promessa». Fui ter com a secretária do festival e, conforme me tinha dito o Fonseca e Costa, disse-lhe que ia da parte do sr. Novais Teixeira. Ela recebeu-me muitíssimo bem e deu-me bilhetes para todos os filmes que eu quis ver. Mas há mais!»

«Pois! Num almoço onde estava toda a delegação portu-

Dádivas de sangue

Até 27, está estacionada a zona de Arroios, em frente ao hospital, a unidade móvel do Instituto Nacional de Sangue, que ali funciona como posto fixo, todos os dias das 10 às 13 e das 17 às 20 horas, com uma equipa médica e de enfermagem para colheita de sangue.

Todos quantos residam, trabalhem ou se desloquem a essa área, podem fazer a sua doação de sangue, sendo as idades limite para a dádiva entre os 18 e os 65 anos.

Escola Francisco Arruda

Efectua-se amanhã, às 15 horas, uma sessão cultural integrada nas actividades circulares da Escola Preparatória de Francisco Arruda. Do programa consta: apresentação de grupos corais, narrativa de um conto pelo actor Carlos Manuel, comentários pelo director da Escola e apresentação da série cinematográfica «Ensino Visual das Ciências» e um filme recreativo comentado.

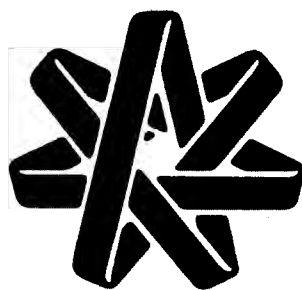
Sessões cineclubistas

O Cine Clube do Barreiro, realiza, hoje, às 21 e 30, na sua sede uma sessão sobre documentarismo com filmes canadianos, franceses dinamarqueses e brasileiros.

O A. B. C. Cine Clube, apresenta, hoje, às 18 e 40, no cinema Imperial, o filme «Parade de Vida» de Paulo Rocha. Amanhã organiza um colóquio, na sua sede, às 18 horas, sob a orientação de David Lopes, sobre o filme «Os Camisardos» e no Domingo, às 10 e 30, exibe, também, no cinema Imperial, «Roco e os seus Irmãos» de Luchino Visconti.

O restauro da Pietà

Promovida pelo Instituto Italiano em Portugal, mons. Ennio Francia profere hoje, às 18 horas, no auditório da Fundação Gulbenkian, uma conferência sobre o «Restauro da Pietà de Miguel Ângelo».



BANCO DE FOMENTO NACIONAL

1º aumento de capital

EMIÇÃO DE 272 727 ACÇÕES
COM RESERVA DE PREFERÊNCIA PARA OS ACCIONISTAS
RATEIO DAS ACÇÕES SOBRANTES

Foram recebidos 771 boletins, correspondentes a 272202 acções subscritas; 525 accionistas manifestaram interesse na atribuição de acções relativamente às quais não fosse exercido o direito de preferência. Havendo 525 acções sobrantes, decidiu-se atribuir 1 acção a cada um daqueles 525 accionistas.

A liquidação das acções atribuídas (1750\$00 + 173\$20 de imposto de mais valia, por acção) deverá ser efectuada até ao dia 25 do corrente, no mesmo balcão onde foi feita a subscrição, contra a apresentação das cautelas correspondentes.

ALGARVE

SE COMPROU CASA OU APARTAMENTO NO ALGARVE NÃO TERA PROBLEMAS DE MOBILIÁRIO. TECIDOS E CORTINADOS SE CONSULTAR UMA CASA ESPECIALIZADA ASSOCIADA DUMA FABRICA DE MOBILIÁRIO DO NORTE

MODELOS ECONÓMICOS E ESTUDADOS PARA O AMBIENTE ALGARVIO



confortalis

ARTIGOS DE DECORAÇÃO, LDA.
Rua do Comercio, 39 - PORTIMÃO

Lisboa, 11 de Maio de 1973

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Começarão em Setembro as obras da auto-estrada Lisboa-Cascais

-REVELA HOJE A REVISTA MOTOR

Segundo revela a edição desta manhã da revista «Motor» em princípios de Setembro do próximo ano começará a fase de acabamentos da nova auto-estrada de Cascais a qual vai ser construída pelo consórcio «Brisa» dominado, como se sabe, pelo Banco Intercontinental Português.

Segundo averiguámos a nova auto-estrada deverá entrar em serviço efectivo nos princípios de 1975. O mesmo sucederá com o troço Vila Franca de Xira-Carregado da auto-estrada Lisboa-Porto, pois as obras de uma e outra começarão já em Setembro próximo.

A revista «Motor» publica uma ampla reportagem sobre o assunto revelando que em Junho deverão começar a efectuar-se as primeiras expropriações encontrando-se o

traçado da estrada praticamente elaborado.

Falta apenas tornar definitivo o troço final pois envolve a interferência com propriedades particulares importantes e até residências. «Um dos casos em estudo — diz a revista «Motor» — é o que se prende com a quinta do multimilionário Antenor Patiño». A auto-estrada passará, pelo menos, perto do topo sul da quinta de Patiño (o qual tem estado a investir fortemente em complexos turísticos no México). Sabe-se que a «Brisa» está também a enviar todos os esforços para começar a construção do troço Carvalhos-Aveiro da auto-estrada Porto-Lisboa. Assim, dentro de um ano, haverá três grandes frentes de trabalho quanto à construção das auto-estradas: a de Cascais, a de Vila Franca

e ainda a dos Carvalhos-Aveiro. Nessa altura, deverão trabalhar nas auto-estradas entre técnicos e operários cerca de 1500 pessoas. Quanto à auto-estrada Vila Franca-Carregado foram aproveitados estudos já elaborados pela Junta Autónoma das Estradas entidade que, por outro lado, tem que aprovar todos os projectos da empresa concessionária. A Junta Autónoma, segundo o contrato de concessão, deverá também aprovar o valor das expropriações.

A revista «Motor» revela, ainda, na sua edição de hoje (recheada de assuntos do maior interesse para os meios automobilísticos) que a auto-estrada de Cascais terá mais um nó de saída para além dos três fixados no contrato de concessão. Esse nó será o do Estoril, o qual vem assim juntar-se aos do Estádio



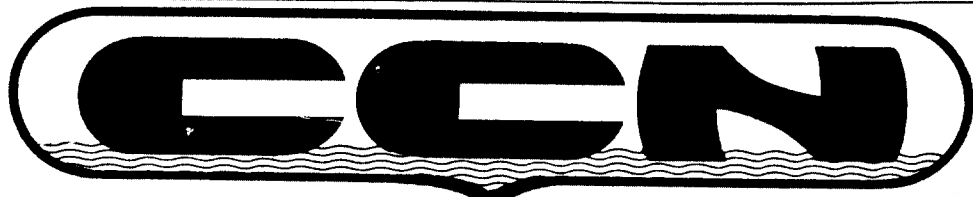
A entrada da quinta do multimilionário Antenor Patiño a qual poderá ser afectada pela passagem da auto-estrada Lisboa-Cascais.

Nacional, Oeiras, Carcavelos e Malveira da Serra (onde a auto-estrada deverá terminar, embora sobre este assunto não haja ainda decisões definitivas). A nova auto-estrada terá duas grandes obras de arte e melhores condições técnicas do que a auto-estrada de Monsanto pois enquanto esta tem rampas a 9 por cento de inclinação, as futuras rampas terão cerca de

3 por cento de inclinação. A nova auto-estrada ficará traçada de forma a poder ser alargada o que deverá verificar-se dentro de dez anos. Terá também, todo o equipamento marginal — postos de gasolina, restaurantes, provavelmente motéis, serviços de socorro e assistência, etc.

A revista «Motor» divulga, por outro lado, que a construção

da auto-estrada Lisboa-Setúbal deverá começar dentro do prazo da concessão e que a auto-estrada Porto-Famalicão deverá entrar em serviço no segundo semestre de 1977. Quanto à auto-estrada Lisboa-Porto, começará a ser construída a partir dos dois extremos em lanços sucessivos. O último troço a construir, será o de Aveiro a Coimbra.



companhia colonial de navegação

PARTIDAS	DESTINOS
LINHA DE AFRICA	
«BERNARDINO CORREIA» a sair em 2 de Junho	Vindo dos portos do Norte da Europa, com escala prévia por Leixões, para: CAPE TOWN, P. ELISABETH, E. LONDON, DURBAN, LOURENÇO MARQUES, BEIRA, NACALA e PORTO AMÉLIA (*).
«UÍGE» a sair em 14 de Junho às 16 horas	Com escala prévia por Leixões, para: LAS PALMAS, LUANDA, LOBITO e MOÇAMÉDES.
«IMPÉRIO» a sair em 16 de Junho às 12 horas	Com escala prévia por Leixões, para: FUNCHAL, S. TOMÉ, LUANDA, LOBITO, MOÇAMÉDES, CAPE TOWN, LOURENÇO MARQUES, BEIRA e NACALA.
«INF. D. HENRIQUE» a sair em 18 de Junho às 16 horas	Com escala por Las Palmas, para: LUANDA e LOBITO.
«AMBOIM» a sair em 20 de Junho	Vindo dos portos do Mediterrâneo, com escala prévia por Leixões, para: LUANDA, LOBITO, MOÇAMÉDES, CAPE TOWN, DURBAN, LOURENÇO MARQUES, BEIRA e NACALA.
«LOBITO» a sair em 28 de Junho	Vindo dos portos do Norte da Europa, com escala prévia por Leixões, para: SÃO TOMÉ, CABINDA, LUANDA, LOBITO e MOÇAMÉDES.
«PORTO» a sair em 7 de Julho	Vindo dos portos do Norte da Europa, com escala prévia por Leixões, para: CAPE TOWN, P. ELISABETH (*), E. LONDON, DURBAN, LOURENÇO MARQUES, NACALA e PORTO AMÉLIA (*).

(*) — SE NECESSÁRIO.

RUA DE S. JULIÃO, 63 - LISBOA 2 - Tel. 36 96 21
R. INFANTE, D. HENRIQUE, 9 - PORTO - Tel. 2 33 42

DEPOIS DE

6 semanas no ROMA

5 semanas no POLITEAMA

5 semanas no AVIS

TOTAL 16 semanas

EASTMANCOLOR

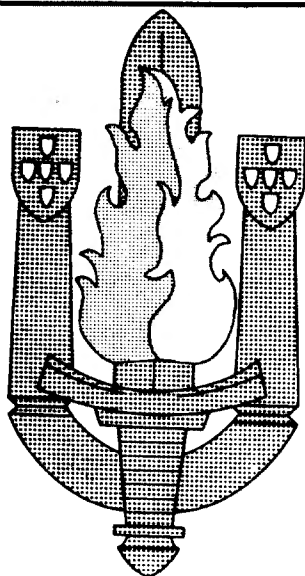
GRUPO B • 10 ANOS
FILMES OCIDENTE

AGORA em 17ª semana
são no **AVIS**

**continuaram
a chamar-me**

Trinitá





1.º CONGRESSO DOS COMBATENTES DO ULTRAMAR

Camarada!

Há quanto tempo não vês o maior amigo do teu grupo de combate? Há quanto tempo não estás com aqueles com quem viveste as melhores horas da tua vida, na Guiné, em Angola ou em Moçambique? Pois agora, um grupo de combatentes como tu resolveu remobilizar-se e promover o encontro de todos os Combatentes.

Contamos contigo, inscreve-te até ao dia 20 de Maio de 1973.

ATÉ BREVE CAMARADA!

ESCREVE-NOS PARA

Todos ao PORTO no dia 3 de Junho

PORTO: Rua Conde Vilas Boas, 126 — Telef. 60005
LISBOA: Travessa da Fábrica da Seda, 7 - 2.º



(Continuamos hoje a publicar a parte final da réplica do Ministério Público)

Não tenho qualquer receio de afirmar que pelas inúmeras vezes que li e reli até à exaustão este processo, não tenho qualquer receio de afirmar dizia, pondo de lado a modéstia que neste momento não cumpre invocar, que me considero profundamente conhecedor da matéria destes autos.

E na qualidade, que eu reivindico, de profundo conhecedor deste processo, eu sinto-me com plena legitimidade e com total segurança para poder valorar, para poder sopesar, para poder extrair as ilações pertinentes de tudo quanto V. Exas. afirmam relativamente a este processo e à matéria nele discutida durante as alegações produzidas.

Referindo-se, a seguir, às alegações da acusação particular e das defesas, prosseguiu: não obstante diversos argumentos expendidos por V. Exas. me houverem impressionado, eu continuo, neste momento, face à prova produzida no decurso deste longuíssimo julgamento, face à prova produzida na instrução preparatória, face ainda aos condicionalismos da interpretação da prova em processo penal, face ainda aos princípios que enformam a valoração desta mesma prova em processo penal, continuo a entender que o réu Henrique Champalimaud deverá ser condenado pelo crime de burla com falsificação de escrita e que o réu António Champalimaud deverá ser absolvido pela prática de todos os crimes por que se acha pronunciado.

E depois de haver destacado que a sua réplica não se dirigia às alegações do defensor de Henrique Champalimaud, dr. Rocha Rodrigues, continuou o dr. Monteiro Diniz: Estas palavras não vão ter repercussão sobre o fundo da causa, sobre a chamada relação jurídica substancial, mas apenas sobre diversos aspectos de natureza puramente circunstancial e acessória que no decurso das alegações que V. Exas. teceram, nomeadamente V. Ex.ª sr. dr. Manuel João da Palma Carlos, foram focados.

E a V. Ex.ª, digo, e aproveito também o ensejo para afirmar — e faço-o com aquela honestidade que sempre procurei mostrar em todas as minhas intervenções e afirmações — quanto me impressionaram as vossas alegações, pela profunda documentação que as mesmas revelaram, pelo grau de exaustão na apreciação dos diversos aspectos de facto controvertidos, pela elegância formal com que os mesmos foram expostos, em suma pela grande utilidade que, cremos, as mesmas revestiram para um perfeito juízo e uma perfeita aquilatação da realidade por parte do Tribunal.

Mas, no decurso dessas alegações, V. Ex.ª perdoar-me-á, sr. dr. Manuel João da Palma Carlos, V. Ex.ª a dado passo terá sido injusto. Essa é pelo menos a nossa convicção. Convicção de natureza pessoal.

E que V. Ex.ª assacou a determinadas individualidades, que no ano de 1965 preenchiam os quadros da Magistratura do Ministério Público, a intenção ou o propósito de impedir, ou pelo menos, se não impedir, obstruir, o livre exercício do poder judicial.

E, não pense V. Ex.ª — e eu queria que V. Ex.ª me concedesse essa justiça — que eu estou a entregar-me em holocausto, a sacrificar-me pelas aras da hierarquia. Não. E que rigorosamente, abstraindo da circunstância de estar integrado numa Magistratura dependente e hierarquizada, estas afirmações que eu de seguida irei apresentar a V. Exas. são produzidas, não pelo Magistrado integrado na Magistratura dependente e hierarquizada, mas pelo homem que acidentalmente é Magistrado. Que, como em tudo na vida, penso que os homens estão sem-

pre antes das funções que exercem, e os homens estão sempre antes das instituições que servem.

Mas, penso que é necessário, para eu poder, de alguma maneira, emprestar algum rigor factual, no uso da palavra, que em mim é habitual, parece que não posso deixar de, embora em breve síntese, focar alguns documentos que se encontram junto no processo a fls. 16.478 e seguintes.

Através duma análise destes documentos da Procuradoria Geral da República — de que V. Exas. têm perfeito conhecimento — verifica-se que, em Abril de 1965 o assistente Carlos Champalimaud dirigiu ao sr. procurador da República junto da relação de Lisboa uma exposição, através da qual manifestava o seu e a meu ver de maneira perfeitamente legítima, pela maneira como a instrução preparatória dos processos em que António Champalimaud era arguido, tinha decorrido.

Um processo pendia no 1.º Criminal, outro no 3.º Criminal e outro no 4.º Criminal.

Eu, antes de ter feito concurso para juiz e ingressar na Magistratura Judicial, fui delegado também neste Tribunal da Boa-Hora.

Fui delegado no Tribunal da Boa-Hora, por isso eu posso falar com um certo conhecimento de causa da problemática que suscitou, que se estava suscitando no ano de 1965 à volta deste processo e ela é corrente, era pelo menos corrente, na altura em que eu desempenhei funções de delegado do Ministério Público no Tribunal da Boa-Hora.

E que, quando a Polícia Judiciária encerrava uma determinada instrução preparatória e a remetia ao Tribunal e mormente quando essas instruções preparatórias tinham assistentes constituídos que requeriam nova instrução os delegados deparavam com uma dificuldade insuperável. E que a Polícia Judiciária, mal o processo é remetido ao Tribunal, dá baixa para efeitos estatísticos nos respectivos elementos de escrituração que ora referi.

E de seguida, qualquer diligência que o Ministério Público junto já dos Tribunais correctionais ou criminais houvesse a solicitar-lhe, tinha de ser sugerida e solicitada à Polícia Judiciária.

Mas continuando o processo afecto ao tribunal para onde havia sido remetido e não considerando já um corpo de delito afecto à Polícia Judiciária.

E evidente que esta realidade que resulta e emana do parágrafo 2.º do art.º 20 do Decreto-Lei 35 042, dá origem a que haja necessariamente uma não celeridade na ulatimação dos processos nestas circunstâncias.

Os delegados remetem para a Polícia Judiciária; a Polícia Judiciária limita-se a cumprir precisamente, especificamente e unicamente aquele ponto do despacho que o delegado apontou; o processo volta novamente ao tribunal; há necessidade de novas diligências porventura a realizar; os autos, voltam à Polícia Judiciária e cai-se num pingue-pongue infernal.

Eu próprio tive oportunidade, aquando delegado, de observar circunstancialismos desta natureza.

E é por isso que eu digo que esta exposição dirigida pelo sr. Carlos Champalimaud ao sr. procurador da República junto da Relação de Lisboa, que extraxa esta realidade com perfeito rigor, a nosso ver, pedindo depois, nessa exposição, ao sr. procurador da República, para colher informes junto do ajudante que se encontrava no Tribunal Criminal e junto do delegado respectivo dos tribunais a que esse processo havia sido distribuído, para de seguida levar esses elementos à apreciação do sr. procurador-geral, com vista a que o processo regressasse à Polícia Judiciária e não houvesse esta continuidade de devolução e contradetecção, não houvesse este impasse, no fundo

uma luta surda entre delegados e inspectores da Polícia Judiciária.

O sr. procurador junto da Relação de Lisboa, frente ao requerimento que lhe é dirigido, limitou-se — e parece que necessariamente tinha de o fazer — a remeter essa exposição ao sr. ajudante junto do Tribunal Criminal, ajudante da Relação no entanto servindo no Tribunal Criminal.

E penso que foi necessariamente por lapso que V. Ex.ª afirmou que o ajudante que na altura elabora a exposição que está junta a fls. 16.479 e que é o sr. dr. Lopes de Melo era ajudante do 3.º Criminal. Nessa altura, em Junho de 1965, já haviam sido extintos os ajudantes dos Tribunais Criminais. O Ministério Público era representado, quer junto dos Tribunais Criminais, quer junto dos Tribunais Correctionais por delegados do procurador da República. Portanto, S. Ex.ª o sr. dr. Lopes de Melo, quando elabora a exposição de fls. 16.479 fá-lo, não na qualidade de ajudante do 3.º Juízo Criminal, onde na realidade havia desempenhado essas funções e onde teve intervenção aliás muito longa no chamado processo da 9.ª emissão, como V. Exas. sabem, quando elabora esta exposição de que eu tenho fotocópia perante mim, datada de 7/5/1965, dizia, o sr. dr. Fernando Faria Pimentel Lopes de Melo era ajudante junto da Relação prestando serviço no Tribunal Criminal e não ajudante junto do 3.º Juízo Criminal.

Portanto quando Sua Ex.ª o dr. Lopes de Melo elabora a exposição, não poderá dizer-se da maneira como V. Ex.ª o fez — V. Ex.ª deculpar-me-á neste ponto a minha discrepância — que o sr. dr. Lopes de Melo não podia ter conhecimento do que se passava nos outros processos em que era arguido António Champalimaud, pois só tinha conhecimento do que se passava no processo chamado da 9.ª emissão.

E na realidade, S. Exa. teria um conhecimento talvez mais profundo do processo da 9.ª emissão dada a intervenção exaustiva que nesses autos teria tido. Mas dada a situação de Ajudante do Tribunal Criminal competia-lhe a fiscalização de todos os serviços quer de Tribunais Criminais quer de Tribunais Correctionais da Boa-Hora, e eu ainda fui delegado na Boa-Hora sob a dependência do sr. dr. Lopes de Melo. É evidente que o sr. dr. Lopes de Melo estava numa situação que lhe possibilitava tomar um conhecimento perfeito de todos os processos.

Bastava dar uma simples ordem ao delegado respectivo para lhe levar o processo ou lhe fornecer quaisquer informações que necessitasse.

Portanto, esta exposição do sr. dr. Lopes de Melo não poderá ser considerada elaborada indocumentadamente porque dado que S. Ex.ª era ajudante de Tribunal Criminal estava em condições óptimas para poder ter acesso, a todos os processos, como poderá ter tido para poder elaborar e tecer as considerações que aqui se encontram traçadas.

Ora, devolvido o requerimento do assistente Carlos Champalimaud e a exposição elaborada pelo sr. ajudante junto do Tribunal Criminal, o sr. procurador da República, esse sim, tanto quanto é do meu conhecimento, as problemáticas da Procuradoria da República me possibilitam e permitem concluir, esse sim, não teria conhecimento perfeito, não teria conhecimento nenhum, da essência, — não gosto muito de aplicar esta palavra — da substância íntima destes processos; mas como o seu ajudante o informava nos termos da exposição constavam, e ele não tinha necessariamente quaisquer elementos que pudessem obstar, ou contrapor à informação do sr. ajudante, limitou-se a devolver o requerimento do sr. Carlos Cham-

palimaud, com o ofício que se encontra a fls. 14.678, no qual termina o sr. Procurador da República dizendo que não vê inconveniente, antes vantagem, no deferimento do requerido.

E que o sr. ajudante, então dr. Lopes de Melo, na verdade, anuiu à pretensão do assistente Carlos Champalimaud, dizendo que para maior celeridade, para obviar a esse inconveniente, via toda a vantagem em que os autos fossem devolvidos à Polícia Judiciária para ali ser ultimada a instrução.

O processo de outra maneira se eternizaria talvez, dado o estado de carência resultante daquelas condições que eu já referi.

O sr. Procurador Geral da República, de então, de posse desses elementos — requerimento do sr. Carlos Champalimaud, a exposição do ajudante do Tribunal Criminal, informação positiva do sr. procurador da República junto da Relação — poderia logo ter emitido um despacho. Mas não, S. Ex.ª entendeu ainda, já que de alguma maneira a Polícia Judiciária, os serviços dela, estariam ou estavam envolvidos no texto, não só do requerimento, como da exposição a que venho fazendo alusão, ouviu também o sr. director da Polícia Judiciária.

Sempre todas essas individualidades que ele vai sucessivamente ouvindo estão na dependência hierárquica do Emo Procurador Geral da República.

Por conseguinte, o director da Polícia Judiciária de então, dr. Orlando Gomes da Costa, na sequência dos documentos que lhe são enviados, da exposição do sr. Ajudante do Tribunal Criminal, do requerimento do sr. Carlos Champalimaud, remete-os ao Emo Procurador Geral da República, com o ofício que se encontra junto também neste volume, a fls. 16.497, onde informa que adere às considerações feitas pelo Emo Ajudante do Procurador da República junto da Relação de Lisboa.

Portanto, lê a exposição do sr. ajudante junto do Tribunal Criminal — esse, na verdade, em situação óptima para aquilatar das razões invocadas pelo assistente Carlos Champalimaud — e adere como pode, tal como tinha feito o sr. Procurador Geral da República, junto da Relação de Lisboa, o sr. dr. Joaquim da Costa Aroso e concorda, e aceita, portanto, as razões do sr. dr. Lopes de Melo.

Referente a este conjunto de documentos, de informações, o sr. Procurador Geral da República profere então o despacho que se encontra a fls. 16.498, com data de 24-5-65. Até lerei esse despacho: «Estou de acordo com as opiniões emitidas pelos Exmos. Srs. Procurador da República e seu Ajudante, no sentido de serem confiados a um só inspector da subdirectoria da Polícia Judiciária de Lisboa, se possível, todos os processos-crime do caso Champalimaud, incluindo aqueles que já foram remetidos a Tribunal e se encontrem deficientemente instruídos.

À investigação de verificação da natureza dos processos e sua repercussão na opinião pública. Manso Preto».

Ora, este despacho, proferido pelo Procurador Geral da República depois de ouvir o director da Polícia Judiciária, o Procurador da República junto da Relação de Lisboa, o ajudante do Tribunal Criminal, referindo-se a uma matéria de instrução preparatória, portanto uma matéria da pertinência e da competência do Ministério Público de que ele era, na altura, abaixo do sr. ministro da Justiça, a entidade suprema, parece-me que é um despacho perfeitamente rigoroso, claro e exacto.

Sua Ex.ª limita-se a concordar com as informações anteriores, procura obviar a um determinado estado de coisas que lhe são destacadas, quer no requerimento do sr. Carlos Champalimaud, quer na exposição do sr.

O CASO DA HERA

Ajudante junto do Tribunal Criminal; através dele visa-se, tão só e apenas, um aceleramento da instrução, uma descoberta tanto quanto possível rápida da verdade.

E na sequência deste despacho, que depois é comunicado a diversas entidades, o sr. Procurador da República, ao sr. director da Polícia Judiciária, e de um outro proferido em 2-8-65, relativamente ao processo de Henrique Champalimaud, os processos em que são arguidos António Champalimaud e Henrique Champalimaud, são devolvidos à Polícia Judiciária para completamento da instrução.

Parece que se impõe fazer um parentesis antes de prosseguir, tocante à realidade, um pouco diversa, do processo de Henrique Champalimaud.

E que na verdade, enquanto os outros processos, muito embora distribuídos a determinados Juízos Criminais, estavam ainda na dependência do Ministério Público, dos delegados do Procurador da República, que podiam em qualquer altura, por si só, dentro de disposições próprias e específicas, remetê-los à Polícia Judiciária para completamento da instrução, sem necessidade sequer do aval ou da autorização quer do Ajudante do Tribunal Criminal, quer do sr. Procurador da República, quer do sr. Procurador Geral, neste processo, na verdade, já tinha sido deduzida quer acusação pelo representante do Ministério Público quer pela assistente Transfomal, contra Henrique Champalimaud.

No entanto, em relação a este ponto, as coisas passam-se de maneira diversa dos outros.

E que, enquanto os outros são remetidos pelos próprios representantes do Ministério Público, neste caso, como se verifica do processo (e como aliás V. Ex.ª relatou), é o representante do Ministério Público que requer ao Juiz — porque na verdade embora o feito não tivesse sido introduzido em juízo, já estava na dependência do juiz — que requer que o processo lhe seja confiado por um determinado lapso de tempo para consulta na Polícia Judiciária.

Esse requerimento é deferido, e anote-se até a circunstância de não ter sido deferido pelo juiz do 1.º Criminal, sr. Corregedor Bernardino de Sousa, mas pelo juiz de turno — esse despacho foi proferido em Agosto de 1965, e certamente S. Ex.ª já não se encontrava ao serviço, e é o Juiz de Turno que defere a pretensão do Ministério Público.

E certo que, posteriormente, esse pedido inicial do Ministério Público, 15 dias, vai-se prorrogando por lapsos sucessivos que determinam que o processo se encontre na Polícia Judiciária cerca de 3 anos.

Mas, para além desta realidade, um pouco diversa daquela que sucede com os processos que estão afectos ainda ao Ministério Público, o que importa destacar é que não se vislumbra, pelo menos nós não vislumbramos, nem parece que seja possível que tal se extraia desta documentação que se encontra junta ao processo, e que venho citando, que se extraia ou que se possa extrair a conclusão de que por parte quer do sr. Procurador G e r a l da República, quer do sr. Procurador da República junto da Relação, quer do sr. Director da Polícia Judiciária, quer do sr. ajudante do Tribunal Criminal, quer ainda do sr. prof. Antunes Varela — e em relação ao sr. prof. Antunes Varela, então Ministro da Justiça, referência alguma existe nestes documentos —, que tenha havido o propósito de impedir ou de alguma maneira obstar, ou paralisar, ou perturbar a acção da Justiça.

E que na realidade, toda esta conduta destas individualidades

que venho citando me parece perfeitamente rigorosa, legal e clara, — estes despachos vão sendo proferidos na sequência de consultas previamente feitas a determinadas entidades, colocadas em situação própria e adequada para a poderem formular (neste caso a informação fundamental parte do sr. Ajudante do Tribunal Criminal); parece que se integra rigorosamente dentro daqueles amplos poderes de fiscalização, orientação e coordenação do Ministério Público que compete, por lei, ao sr. Procurador Geral da República.

Dizer-se que com esta conduta o sr. prof. Antunes Varela, em relação ao qual, aliás, não há qualquer referência no processo, só pela circunstância de ser Ministro da Justiça, mas os Ministros da Justiça normalmente não interferem nesse nosso conhecimento, não interferem na actuação do Ministério Público nem na do Procurador Geral da República que chefia a magistratura do Ministério Público, nem os autos informam nem denunciam nada nesse sentido.

E o sr. Procurador Geral da República, e o sr. procurador e o sr. Ajudante, e o sr. Director da Polícia Judiciária terem proferido este despacho no sentido de os processos deixarem de estar na situação de híbrido, uma situação neutra entre a Polícia e os delegados da Boa-Hora, e passarem à Polícia Judiciária para obviar e obstar àquelas incidências de natureza puramente formal, pergunta-se:

Há, com esta conduta, com este despacho, o intuito ou o propósito, que neste caso teria de ser o propósito doloroso, fraudulento, de impedir ou perturbar a acção da Justiça?

Francamente, parece que nada autoriza. Pelo contrário, através de toda esta conduta das individualidades que eu tracei, resulta, e ao contrário, o desejo de esclarecer mais rapidamente esta problemática que, aliás, já se vinha arrastando nesta altura há cerca de 6 anos, ou há mais de 6 anos.

É certo — e agora numa outra fase que V. Ex.ª também citou — que em Junho de 1968 os processos são remetidos, depois de instruídos, não aos Juízos Criminais a que haviam sido distribuídos — e não se ignora a natureza da distribuição —, mas sim ao 1.º Juízo Criminal, porque assim entendeu o inspector que havia instruído esta fase final do processo. E abra-se um parentesis para se dizer, que não tenho perfeito conhecimento dos serviços e da maneira como funciona a Polícia Judiciária, mas estou convencido que esta situação de um Inspector ser encarregado de um processo só, durante um certo lapso de tempo, devido a circunstâncias especiais, de o processo ter uma especial complexidade, de ser já muito volumoso, penso que é uma coisa habitual nessa corporação, embora não possa fazer essa afirmação com segurança, não fui inspector da Polícia Judiciária, não conheço os serviços da Polícia Judiciária, mas penso que esta realidade é uma realidade que por vezes se verifica nessa corporação.

Ora, dizíamos que esse inspector, nomeado nessas circunstâncias, e aliás o sr. procurador geral da república quando proferiu o seu despacho nem esta situação determinou, pois disse, apenas: «Estou de acordo com as informações emitidas pelo ilustre Procurador da República e seu Ajudante no sentido de serem confiados a um só inspector da subdirectoria da Polícia Judiciária de Lisboa, se possível» — portanto isto dependeria das possibilidades do serviço da Polícia Judiciária na altura — dizia portanto que esse Inspector, que, na verdade, acabou por

RANÇA SOMMER

ser nomeado para o processo, em 1968 entendeu dever aplicar ainda na Polícia Judiciária, portanto numa fase ainda instrutória, as regras do art.º 55 do Código de Processo Penal.

E esse seu entendimento acabou por ser submetido à hierarquia, como V. Ex.ª notou, nomeadamente ao sr. Procurador Geral da República, que acabou por proferir um despacho no sentido de concordar com essa apelação feita nesses termos e ao abrigo das leis do processo, que segundo referia o sr. inspetor dr. Manuel Fernandes seria o art.º 55.º do Código de Processo Penal.

E através do entendimento do sr. inspetor Manuel Fernandes, o Tribunal competente seria o Tribunal do 1.º Juízo Criminal, por ser aquele em que havia o processo em que tinha sido cometida a infracção mais recente.

Essa informação depois é corroborada pelo Subdirector na altura, sr. dr. Luís Vaz Sequeira.

E, na verdade, os processos acabam por ser remetidos, na sequência dessas instruções e desse acatamento, ao 1.º Criminal.

Mas, volto a perguntar: essa situação, essa circunstância, mesmo que se considere não perfeitamente regular, frente à natureza da distribuição, atendendo a que a distribuição é um acto estritamente jurisdicional e que vincula para sempre a fixação do processo ao Tribunal a que foi distribuído, dizia eu, essa situação, essa actuação por parte destas três individualidades que citei, poder-se-á também considerar um acto que visou ou que tentou impedir ou perturbar a acção da Justiça?

Poder-se-á pensar que da parte destes três magistrados houve o propósito doloso e fraudulento de perturbar e impedir a acção da Justiça?

Eu respondo, aberta e francamente, que não.

Respondo aberta e francamente que não pelo conhecimento que tenho, mais de uns, menos de outros, mas em relação a todos, o conhecimento suficiente para poder afirmar aberta e frontalmente que não.

E aberta e frontalmente que não, até porque, e este é um ponto agora que eu não poderia deixar de apresentar a V. Ex.ª, em relação ao sr. Procurador Geral da República e ao sr. Procurador junto da Relação de Lisboa, meus superiores hierárquicos — presentemente, só o sr. Procurador junto da Relação de Lisboa —, dada a maneira como sempre actuaram em relação a mim, dada a total liberdade que sempre me concederam, dada a perfeita independência com que actuei sempre neste processo, não procurando nunca exercer qualquer influência — e, por aquelas razões que já anteriormente tracei, fácil seria, dado estar integrado numa Magistratura dependente e hierarquizada, fácil seria o exercício dessa dependência — nunca S. Ex.ªs tentaram exercer, nem exerceram a mínima influência, fosse de que natureza fosse, e toda a minha posição neste processo, e eu quero assumir inteira responsabilidade pela posição que assumi neste processo, e no pedido de absolvição final, que fiz, do réu António Champalimaud, pertencem-me única e exclusivamente a mim.

Portanto, necessariamente a que por esta razão, se outras não existissem — e existem —, pelo conhecimento que tenho das personalidades de S. Ex.ªs, eu, necessariamente, tinha que responder, frente à afirmação que V. Ex.ª fez, que não é compatível, nem é adequável, nem harmonizável com a personalidade de S. Ex.ªs, o propósito a intenção de impedir, de perturbar a acção da Justiça através da remessa do processo para um determinado Juízo Criminal.

Porque mais fácil seria, se is-

so fosse possível, fosse hipotizável relativamente à personalidade de S. Ex.ªs, ditar, emitir, relativamente à minha pessoa, determinados comandos para a assunção de determinadas posições.

Eu volto a referir a V. Ex.ªs e espero que V. Ex.ª faça a justiça de aceitar como boa a minha afirmação, que é de minha inteira, total e absoluta responsabilidade a posição por mim assumida neste processo.

E é por isto que entendo, que não vejo possível, pelo contrário, que se possa assacar a esta série de individualidades uma conduta fraudulenta e dolosa, como é aquela que resulta do art.º 301 do Código Penal.

Eu poderia neste momento desenvolver muitas outras matérias, tecer muitos outros considerandos, apresentar outras razões. Mas entendo que não há necessidade. Aliás, V. Ex.ªs desculpar-me-ão a natureza destas afirmações que venho produzindo; rigorosamente não se destinam a um esclarecimento do aspecto fundamental da questão subjacente, não se compaginam, nem são, de certa maneira, próprias numas alegações como aquelas que eu venho produzindo, porque não se dirigem directamente ao Tribunal.

E na sequência desta sua afirmação mais adiante disse o dr. Monteiro Dinis:

Mas tudo quanto eu teria a dizer relativamente a este processo, quer no processo da Transfomal, quer no processo conhecido por herança, eu o disse ao longo dos 6 dias em que produzi alegações.

Há efectivamente pontos em que não concordo com aspectos de pormenor, com determinadas realidades que V. Ex.ªs aqui produziram e afirmaram, referentemente não só a aspectos acessórios como até a aspectos de fundo do processo.

Mas como a conclusão última, face àquela caracterização que já fiz da prova produzida no julgamento, da interpretação das mesmas provas, dentro dos condicionamentos próprios do processo penal, dentro desses elementos, que são os únicos a que o Tribunal tem de atender para estruturar a sua convicção, eu repito, continuo a pensar que o réu António Champalimaud deverá ser absolvido da prática de todos os crimes pelos quais se acha pronunciado.

E havendo esta coincidência no ponto final, todos os outros aspectos são aspectos acessórios e, em última análise, fruto daquela inevitável oposição, daquela inevitável separação, que terá de existir, tem existido, e existirá sempre entre os homens, quando chamados a emitir determinados juízos sobre uma mesma realidade, mesmo que profundamente conhecedores dessa realidade.

Isso resulta necessariamente da condição humana, dos subjectivismos de que essa condição humana é portadora, e das, talvez, diversas perspectivas ópticas, através das quais são olha-

das e detectadas.

Era isto que eu queria dirigir, V. Ex.ªs, perdoar-me-ão o tempo que vos ocupei, era isso que eu queria dirigir a V. Ex.ª sr. dr. Manuel João da Palma Carlos, e, estas palavras, impostas, como já disse, por uma posição de natureza pessoal, em meu entender, eram devidas pelo conhecimento que tenho das pessoas que acabei de referir.

Em relação a todas essas individualidades, dizia, mas seja-me permitido, e neste ponto, destacar a figura do sr. procurador da República, junto da Relação de Lisboa e que ainda o é, neste momento. E o melindre desta afirmação que eu vou fazer, poder-se-á prestar imediatamente a especulações, porque as outras individualidades já não pertencem à hierarquia do Ministério Público, e o sr. dr. Costa Aroso ainda pertence; consequentemente, o ajudante, servilmente, está a fazer afirmações de louvor, de louvaminha fácil, ao sr. procurador, para obter dele quaisquer possíveis benesses ou simpatias.

Eu não hesito ao fazer esta afirmação, e ser-me-ia perfeitamente fácil evitá-lo quero fazê-la com o conhecimento que tenho de Sua Ex.ª.

O sr. dr. Costa Aroso é, de todos os que acabei de referir, aquele de que eu tenho um conhecimento mais profundo, porque é com ele que eu tenho efectivamente os maiores contactos e tenho tido mais contactos pessoais.

E seja-me permitido, na pessoa do sr. dr. Joaquim da Costa Aroso, sem menosprezo para as outras individualidades que citei, eu destacar uma figura que eu rotulo quase de paradigmática de magistrado, pela vida absolutamente impecável, de total devoção, que chega a atingir as raízes do sacerdócio, com que se devota e com que vive a magistratura. E a maneira sempre, mas sempre impoluta, honesta e inatacável com que ele defende os altos valores que lhe são confiados.

E um parentesis final. A encerrar, não quero ser mais longo, só uma afirmação que tenho neste momento para dirigir, e dirigi-la-ei na sequência do que venho afirmando: é que V. Ex.ª também, sr. dr. Manuel João da Palma Carlos, a certa altura, num manifesto lapso, é evidente, referiu que o eng. Manuel da Costa Aroso era ou seria — eu não tenho as alegações de V. Ex.ª —, primo do sr. dr. Costa Aroso.

Ora, eu tive a oportunidade, não agora mas já há muito tempo, quando vi o processo, vi o nome desse senhor, e porque ele é natural de Matosinhos, por curiosidade meramente pessoal, perguntei ao sr. procurador da República se o sr. eng. Aroso, efectivamente, lhe era alguma coisa no campo das relações familiares.

E o sr. procurador da República informou-me que não, que não havia qualquer relação familiar entre eles. Esta rectificação veio-me agora perfeitamente perfunctória e accidental, como o foi o restante que eu, embora sem necessidade, aleguei.

Referentemente a tudo isto que acabo de dizer, V. Ex.ªs, perdoar-me-ão o tempo que lhes levei.

Eu serei o primeiro a aceitar que, tudo quanto disse, não se insere propriamente no conceito rigoroso do Art. 467.º do Código de Processo Penal, porque rigorosamente eu não ataquei nem afrontei afirmações produzidas por parte do ilustre advogado, sr. dr. Manuel João da Palma Carlos, quanto à questão de fundo, mas apenas me referi a aspectos de natureza acessória.

E a V. Ex.ªs, como é evidente, ao Tribunal como é evidente, para decidir, só lhes interessa, só interessará a problemática que se relacione com a relação jurídica substancial em presença.

No entanto, V. Ex.ªs, estou certo, relevar-me-ão o tempo que lhes ocupei com estas minhas considerações.

Terminada a intervenção do representante do Ministério Público, e não tendo o representante da acusação particular, dr. Eridano de Abreu, usado o seu direito de réplica, foi a vez de o dr. Manuel João da Palma Carlos encerrar a discussão, como defensor de António Champalimaud.

Disse o advogado:

RÉPLICA DO DR. PALMA CARLOS

Exmos. senhores juízes. E evidente que estas palavras que eu vou proferir perante V. Ex.ªs, são frontal e principalmente dirigidas ao ilustre magistrado do Ministério Público, porque as palavras por ele proferidas também a mim foram essencialmente dirigidas.

Não havia na verdade, qualquer possibilidade de outras condições ou noutras circunstâncias, o sr. dr. Monteiro Dinis

dizer-me o que agora disse, produzir as explicações que agora produziu.

Isto pela razão de que nunca em todo o decurso deste julgamento e durante toda a minha intervenção, eu e o sr. dr. Monteiro Dinis, alguma vez e sobre qualquer pormenor, falámos ou trocámos uma só impressão sobre a matéria deste processo.

Efectivamente, estávamos aqui em posições opostas, na medida em que S. Ex.ª representava a acusação pública e eu representava a defesa de António Champalimaud. Estávamos em posições opostas, nesse aspecto, mas não opostas na medida em que cada um de nós tinha efectivamente por interesse e por objectivo ajudar e contribuir para a administração da melhor justiça.

Mas não era possível que qualquer explicação sobre qualquer aspecto ou pormenor do processo fosse produzida noutro local ou noutras circunstâncias, que não efectivamente nesta sala de audiências, perante V. Ex.ªs, em voz alta, e perante o público.

Poderia na verdade, tomar a posição simplista de dizer apenas: é uma explicação que me é produzida e nem sequer é devida, e pela alta categoria profissional e moral e intelectual de quem vem, eu tenho apenas que aceitá-la, ouvi-la e sobre ela calar-me.

Mas, mesmo com o tom de amabilidade em que as afirmações foram produzidas pelo sr. dr. Monteiro Dinis, o sr. dr. Monteiro Dinis considerou injustas afirmações por mim produzidas no decurso das minhas alegações.

Eu, que procurei, na verdade, em todos os momentos das minhas alegações, em todos os aspectos deste processo, quer sob o ponto de vista de direito, quer sob a matéria dos factos, ser

eminentemente justo; que não disse nenhuma expressão que não houvesse meditado, que não produzi uma única afirmação em que não estivesse consciencializado, eu pergunto a mim mesmo se, aceitando como aceito aquilo que ouvi em relação à posição pessoal, inatacável e inigualável do sr. dr. Monteiro Dinis, se não devia também dar uma explicação a V. Ex.ªs sobre as razões que me levaram a proferir as afirmações que proferi.

E por isso, sr. dr. Monteiro Dinis, que eu estou aqui a responder às afirmações que V. Ex.ªs produziu.

Eu não tenho dúvida nenhuma, quando V. Ex.ª afirmou há pouco que não estava a sacrificar-se nas aras da hierarquia, eu não tenho dúvida nenhuma que V. Ex.ª produziu uma afirmação rigorosamente verdadeira, como tenho por verdadeiras todas as afirmações que produziu no decurso do julgamento, como tenho por mais da alta honestidade todas as posições que assumiu dentro do processo, durante todo o momento dele, desde que começou a intervir até que finalizou a sua intervenção.

Em todas e quaisquer espécies de intervenções, quando se opunha aos requerimentos que eu formulava, quando contrariava posições processuais que eu queria assumir, até mesmo quando eu fui afastado desta sala de audiências, a posição que V. Ex.ª assumiu foi de acordo com as convicções de V. Ex.ª.

Mas não podendo eu deduzir a mais ligeira crítica à posição agora assumida por V. Ex.ª, não tendo eu sequer que fazer nenhuma observação em contrário da posição pessoal e da dignidade pessoal e da dignidade portanto profissional, em função do seu cargo e em função de si próprio, que V.

Continua na pag. 14

SONORTE

A PREFERIDA

A Sala de Imprensa que funciona no Hotel Ritz durante a visita do Presidente Médici foi totalmente montada com Divisórias Amovíveis.

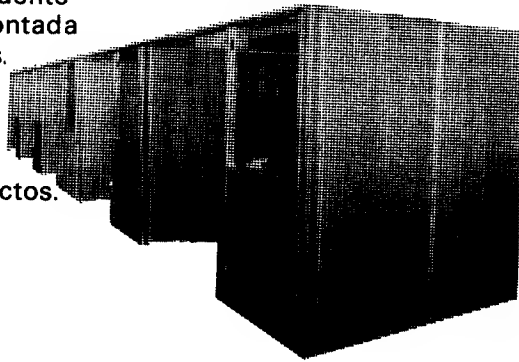
Era necessário montar 300m² em 5 dias com a garantia de não danificar paredes nem tectos.

Foram escolhidas as Divisórias Amovíveis

CLOISALL

SONORTE

SOCIEDADE DE ESTRUTURAS METÁLICAS DO NORTE, S.A.R.L.
ALFRAGIDE Telef.: 97 06 15 / 97 22 14 / 97 32 42 · Apartado 2794 LISBOA
PORTO: CLOISALL PORTUGAL, LDA · Apartado 317 · Telefone: 98 90 135



Nestas instalações funciona o Gabinete de Imprensa que efectua a cobertura da visita do Presidente Médici.

O MAIS SELECIONADO SORTIDO EM:

Enxovais para noivas, para bebés, roupas de casa, roupas de mesa, jogos de cama ou panos de metro, linhos, turcos, etc.

Lavores femininos

AV. GUERRA JUNQUEIRO, 3-D

LAVORES

RUA AUREA, 179

DL/GERAL

CASO WATERGATE

Acusações contra Mitchell ex-ministro da justiça

WASHINGTON, 18 (R.) — O inquérito público ao Caso Watergate conduzido pela comissão senatorial entra hoje no segundo dia, concentrando-se todas as atenções no depoimento de James McCord, um dos cinco homens surpreendidos em flagrante na sede do Partido Democrático.

McCord, um antigo agente do FBI, desempenhava as funções de chefe dos serviços de segurança na campanha eleitoral republicana e depois de se ter recusado a falar durante o julgamento, parece agora disposto a revelar tudo o que sabe.



James McCord, antigo agente do FBI, que vai depor hoje perante a comissão senatorial de inquérito do escândalo Watergate (Telefoto UPI-Teleimpressão-DL)

O antigo agente deverá hoje falar sobre as pressões a que os arrombadores de Watergate foram submetidos para se declara-

rarem culpados durante o julgamento, aceitando assim toda a responsabilidade e evitando incriminar outras figuras mais altamente colocadas.

Os depoimentos ontem transmitidos durante seis horas pela televisão não provocaram qualquer entusiasmo entre os telespectadores, na sua maioria donas-de-casa, e foram recebidos muitos pedidos para que as estações voltem a transmitir os seus programas normais.

A principal testemunha de ontem foi Robert Odle, chefe dos serviços de escritório da campanha eleitoral republicana, o qual se limitou a revelar que no dia em que os arrombadores foram presos na sede do Partido Democrático, Gordon Liddy, um dos chefes da operação de espionagem, destruiu grande quantidade de documentos, mas salientou não saber de que documentos se tratava.

Odle fez no entanto uma revelação comprometedora para o antigo ministro da justiça, John Mitchell ao dizer que ele tomou várias decisões importantes sobre a campanha eleitoral do presidente Nixon, antes mesmo de se demitir daquele cargo no Governo. Mitchell tinha declarado a uma comissão do senado no ano passado que não tivera qualquer intervenção na campanha eleitoral senão depois de abandonar as suas funções no ministério da Justiça.

McCord, a principal testemunha de hoje, também poderá fazer acusações graves contra Mitchell, pois teria já dito aos investigadores, sob juramento, que o antigo ministro da justiça aprovou o projecto de espionagem contra os democratas.

Mitchell desmente tais acu-

sações, mas a sua posição é muito delicada pois um grande júri que em New York investigou o caso do financeiro Robert Vesco, incriminou oficialmente Mitchell, que terá de responder em tribunal por prejuízo e venda da sua influência política a troca de uma contribuição financeira secreta de Vesco para a Campanha eleitoral republicana.

MILÃO, 18 (R.) — As autoridades italianas investigam hoje a possibilidade do atentado bombista de ontem, numa rua desta cidade, cheia de gente, pertencer a uma vasta conspiração de subversão e violência.

Uma mulher de 23 anos, Grazielle Bortolon, perdeu a vida e mais 47 pessoas ficaram feridas por estilhaços quando um homem arremessou uma granada de fragmentação contra a multidão reunida fora do comando da Polícia de Milão.

Esse indivíduo, identificado como Gianfranco Bertoli, um anarquista, de 40 anos, foi preso pela Polícia quando transeuntes, chocados e indignados, pareciam preparar-se para o linchar.

Vinte dos feridos são polícias. Bertoli declarou calmamente

PARIS, 18 (F.P.) — Como capital internacional Paris baixou, tanto no nível cultural como político e económico, tendência que todavia não é irreversível: segundo um vasto inquérito empreendido há dois anos, inquérito abrangendo a opinião de 200 individualidades de «estatura internacional», habitando em diferentes países europeus e nos Estados Unidos. Paris que na opinião destas individualidades possui uma proeminência na função cultural por efeito do seu património tornou-se «formalista... insuficientemente liberal... demasiado clássica... ignorada pelas correntes artísticas mo-

dernas... mesmo aborrecida». Nas relações económicas e financeiras o seu papel é julgado secundário quando é facto que nos mercados externos a França obtém sucesso. Ao nível político Paris não tirou partido da situação internacional e o relatório põe mesmo em dúvida que Paris possa ser um «leadership» europeu neste domínio. A «neutralidade» de Bruxelas e o «atlantismo» de Londres podem ser-lhe preferidos.

As fraquezas de Paris são sobretudo de ordem económica e demográfica. Com efeito o critério do seu desenvolvimento corresponde a

critérios de rentabilidade e lucro, e daqui por um lado uma certa «manhatização» da cidade, e pelo outro, uma modificação da população. Os jovens, operários, artífices e pequenos comerciantes deixam a cidade e cedem o lugar aos quadros superiores e às profissões liberais, mais velhas. E um empobrecimento de elementos dinâmicos, salienta o relatório, traduzindo-se por um enfraquecimento da capacidade criadora da capital, no domínio cultural. Paralelamente os estrangeiros interrogados fazem arte de viver e do encanto de Paris.

Vasta conspiração em Itália admitida após o atentado

à Polícia que estava a vigiar a morte de outro anarquista, Giuseppe Pinelli, que perdeu a vida ao cair de uma janela do edifício do comando quando estava a ser interrogado acerca de um atentado bombista em 1969, que matou 16 pessoas.

Quando a Polícia o prendeu, Bertoli gritou: «Agora apanharam-me. Acabem comigo como acabaram com Pinelli».

Em Roma, o subsecretário do Ministério do Interior, Adolfo Sarti declarou ontem a um Senado indignado que os investigadores estavam a concentrar as suas diligências em saber se o assassino agira sozinho ou se o atentado estava incluído numa «conspiração mais vasta envolvendo cúmplices e organização».

Prometeu que as investigações descobririam «os moti-

vos precisos, inspirações e eventuais implicações deste acto criminoso».

O poderoso Partido Comunista alegou que os crimes de seguiram «a outros episódios graves de violência e terrorismo fascistas», acrescentando que «confirma a existência de um vasto plano de destruição destinado a criar uma atmosfera de tensão, pânico e confusão, a fim de abalar instituições democráticas e antifascistas».

As autoridades revelaram que

Bertoli possuía um largo cadastro de violência criminosa e que fugira para a Suíça em 1971, após ser absolvido por falta de provas, de uma tentativa de homicídio relacionada com um assalto à mão armada.

Disseram ainda que Bertoli seguira da Suíça para Israel, onde permanecera durante um ano e trabalhara num «kibbutz» perto de Gaza.

Aparentemente regressara a Itália na noite antes do atentado.

RECEBIDOS EM BELÉM OS DIRIGENTES DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUESAS DO BRASIL

Os presidentes das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras de todos os Estados do Brasil, que se deslocaram a Portugal por motivo da visita do Presidente Médici, foram ontem recebidos, durante a tarde, nos palácios de Belém e de S. Bento, pelos Presidente da República, Almirante Américo Thomaz e Prof. Marcello Caetano.

Estiveram presentes, entre outras individualidades de destaque, nesses dois encontros, o embaixador português no país irmão, dr. José Hermano Saraiwa, contra-almirante Henrique Tenreiro, designado embaixador-coordenador das actividades económicas luso-brasileiras e o jornalista Fialho de Oliveira, conselheiro de Imprensa na nossa Embaixada em Brasília.

A saudação proferida no Palácio de Belém e dirigida ao Chefe do Estado, foi feita pelo dr. António Gomes da Costa, presidente da Federação das Associações, que seria também o orador junto do Presidente do Conselho, em S. Bento.

Na primeira daquelas saudações, pronunciada em Belém, o dr. Gomes da Costa, disse, a certa altura:

«Sempre fizemos por ser uma força da vanguarda inserida no processo de aproximação luso-brasileira. Até mesmo nas horas mais desconfortadas da História, soubemos plasmar sonhos e difundir esperanças. Não esmorecemos na santa jornada de integrar no mesmo destino convergente duas pátrias igualmente queridas e amadas.

Em resposta o Chefe do Esta-

do disse da sua enorme satisfação em ouvir tais palavras do representante de toda a caravana, afirmando que a presença das Associações naquele Palácio, nesta altura, era bem oportuna e bem significativa dos elos que ligam as duas pátrias irmãs.

Em S. Bento, o dr. Gomes da Costa, ao dirigir-se ao Presidente do Conselho, terminaria assim a sua saudação: E aqui lhe trazemos a nossa admiração e reconhecimento, garantindo-lhe, ao mesmo tempo, que os portugueses do Brasil sempre estarão ao lado de V.Ex.^a, porque jamais deixaram de estar ao lado de Portugal».

O prof. Marcello Caetano agradeceu sensibilizado e afirmou aos visitantes que era com júbilo que os recebia, aludindo ao significado da visita do presidente Médici e revelando os triunfos já alcançados pela Comunidade Luso-Brasileira nos campos cultural, jurídico e económico.

VAI REABRIR A FACULDADE DE LETRAS

A Faculdade de Letras reabre no próximo dia 24 — quinta-feira — conforme aviso do Conselho Escolar fixado na porta daquela escola. Os exames de frequência realizar-se-ão logo a partir do 1.º dia. Deverão, igualmente realizar-se os exercícios práticos à medida que os professores o forem aunciando.

CONVERSA DE GIBSON BARBOSA COM JORNALISTAS BRASILEIROS

Numa conversa informal tida esta manhã com os jornalistas do seu país o ministro Gibson Barbosa esclareceu-os do que não daria qualquer conferência de Imprensa tendo em conta, fundamentalmente, que ela não seria protocolar.

Na reunião, que segundo apuramos, durou cerca de meia-hora, o responsável das Relações Exteriores do Brasil debruçou-se sobre o comunicado conjunto dos dois países, que será distribuído, hoje, ao fim da tarde, referindo essencialmente à importância que uma definição global das relações comerciais entre os dois países poderá ter no futuro de relações mais amplas entre Portugal e o Brasil.

Salientou entretanto a necessidade de uma primeira definição dos acordos comerciais regionais de cada um dos Estados para melhor concretização de uma política económica própria entre ambos.

Considerou ainda a importância dos territórios portugueses em África para as relações comerciais entre Portugal e o Brasil e esclareceu que a sua recente viagem por países africanos não teve qualquer signifi-

cado de hostilidade em relação à política portuguesa.

DIRIGENTE DA FRELIMO MORTO

JOANESBURGO, 18 — (R.)

— Documentos capturados a guerrilheiros da Frelimo revelaram que um dos principais dirigentes daquela organização clandestina, Lucas Elias Kamatu, foi abatido no princípio deste ano durante uma emboscada feita pelas forças portuguesas no distrito de Niassa, segundo disseram fontes militares da Beira.

Segundo as mesmas fontes, citadas pela agência sul-africana SAPA, a emboscada foi feita a 5 de Janeiro nas margens do rio Linde por comandos especiais africanos do Exército português.

Os documentos agora apreendidos revelam que nessa emboscada perdeu a vida Lucas Kamatu, que era o comissário político da Frelimo para todo o distrito de Niassa, e outros três elementos que caíram ao rio e morreram afogados.

AUTOMEDICAÇÃO E DROGA

O Prof. Robert Boissier, antigo titular da Cadeira de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Paris e director da Universidade de Neuropsicofarmacologia do Instituto Nacional de Saúde e da Investigação Médica de Paris, proferiu ontem, na Fundação Gulbenkian, uma conferência sobre «Os Medicamentos e substâncias Tóxicas que dão lugar a abusos». Principiou por chamar a atenção para o aumento considerável registado nos últimos 10 anos, do consumo voluntário de medicamentos, ao que chamou automedicação. Anotou depois que é necessário considerar separadamente a automedicação com fins terapêuticos, da automedicação por substâncias psicodélicas («drogas»), estas utilizadas pelo seu poder de desviar a actividade mental e provocar sensações reconhecidas como agradáveis.

Muitas «drogas» de uso corrente — acentuou depois o conferencista — mais não são do que medicamentos desviados do seu consumo normal. Muitas provocam fenómenos de dependência, esta definida como um estado psíquico (dependência psíquica) e algumas vezes igualmente físico (dependência física), resultantes da interacção entre o organismo e o composto químico, caracterizando-se por modificações do comportamento e outras reacções que conduzem — afirmou — à urgência do seu consumo, por forma contínua e periódica, afim de manter os efeitos psíquicos ou, por vezes, de evitar a «doença de privação». Este estágio pode

acompanhar-se de tolerâncias, isto é de diminuição dos efeitos a uma dose determinada com o uso continuado, o que tem como corolário o aumento da dosagem para obter os efeitos procurados.

A concluir, o Prof. Robert Boissier considerou a necessidade de intervenção ao nível dos médicos, dos farmacêuticos, dos fabricantes e do público, em particular através de uma informação objectiva, embora esta seja frequentemente mal aceite. O fenómeno crescente da automedicação pode ser considerado uma verdadeira «poluição interna» e pôr em causa a sociedade actual.

Pedido de clemência

NAÇÕES UNIDAS, 18 (R.) — Cientistas de Portugal, Estados Unidos, Canadá, França, República Federal Alemã, Bélgica, Índia, Pérsia, Israel, Paquistão e Suécia fizeram um apelo pedindo clemência para uma microbiologista soviética, condenada a quatro anos de cadeia.

Alegaram numa petição apresentada ontem à ONU que a sra. Nina Strokata estava a ser punida por se recusar a denunciar o marido, descrito como preso político.

A petição, assinada por 279 cientistas, solicitava ao secretário-geral e à comissão da ONU sobre direitos humanos para intervir junto das autoridades soviéticas, a fim de conseguirem um julgamento público para a sra. Strokata.

Adiado pela segunda vez o lançamento dos astronautas para a estação orbital

HOUSTON, 18 — (R.) — Três astronautas frustrados, apesar de ter sido reduzida a pressão a que estavam sujeitos com um novo adiamento do seu lançamento para o espaço, prosseguem hoje febrilmente com preparativos para salvar a sua malfadada casa nos céus.

O comandante do Skylab, Charles (Pete) Conrad e Paul Weitz planeavam praticar mais em simuladores da nave espacial as delicadas manobras que necessitarão de fazer quando efectuarem finalmente a junção com a estação não tripulada em órbita.

O terceiro membro da tripulação, o astronauta-físico dr. Joseph Kerwin, encontra-se no centro de voos espaciais de

Marshall, em Huntsville, Alabama, onde um enorme tanque de água está a ser utilizado para simular a sensação de caminhar no espaço.

Dentro do tanque encontra-se uma réplica da estação espacial Skylab, que teve tão má sorte desde que foi lançada há cinco dias de Cabo Kennedy.

Directores da agência do espaço decidiram ontem um segundo adiamento de cinco dias do lançamento da tripulação, marcado originalmente para terça-feira passada, mas protelado quando a Skylab perdeu um escudo vital de isolamento térmico e metade da sua energia eléctrica, após o disparo.

Projecta-se agora fazer dentro de uma semana, em 25 de

Maio, o lançamento da tripulação, que colocará uma cobertura num dos lados do Skylab, a fim de defendê-la do Sol.

Podem fazer isso de duas maneiras, dispondo de dois conjuntos de equipamento.

Primeiro, se parecer bastante seguro, terão de se aproximar do Skylab danificada e tentarem, da comporta da sua nave de transporte Apolo, fixar uma folha triangular, muito semelhante à vela de um barco, no lado da estação espacial banhada pelo Sol.

Se decidirem que isso é impraticável por qualquer razão, os astronautas farão uma junção

com Skylab, irão a bordo dela e colocarão uma cobertura rectangular contra o Sol ao longo do casco do laboratório espacial. Poderão tentar, também, certas reparações dos painéis de energia solar que ficaram danificados ou foram arrancados durante o lançamento.

Se tudo decorrer bem, Skylab ficará, então, pronta para uma missão completa de 28 dias de experiências científicas. Poderá mesmo ficar em condições tão boas que permitam que duas missões de 56 dias, que estão planeadas ainda para este ano, se realizem — comunicou a agência do espaço.

Orçamento espacial: três biliões de dólares

WASHINGTON, 18 — (FP) — A comissão senatorial do espaço aprovou ontem um crédito de 3046 biliões de dólares para o orçamento do espaço a vigorar no ano fiscal de 1974. Por oito votos contra dois, a comissão rejeitou uma proposta do senador James Abourezk (democrático), que pretendia diminuir em 131 milhões de dólares a verba de 475 milhões inscrita no capítulo do projecto da barquinha espacial para o próximo ano.

Defendendo a sua emenda, o senador Abourezk criticou a administração que, segundo fez notar, transfere fundos previstos para programas mais eficazes de estações espaciais automáticas com vista ao financiamento da barquinha. Ora — acentuou — foram as estações espaciais que forneceram, até agora, 80 por cento dos dados científicos realmente importantes no conjunto do programa espacial americano. O orçamento aprovado pela comissão senatorial ultrapassa em 30 milhões de dólares o limite proposto pela administração.

A SUÉCIA NÃO VENDE ARMAS AO BRASIL

GOTENBURGO, 18 — (R.) — O Governo sueco vetou uma ordem de compra brasileira no valor de 30 milhões de coroas para partes componentes de tanques, que seriam fornecidas pela fábrica de armamentos sueca de Haeggblunds.

A firma manufactora disse que o Governo não aceitou o seu pedido, sem que tivessem sido fornecidas razões para a recusa.

Sabe-se, no entanto, que a política do Governo sueco não aprova venda de armas a áreas consideradas como sensíveis.

CASAS PARA ALUGAR

Em prédios que administramos, tentos andares para alugar, tanto em Lisboa, como na Amadora, Damão, Queluz, Almada, Alverca, V. F. Niza, Barreiro, linha de Cascais, etc.

Não cobramos aos inquilinos qualquer importância a título de comissão.

SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES INVICTA, LDA.

LISBOA — Rua dos Sapateiros, 231, L.

Telef. 3 47 55 - 36 93 84

PRECISA-SE

DUAS MENINAS P.^a F. I. L.

DE 9 JUNHO ATÉ 23, JOVENS C. BOA APRESENTAÇÃO PREF.^a FALANDO I LÍNGUA ESTRANGEIRA, P.^a STAND DE INFORMAÇÃO COMP.^a BRASILEIRA

RESPOSTA A ESTE JORNAL AO N.^o 807



JOAQUIM BRÁS RIBEIRO BELGA

MISSA 1.^o ANIVERSÁRIO

MARIA FELIZARDA DE ALMEIDA FARIA RIBEIRO BELGA E FAMÍLIA PARTICIPAM QUE HOJE, DIA 18, PELAS 17,30 HORAS, SERÁ REZADA MISSA, NA IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA POR ALMA DO SEU SAUDOSO MÁRIDO E PARENTE.

AGRADECEM DESDE JÁ AS PESSOAS QUE ASSISTIREM À ESTE ACTO, BEM COMO AQUELAS QUE DE QUALQUER FORMA MANIFESTAREM O SEU PESAR.

ANTIGUIDADES

Comprim-se tapetes, lustres e móveis. Resposta detalhada à Delegação deste Jornal no Porto, Rua do Almada, 30 - 2.^a, ao n.^o 310.

Venda de lotes de terreno para construção de moradias e prédio de rendimento em Cascais

A Câmara Municipal de Cascais anuncia que em praça a realizar no Sala das Sessões dos Paços do Concelho, no dia 2 de Junho próximo, pelas 15 horas, serão vendidos, em hasta pública, os seguintes lotes de terreno:

**PARA MORADIAS ISOLADAS
JUNTO À RUA DE SANT'ANA
EM CASCAIS (PRACETA)**

Lote n.^o 20-A..... com a área de 265 m²
Lote n.^o 21-A..... com a área de 364 m²
Lote n.^o 22-A..... com a área de 352 m²

Para base de licitação: 700S00 por metro quadrado.

**PARA PRÉDIO DE RENDIMENTO
A NASCENTE DA AVENIDA GAGO
COUTINHO, EM PAREDE**

Lote n.^o 1 com a área de 1070 m² para edificação de 16 pisos com 5860 m² de área de construção, destinado a habitação.

Preço base de licitação — 7.800S00 por metro quadrado.

As plantas de localização dos lotes, e as condições gerais e especiais de venda encontram-se patentes no Átrio dos Paços do Concelho todos os dias úteis, dentro das horas de expediente.

A construção do prédio de rendimento subordinar-se-á ao estudo de implantação e volume elaborado para o local, conforme esquema a fornecer pela Câmara.

Cascais, 14 de Maio de 1973.

O Presidente da Câmara,
José Guedes Pinto Machado

NOVOS PODERES POLICIAIS Criadas "zonas proibidas" no Nordeste da Rodésia

VICTORIA FALLS, 18 (R.) — Destacamentos da Polícia rodésiana passavam hoje a pente fino as margens arborizadas do Zambézia procurando o cadáver de uma jovem turista canadiana, que caiu ao rio, após ter sido atingida a tiro por soldados zambianos.

Marjan Drijber, de 19 anos, e uma companheira, Christine Sinclair, de 20, também canadiana, morreram ao serem apalhadas por uma rajada de tiros disparados do lado zambiano do Zambézia quando exploravam na terça-feira um desfiladeiro rochoso por debaixo das catarratas de Victória.

A Polícia encontrou ontem finalmente o corpo de Christine Sinclair, retidando-o ao fundo do desfiladeiro, com 100 metros. Contudo, do corpo de «miss» Drijber não havia sinal. Atingida por balas, a jovem caiu nas águas do rio onde elas se despeñam por uma estreita passagem, após virem das catarratas.

Um turista americano, John Crothers, de Troy, Ohio, ficou ferido e estava hoje a ser tratado num hospital em Wankie, nas proximidades, a ferimentos nu-

ma anca e ao olho esquerdo, atingido por estilhaços de metal.

A Rodésia acusou soldados zambianos de responsabilidade pelo ataque e durante a operação de ontem tropas desse país podiam ser vistas de vigilância na sua margem do rio, apenas a 100 metros de distância.

O corpo de Christine Sinclair, de Guelph, Ontário, esteve durante 48 horas no fundo do desfiladeiro, antes de um grupo de socorro de 60 homens o trazer para o planalto. Soldados rodésianos, fortemente armados, mantiveram-se de guarda e helicópteros da Força Aérea descreveram círculos sobre o local enquanto o corpo da jovem, crivado de balas, era trazido para cima. Seguiu, depois, por via aérea para a casa mortuária do hospital de Wankie.

Quando o incidente trouxe para um ponto perigoso a confrontação entre a Rodésia e Zâmbia, o Governo de Salisbury anunciou que ia conceder à sua Polícia novos poderes para combater guerrilheiros nacionalistas africanos que operam no país.

Emendas aos regulamentos especiais de emergência prevêem a evacuação de homens de tribos africanas de certas áreas, criando-se, assim, «zonas proibidas» no Nordeste do território, onde os ataques de guerrilheiros têm sido mais sérios.

Um comunicado governamental dizia que homens de tribos nas áreas da fronteira não podiam viver normalmente por causa da ameaça dos guerrilheiros e acrescentava que seriam levados para outras áreas.

Os novos regulamentos dão, também, poderes à Polícia para impor recolhimentos obrigatórios locais.

Ex-rainha: acidente

GENEVA, 18 — (R.) — A ex-rainha Maria José de Itália, encontra-se hoje em estado razoável numa clínica desta cidade, cujo nome não foi revelado, a restabelecer-se de um acidente de viação que ocorreu no sábado passado na auto-estrada para Lausanne.

Fontes afectas à família disseram que a antiga soberana, de 69 anos, fracturara um osso do pescoço e duas costelas.

O CASO DA HERANÇA SOMMER

Continuação da pag. 11

Ex.^a assumiu nesta réplica agora produzida, eu não posso deixar de, para além de V. Ex.^a, formular algumas considerações sobre a matéria que foi objecto da sua réplica; porque há para mim um ponto evidente e que eu não posso esquecer: é que foi mercê de uma determinada actividade exercida e praticada por agentes da administração que os processos vieram a este 1.º Juízo Criminal e foram todos julgados por este Tribunal Colectivo, insisto e repito, a meu ver, incompetentemente. Não cabia, como demonstrei ou

procurei demonstrar nas minhas alegações, não cabia a este 1.º Juízo Criminal o julgamento de António Champalimaud.

E se o julgamento veio a ser aqui efectivado, foi precisamente em consequência desses despachos, dessa actividade praticada por órgãos da administração, por agentes administrativos, por agentes do Ministério Público, nomeadamente.

Portanto, eu estou é perante este facto, perante a conclusão, perante as consequências promanadas de uma determinada actividade, concreta e real, e que os autos documentam.

Para além disso, eu não conheço pessoalmente nem o sr. dr. Manso Preto, nem o sr. dr.

Joaquim da Costa Aroso; conheço o sr. dr. Lopes de Melo por ter tido contactos profissionais com ele, conheço o sr. dr. Luís Vaz Sequeira também, por um brevíssimo contacto profissional, conheço o sr. dr. Orlando Gomes da Costa, também por rapidíssimos contactos profissionais. Mas efectivamente não são para mim sequer as pessoas que estão em jogo.

Eu acredito na honorabilidade de V. Ex.^a afirma em relação a todas elas. Mas o que eu pergunto a mim mesmo é quais foram as razões que as conduziram, como é que foi possível através de um requerimento do sr. Carlos Champalimaud que se encontra aqui no processo, como é que foi possível, em face de um requerimento desta ordem, terem sido proferidos os despachos que efectivamente foram. Se o foram de boa fé, o problema é das entidades que proferiram os despachos.

Não estamos aqui a julgar essas entidades do Ministério Público, esses órgãos da administração, nós estamos aqui a julgar António Champalimaud. Esse problema parece-me absolutamente líquido. Procurei demonstrar a inevitabilidade da absolvição dele e que ele nem sequer devia ter sido pronunciado.

Portanto, o que estava nas intenções de S. Ex.^a não sei. Agiram de boa fé? V. Ex.^a o diz e eu acredito nas posições mentais de V. Ex.^a, acredito nas suas posições profissionais e portanto V. Ex.^a é para mim fiador indiscutível e suficiente da boa fé que protestou.

Mas, entretanto, em face do processo, eu não podia efectivamente chegar a conclusões diferentes daquelas a que cheguei. Nós encontramos nos autos o requerimento de Carlos Champalimaud que deu origem a todos esses despachos. E o que Carlos Champalimaud diz nesse é que a justiça estava vendida. E que efectivamente sente-se, através dos autos, um temor reverencial a Carlos Champalimaud, com graves prejuízos para a descoberta da verdade.

Carlos Champalimaud, nesse requerimento que dirigiu ao sr. procurador Geral da República, insinua que até ali não se vinha a fazer justiça, que a justiça estava comprada, que a justiça estava vendida.

Carlos Champalimaud é que foi o primeiro a injuriar gravemente as instituições, formulando insinuações desta natureza, e conseguindo, ele sim, por um temor reverencial a Carlos Champalimaud, que viessem a ser os autos devolvidos à Polícia Judiciária.

Ora foi contra isso que a defesa de António Champalimaud se rebelou.

V. Ex.^a lembrou que eu teria equivoocado, quando se referiu à modificação do Estatuto Judiciário — não tive oportunidade de conferir agora o texto legal — que já não haveria nessa altura ajudantes do procurador da República nos vários Juízos Criminais, mas um adjunto do procurador da República com a função de orientação dos vários Juízos Criminais da Boa-Hora e dos respectivos delegados.

Então, mal teria feito o sr. dr. Lopes de Melo, em não ter aqui feito consignar que tinha ouvido os delegados junto dos respectivos Juízos Criminais.

Um deles, se bem suponha, seria V. Ex.^a, senhor dr. Monteiro Diniz, nessa altura delegado do 4.º Juízo Criminal...

Intervenção do dr. Monteiro Diniz: sim, sim.

Dr. Palma Carlos: no 4.º Juízo Criminal estava um processo, pelo menos esteve em mãos de V. Ex.^a, que foi devolvido à Polícia Judiciária. Um dos delegados seria V. Ex.^a, portanto.

Dr. Monteiro Diniz: eu posso afirmar a V. Ex.^a que não fui ouvido.

Dr. Palma Carlos: V. Ex.^a não foi ouvido! O dr. Costa Saraiva não sei se foi ouvido, mas o que é certo é que o dr. Lopes de Melo não informava ter ouvido os delegados.

Portanto, eu tenho para mim que o sr. dr. Lopes de Melo também não ouviu os outros delegados. Quando não, tinha dado notícia disso no relatório que elaborou.

Ora, não tendo dado notícia disso e dados os termos da própria informação do sr. dr. Lopes de Melo, que eu me vou abster agora de referir, porque já a referi nos termos em que tinha de a referir no primeiro dia em que produzi alegações, em face de tudo isso passou a ser indiferente para mim a circunstância das reais motivações que terão levado estas entidades a proferirem os despachos necessários

para que se verificasse, como se verificou, o desvio da justiça da sua competência normal.

Esse desvio proveio efectivamente da actividade que deixo referida! Foram bem orientados? Tiveram boas intenções? Srs. juízes, se assim foi, o que é certo é que os autos o não traduzem. E perante um requerimento do teor do de Carlos Champalimaud, o que eu verifico é que aceitaram as acusações que foram feitas naquele momento, no sentido de que a justiça não estava, na verdade, a ser promovida, nem as investigações se estavam a fazer com a independência que era de exigir à Polícia Judiciária, com a independência que era de exigir aos vários órgãos da Polícia e respectivos magistrados.

Aliás, também num outro aspecto, se eu afirmo que os processos não teriam sido todos lidos, directamente, pelo sr. dr. Lopes de Melo, foi porque se não foram colhidas as informações directas através dos delegados, eu também não via como é que teria sido possível que os processos fossem lidos na altura em que este desenvolvimento processual ocorre; na verdade, na medida em que um dos processos estava pendente de recurso no Supremo Tribunal de Justiça, como era o caso do chamado processo da Transfomal contra António Champalimaud, e encontrando-se também como se encontrava o processo «Herança», já na Polícia Judiciária, para onde tinha sido enviado, para efectivação de exames à escrita, não vejo como é que teria sido possível ao sr. dr. Lopes de Melo tomar conhecimento destes dois processos.

Esta é a posição.

Portanto, não foi para procurar fazer uma injustiça que eu produzi as apreciações que produzi. Continuo, por mim, convicto, em função principalmente dos resultados práticos, de que só pela intromissão das autoridades administrativas no livre e independente exercício do Poder Judicial foi possível este julgamento neste 1.º Juízo Criminal.

Aliás, já que V. Ex.^a referiu especificamente o facto, em relação ao processo contra o próprio Henrique Champalimaud, é certo que o despacho proferido a fls. 2193 dos autos o foi por um juiz de turno, esse despacho limitava-se a confiar o processo por 15 dias, visto que assim tinha sido pedido pelo delegado do procurador da República, sr. dr. Costa Saraiva, de cujas mãos havia já saído. O processo encontrava-se já a aguardar o despacho de pronúncia e só por esse magistrado

do Ministério Público ter solicitado a confiança é que foi proferido o despacho a deferir a confiança por 15 dias. Porque mais tarde, quando se efectiva a apelação do processo, esse despacho foi já do respectivo corregedor deste Juízo Criminal. Já foi de V. Ex.^a, sr. corregedor Bernardino de Sousa.

Bem, isto é para dizer a V. Ex.^a, sr. dr. Monteiro Diniz, que na verdade a injustiça de que me acusou, eu não estou convicto de a ter cometido. Até desejava ter calado esta resposta, pela circunstância de ter sido V. Ex.^a a produzir as afirmações que efectivamente produziu.

Tenho por mim como seguro que, correspondendo absolutamente ao que V. Ex.^a disse, o fez por sua livre determinação sem ser por dependência de ninguém, com a liberdade de acção com que V. Ex.^a exerce qualquer cargo, esteja hoje aqui a exercer funções de Ministério Público, esteja amanhã a exercer funções na Magistratura Judicial, seja qual for o lugar que V. Ex.^a ocupe na nossa sociedade.

Tenho por mim isso como absolutamente seguro.

Mas isso para mim só traduz e demonstra, sr. dr. Monteiro Diniz, a alta qualidade com que V. Ex.^a revestirá na verdade, a alta qualidade com que V. Ex.^a deterá em verdade qualquer cargo.

Mas não é a honorabilidade de V. Ex.^a que me pode impedir, ou que devesse impedir-me de formular críticas a quem mereça, na verdade, ser criticado.

Por V. Ex.^a tenho a viva admiração que tenho.

V. Ex.^a é uma pessoa que, por si, é capaz de reabilitar, na verdade, uma magistratura, seja do Ministério Público, seja uma Magistratura Judicial.

Mas, no entanto, os vícios que enfermam o processo, os vícios que trouxeram o processo a este 1.º Juízo Criminal, isso é que não pode ser reabilitado pela posição de V. Ex.^a, por mais digna que seja essa posição.

V. Ex.^a reabilita-se constantemente a si mesmo, mas não pode reabilitar o que está errado.

Mais nada.

Concluída a breve tréplica do dr. Palma Carlos, o corregedor presidente mandou chamar à sua presença o réu Henrique Champalimaud, para lhe perguntar se teria mais alguma coisa a alegar em sua defesa.

Henrique Champalimaud respondeu:

«Não. Não tenho nada a alegar».

Dr. Bernardino de Sousa:

«Está encerrada a discussão da causa».

Ficou marcada para a próxima segunda-feira a leitura dos quesitos que o Tribunal agora elaborará.

DIA DA MÃE

ARMAZENS DO POVO



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Beja em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve, a que se refere o processo 8/50058 para o estabelecimento, na freguesia de S. Tiago, no referido concelho, de uma linha aérea a 15 kV, com 528 m, do poste n.º 12 da linha Beja-Ferreira ao posto de transformação da captação de águas na Lobeira da Horta da Câmara Municipal de Beja.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 11 de Maio de 1973.

Pel'O Engenheiro, Chefe Joaquim Gonçalves dos Santos



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS EDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art. 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve a que se refere o processo 8/49426 para o estabelecimento no concelho de Lagoa, de modificação da linha a 15 kV Lagoa-Ferragudo, para a ligação ao novo posto de transformação de Pargal, incluindo a montagem no troço final subterrâneo com 3 metros de extensão e ficando a linha com o comprimento total aumentado de 2 metros.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 14 de Maio de 1973.

Pel'O Engenheiro, Chefe Joaquim Gonçalves dos Santos

TEM PRÉDIO? TEM CARRO?

ENTÃO TEM DINHEIRO CONSULTA HOJE MESMO A

MORCOSA

MEDIANORA AUTORIZADA PARA AVALIAÇÃO

Rua 1.ª de Dezembro, 45

Telefones: 86 74 44; 32 31 72

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido na «Casa Palma Bica», Praça do Brasil SETÚBAL

MORADIA

Em muito bom local da Praia das Maças, c/ linda vista, composta de r/ch., 1.º andar e sótão, garagem e jardim c/ área de 1000 m2 aprox. Preço 800.000\$. Trata F. Fernandes & Costa, Lda., Av. Almirante Reis, 104, 2.º Telefone 823231 — Lisboa.

AUTO MODELAR ALAMEDA, LDA.

de JOSÉ MARIA NUNES e FERNANDO NUNES ALMEIDA

Compra e venda de Pneus novos e usados

Recauchutagem

Alinhamento de Direcções

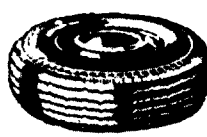
Calibragem de Rodas

ESPECIALIZADO EM PNEUS DE CAMION

Alameda das Linhas de Torres, 151C

Telefs. 79 10 70 — 79 27 81

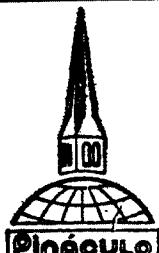
LISBOA



SE JÁ TEM DINHEIRO! COMPRE UM ANDAR SE NÃO TEM... COMPRE TAMBÉM!

N. B. IMÓVEIS DE N/ CONSTRUÇÃO Dirija-se a: PINÁCULO

Av. das Descobertas, lote 1512 Restelo Telef. 61 21 78 LISBOA-3



Lisboa-Paris com o seu carro... de comboio

Serviço Auto Expresso

de 3 de Junho a 29 de Setembro

Para informações pelos telefones 36 60 26 e 32 82 26

Caminhos de Ferro Portugueses



A «BOUTIQUE ASTA»,

de Cascais, tem o prazer de convidar os seus Ex.^{mos} Clientes, para assistirem à Passagem de Modelos, organizada pelo Serviço de Festivais da Secretaria de Estado, e que se realizará H O J E 18 de Maio, às 22 horas, na Sala do Museu de Arte Popular — Mercado da Primavera.

Liberalização nos preços da carne de porco

Acaba de ser enviado ao Diário do Governo para publicação e imediata entrada em vigor, um despacho conjunto do ministro da Economia e dos secretários de Estado da Agricultura e do Comércio sobre suinicultura através do qual o Governo pretende promover a dinamização da produção, normalizar e disciplinar a comercialização e regular o apoio sanitário.

O diploma visa ainda conduzir a uma gradual satisfação interna de produtos de origem animal (muito especialmente, carne e leite) com garantia de que eventuais excedentes terão colocação nos mercados externos; neste sentido, também já foi publicado o mês passado outro despacho relativo à produção bovina.

Entre as novas medidas adoptadas, salientam-se as que dizem respeito à comercialização dos produtos, os quais, em alguns casos, verão os seus preços liberalizados, pondo-se assim termo ao tabelamento actual em vigor.

Afirmar-se no despacho:

Pelo que diz respeito à limitação de preços, o exame da situação decorrente do tabelamento na origem e no consumo

de quatro produtos — fiambré, chouriço de carne, toucinho e banha — mostrou que não se atingiram os objectivos visados mas, pelo contrário, se criaram desníveis artificiais entre produtos tabelados e livres de que não resultaram benefícios reais para o consumidor. Há assim que, indo ao encontro das realidades, rever tal estado de coisas.

Por estas razões, parece pois aconselhável liberalizar os preços de alguns dos produtos até agora tabelados, o que se espera vir a traduzir-se em alguns ajustamentos indispensáveis sem produzir aumentos exagerados, caso do chouriço de carne — desde que a indústria transformadora disponha, com continuidade, de matéria prima em quantidade suficiente para a sua normal laboração.

E só o facto de se atravessar neste momento, um período de escassez de oferta de porcos, tanto no mercado interno como no mercado internacional, leva a adiar a liberalização dos preços de todos os produtos ainda sujeitos a tabelamento. Normalizado o abastecimento da indústria transformadora, tal liberalização virá a tornar-se possível sem inconvenientes.

DEZANOVE CONCORRENTES (ENTRE OS QUAIS FORTES BLOCOS ECONÓMICO -FINANCEIROS) APRESENTARAM PROPOSTAS PARA OBTEREM OS "FREE-SHOPS" DO AEROPORTO DE LISBOA

Um elevado número de blocos financeiro-económicos nacionais (nada menos de 19) compareceu ao concurso para a concessão dos «free-shops» no aeroporto de Lisboa, revelando um interesse inusitado pela exploração deste tipo de comércio que tem grandes interferências no desenvolvimento do turismo e na valorização dos aeroportos sendo, também, um óptimo investimento de capital. Um desses grupos (CUF) patrocinou nada menos de duas propostas — uma da empresa Sogenave e outra da Supa (Pão de Açúcar). O interesse que o concurso despertou avaliou-se por outro lado se dissermos que só a leitura de dois artigos da proposta demorou cinco horas. Tratava-se dos pontos fulcrais do concurso, pois dizem respeito às percentagens sobre a receita bruta oferecida ao Governo por cada concorrente e a menção da percentagem máxima de lucro bruto a incidir sobre o valor aduaneiro das mercadorias

vendidas nas futuras lojas francas. Para se calcular o interesse da existência destes «free-shops», basta dizer que há passageiros que modificam as suas rotas para poderem comprar nos «free-shops» de determinados aeroportos. Há também, viagens em voos «charter», especialmente para o aeroporto de Amesterdão, só com o intuito de facultarem a compra de artigos à venda no «free-shop».

As dezanove companhias que apresentaram propostas foram as seguintes: Tofa (associada à Taxe Free Sky Shops de Bruxelas); Livrala (apoiada pela empresa SERT); Seabra e Marques Ltda. (associada à Philip Morris International e à Wertmauer Trading CA Ltda); Aerolojas (sob apoio a Companhia de Seguros Tranquilidade e associada à Trust Houses Forts de Londres); Aerovendas, da qual fazem parte os srs. Joaquim Paredes Alves, Luis Mello Rego, José Costa Pina e tenente-coronel Baptista Ro-

sa (sem qualquer apoio estrangeiro); Aeromercado Vasco Miguelens SARL, apoiada pelos Free Shops de Frankfurt e de Colónia; Lofran SARL (cuja proposta foi apresentada pelo dr. Francisco Balsemão) e associada à Duty Free Shop Ltda., de Hong Kong; Sogenave (grupo CUF) e associada ao Taxe Free Shopping Center de Roterão; Supa SARL (Pão de Açúcar); Aeromercado, cuja proposta foi apresentada pelo dr. Joaquim Espírito Santo Ribeiro da Cunha (administrador da Companhia de Seguros Comércio e Indústria) e associada à Sky Shop de Bruxelas; Emport (pertencente ao proprietário da Casa Havana e ligada ao Banco Fonsecas e Burnay); H. Stern SA (conhecidos joalheiros internacionais); Wagon-LittsCook (apresentada pelo sr. José Valdez Penalva); Braseuropa SARL, apresentada pelo dr. Figueiroa Rego e associada ao Free Shop do aeroporto de Paris; Grémio dos Exportadores de Vinho do Porto,

que assegura a participação na sociedade a constituir de todos os exportadores de vinho do Porto; Eminco Ltda. (grupo C. Santos) apoiada pela firma inglesa Hills Ltda. do aeroporto de Londres; TAP (em associação com a Swissair); Norte Importadora Ltda., apresentada pelo sr. José Joaquim Morais Zoio, e apoiada pela Weitnauer Trad e C.ª Ltda.; e Toddy, apresentada pelo dr. Madruga de Simas e apoiada pela Motta International Free Chop do Canadá.

A base de concessão — referia-se — a ligação internacional dos concorrentes mas algumas argumentaram que a exploração de um «free-shop» não exige ligações com empresas internacionais mas, apenas, a existência de técnicos reputados no assunto. Assim, mesmo as empresas que não apresentaram, ligações internacionais, encontram-se em posição de admitirem que lhes seja dada a importante concessão.

Metro politano

O novo prolongamento fez vender em 1972 mais sete milhões de bilhetes

O prolongamento do Metro politano Anjos-Alvalade levou à venda de mais sete milhões de bilhetes, aproximadamente, segundo se revela no relatório da empresa concessionária agora publicado no Diário do Governo. Af se escreve que no primeiro semestre de 1972 foram vendidos 31.720.599 bilhetes, e no segundo, 38.681.102. Ora foi precisamente a meio do ano que entrou em funcionamento o referido prolongamento. Também

se revela no documento citado que a taxa de crescimento da procura do Metro subiu a 19,7 por cento.

Sabe-se que recentemente a empresa fez ou mandou fazer estudos para avaliar o prolongamento do metro politano, sobretudo para a zona de Cais do Sodré-Alcântara-Belém. Efectivamente um inquérito foi feito junto dos passageiros da linha do Estoril. «Se existisse metro politano até à estação onde a pa-

nhou o comboio utilizá-lo-ia?» Fica a pergunta. Só que as respostas dificilmente eram contidas num «sim-não». As pessoas não deixavam de apontar dificuldades para tal utilização: a pequenez das carruagens e das estações era a dificuldade que acompanhava o maior número de respostas.

Continuam em Coimbra os trabalhos do Colóquio Sobre o Ensino do Latim

COIMBRA, 18 — Na Faculdade de Letras prosseguem hoje os trabalhos do Colóquio Sobre o Ensino do Latim, que decorre em ambiente de crescente interesse.

Hoje, a quarta sessão de trabalhos foi dividida em quatro

partes. Presidiu à primeira o prof. dr. Walter de Sousa Medeiros, e foi relator o prof. dr. Avelino de Jesus Costa. Tema: «Relação do Latim com o ensino da História»; à segunda parte presidiu o prof. dr. Oliveira Pulquério e foi relator o prof. dr. Cruz Pontes, debatendo-se o tema: «Relação do Latim com o ensino da Filosofia»; a terceira parte teve como presidente o prof. dr. Américo da Costa Ramalho e como relator o prof. dr. Paiva Boléo. Tema debatido: «Relação do Latim com o ensino das línguas modernas».

De tarde, os congressistas visitaram o criptopórtico do Museu Machado de Castro, orientados pelo dr. Jorge Alarcão.

Na quarta parte dos trabalhos, que será presidida pela prof.ª dr.ª D. Maria Helena da Rocha Pereira, sendo relator o prof. dr. Guilherme Braga da Cruz, o tema a debater será: «Relação do Latim com o ensino do Direito»; e, à noite, no Paço das Escolas, haverá recepção dada pelo Reitor da Universidade.

General Abel Hipólito

Por disposição da Presidência do Conselho, foi graduado no posto de general o brigadeiro Abel Barroso Hipólito, enquanto exercer as funções de comandante da Zona Militar Leste de Angola, recentemente esta belecida.

MOTONÁUTICA

O V G. P. do Mercado da Primavera realiza-se amanhã e Domingo

O rio Tejo, frente ao recinto do Mercado da Primavera em Belém, mais uma vez vai ser o cenário do Grande Prémio Internacional de Motonáutica a que aquele certame de divulgação turística deu o nome.

Patrocinado pela S.E.I.T. e com apoio de várias entidades oficiais e empresas particula-

res a 5.ª edição da nossa mais internacional prova de motonáutica vai realizar-se amanhã e depois com o apoio técnico da Federação Portuguesa de Motonáutica.

Como habitualmente a tarde de sábado será preenchida com a realização da Taça Cidade de Lisboa, prova disputada em dois períodos de 45 minutos e destinada a barcos de Turismo e de Sport até à classe SE. O Grande Prémio propriamente dito terá lugar no domingo a partir das 15 horas e terá duas mãos de uma hora cada. São admitidos barcos das categorias de Sport e Corrida a partir da classe SE inclusive.

Prova que hoje disfruta já de grande divulgação no estrangeiro e que há muito se encontra inscrita no calendário internacional da Union Internationale Motonautique terá, também desta vez, forte representação estrangeira, encontrando-se, até ao presente momento, inscritos 118 pilotos estrangeiros.

Em relação às edições anteriores este 5.º Grande Prémio conta com um circuito algo diferente e estabelecido de for-

ma a que o público possa seguir mais de perto todo o desenrolar da prova, uma vez que o circuito — no seu sentido Foz-Nascente — foi muito aproximado da muralha. Por outro lado a recta da meta foi aumentada começando frente à Estação Fluvial de Belém e terminando pouco antes da Doca do Bonsucesso. Este alongamento do percurso terá a vantagem de se poderem obter velocidades muito altas, o que muito ajudará a tornar ainda mais emotiva a mais dura prova que entre nós se realiza.

HORÁRIOS

Taça Cidade de Lisboa — sábado dia 19: das 10 às 12 horas, treinos livres; 15,30, primeira-mão classes de Turismo, SD e SE; 17, 2.ª-mão para as mesmas classes.

GRANDE PRÉMIO INTERNACIONAL

Das 10 às 12 horas, treinos livres; 15, primeira-mão classes SE, OI e ON; 17, segunda-mão para as mesmas classes.

Cuidados a ter com as botijas de gás

As botijas de gás são muitas vezes uma fonte de tensão psíquica e um quebra-cabeças para quem se vê obrigado a utilizá-las na cozinha caseira. Pessoas há que acordam sobressaltadas de noite, porque se esqueceram de fechar a botija e imaginam logo o gás a explodir com a casa toda. No entanto, elas não explodem espontaneamente, ao contrário do que se possa crer. Para haver explosão é necessário a intervenção de elementos estranhos a provocar essa explosão, como seja, por exemplo, um incêndio. Doutro modo, o perigo da botija da cozinha mal fechada consiste nas fugas de gás, as quais podem dar origem às intoxicações, mortais na maior parte das ve-

zes para quem se entregou a um sono repousante.

Ainda há um ano um vesperino de Lisboa chamava a atenção para estas coisas a propósito de uma explosão ocorrida em Vila Real de Santo António. E citando informações colhidas junto dum porta-voz do gabinete de estudos de uma empresa produtora e distribuidora de combustíveis domésticos, esclarecia acerca das medidas a tomar em caso de incêndio num local onde existam botijas de gás:

«As botijas de gás não explodem espontaneamente. Impon-se evitar que agentes estranhos (um incêndio, por exemplo) provoquem essa explosão. Em caso de incêndio num local

onde existam botijas de gás a primeira medida de precaução será afastá-las mesmo que, para tal, seja necessário atirar as botijas pela janela fora. Ao contrário do que geralmente se pensa, o choque da botija de gás com o solo não a fará explodir. O único perigo que existe é o de atingir alguém que por infelicidade, passe nesse momento por baixo da janela...

Na impossibilidade de evitar a botija de gás do local de incêndio duas coisas podem acontecer: ou a botija cede por um ponto e o gás sai em silvo e actua como maçarico, não oferecendo o menor perigo; ou a botija cede em vários pontos e verifica-se então a explosão, com todas as suas consequências.

Necrologia

D. Branca de Barahona Fernandes

Faleceu no passado dia 13, a Sr.ª D. Branca de Barahona Fernandes, de 86 anos, viúva do Sr. Capitão-de-Mar e Guerra Médio Dr. António Augusto Fernandes e mãe do Sr. Professor Dr. Henrique João de Barahona Fernandes casado com a Sr.ª D. Inês Viana da Mota Barahona Fernandes., da Sr.ª D. Cândida Maria de Barahona Fernandes dos Santos casada com o Sr. Contra-Almirante Laurindo H. dos Santos, do Sr. Comodoro José Augusto de Ba-

rahona Fernandes casado com a Sr.ª D. Wanda Calçada Barahona Fernandes e da Sr.ª D. Maria Luciana de Barahona Fernandes d'Almeida casada com o Sr. Engenheiro-Agrônomo Francisco J. de Almeida.

O funeral realizou-se para o cemitério dos Prazeres.

Pelo seu eterno descanso será celebrada missa de 7.º dia na igreja dos Jerónimos, amanhã, dia 19, pelas 17 horas.

Os serviços fúnebres estiveram a cargo da Agência Barata.

DL/DESPORTOS

FUTEBOL

O "Derby" de reservas acabou à pedrada...

Acabou à pedrada o jogo de reservas entre o Sporting e o Benfica, da competição que a Associação de Lisboa inventou sem se saber porquê e que, de vez em quando, conhece mais uma jornada da sua atribulada vida. As «razões» do apedrejamento das instalações do Sporting (registaram-se estragos nas vidraças do exterior do estádio) situam-se em avarias eléctricas, que obrigaram a parar o jogo durante alguns minutos, para recomençar depois e acabar de vez, por volta dos 22 minutos, com um curto circuito irreparável de momento.

Os adeptos que tinham arrosado com a inclemência do tempo e pago o seu bilhete, não gostaram desta interrupção, saíram aos gritos, apedrejaram tudo o que lhes aparecia pela frente e foram dispersados pela Polícia que ocorreu para evitar males maiores.

As linhas:

Sporting: Botelho; Pedro Gomes, Quaresma, Caló e Espírito Santo; Bastos e Gonçalves; Manecas, Joaquim Rocha, Alvaro Jorge e Moniz.

Benfica: Fidalgo; Matine, Bastos, Fernando e Calado; Sheu e Diamantino; Nélinho, Rui Lopes, Moia e Jordão.

Deixamos o comentário a estes factos à consciência do leitor.

BENFICA

Anuncia-se em Paris que o Benfica terá um encontro particular no dia 5 de Junho com o Stade de Reims, naquela cidade. Será o segundo encontro disputado pelo Benfica na França em menos de um ano.

BRAGA

O Sporting bracarense também deverá actuar na capital francesa, a 3 de Junho, perante o Red Star.

JUNIORES

A Federação Portuguesa apresentou a candidatura à organização do Torneio da U.F.F.A., de 1976.

PORTO

Com a saída de Riera do comando técnico do futebol portista, é natural que Armando Luís reconsidere a sua ideia de deixar as Antas. Entretanto, está prevista para hoje a chegada, ao Porto, de um emissário do Manchester United, que vem sondar a eventual transferência de Pavão para Inglaterra. Ainda uma notícia que interessa principalmente aos nortenhos: o eng. Paulo Tavares substitui o dr. Luís Guedes e que se recusou a tomar posse do cargo para que

tenha sido indicado) na presidência da Associação de Futebol do Porto.

TORRES NOVAS

O Grimsby, da Terceira Divisão inglesa, exhibe-se amanhã, pelas 18 horas, em Torres Novas, perante o grupo local.

BOAVISTA

Prevista a dispensa dos «axadrezados» Canhoto e Moisés, por entrada no «plantel» do brasileiro Ratinho, actualmente em São Paulo.

SPORTING

Um misto sportinguista (seniores e juniores) constituído por jogadores de idade inferior a 21 anos, actua em Badajoz, nos dias 30 e 31 do mês corrente.

BARREIRENSE

Enquanto a recuperação de Bandeira (operado a um menisco) é um facto, lesionam-se (entre outros) os barreirenses Rogério e Valtér.

CUF

Dúvidas quanto à utilização, no domingo próximo, dos excelentes Manuel Fernandes e Vítor Pereira, perturbam o esquema idealizado por Fernando Calado para exibição no Estádio da Luz, perante o «sofregu» Eusébio. Outro problema cufista: a lesão sofrida por Juvenal, no treino de 4.ª feira.

BOLSISTAS

De Bruxelas: na «final» do Campeonato de Futebol entre as bolsas de valores europeias, a equipa representativa da bolsa de Londres empatou com a da bolsa de Bruxelas por 2-2, tendo porém ganho a taça «Financial Times» segundo a regra da validade a dobrar os golos marcados no campo do adversário.

ÁSIA

Hong Kong venceu a Malásia por 1-0 num encontro do grupo

«A» (Ásia) no torneio preliminar do Campeonato Mundial de Futebol. Ontem, Israel derrotou o Japão por 2-1 e o Vietname do Sul bateu a Tailândia por 1-0.

«MUNDIAL»

A Pérsia, que já havia assegurado a sua qualificação para a próxima fase do Campeonato Mundial de Futebol, perdeu por 0-1 com a Síria, no jogo disputado em Teerão. O conjunto persa conquistara no domingo a vitória no Grupo «B-2» da Zona Asiática, e ao defrontar os sírios apresentou seis reservas, quatro deles estreantes em jogos internacionais. O golo sírio foi marcado, aos onze minutos, pelo médio Abdulghani Tatish. No outro encontro, o Kuwait derrotou a Coreia do Norte por 2-0, com golos do extremo esquerdo Hamad Bohamad, aos 31 e 51 minutos. Depois destes jogos, a classificação definitiva do grupo «B-2» ficou assim: 1.º, Pérsia, 9 pontos; 2.º, Síria, 7; 3.º, Coreia do Norte, 5; 4.º, Kuwait, 3. A Pérsia vai defrontar a Austrália, que triunfou no grupo «B-1» e o vencedor desses jogos defronta o que ganhe o torneio do Grupo «A» asiático, em Seul.

PUGILISMO

O tailandês Chartchai Choinoi é o novo campeão mundial dos «mínimos», na versão da Associação Mundial de Pugilismo. Chartchai conquistou o título ao bater o suíço Fritz Chevert, por K.O. técnico, ao quarto «assalto», no Estádio Kittikachorn, de Bangkok. O título estava vago por motivo do acidente mortal de que foi vítima, no princípio do ano, o japonês Ohba, campeão mundial da categoria.

BADMINTON

Estrangeiros de créditos firmados (14 ao todo) estarão presentes nos campeonatos internacionais de badminton, que começam esta noite a disputar-se no ginásio do Liceu Pedro Nunes.



Nuno Rocha no C.N.I.D.

O C. N. I. D. tem «uma direcção de continuidade». Ontem, perante a mesa de Assembleia Geral (presidida por Alves dos Santos, que vemos na imagem cercado por Antero Henri-

ques da Silva Júnior, presidente do Vitória de Guimarães, e pelos jornalistas Fernando Sá e Mendonça Ferreira) tomaram posse os novos dirigentes do Clube, que continua a ser diri-

do por Vítor Santos. Na imagem: Nuno Rocha, nosso prezado camarada de Redacção, rubrica o seu compromisso para o Conselho-fiscal, prometendo dedicação e trabalho.

TÊNIS

Começa hoje no Jamor o "Grande Prémio de Lisboa"

Começa hoje, a partir das 15 horas, nos cortes do Jamor, o mais importante torneio de ténis até hoje disputado em Portugal. Organizado pela secção respectiva do Belenenses, a competição só foi possível graças ao patrocínio da «Intar» que dá, assim, importante contributo ao fomento e à propaganda da modalidade num país onde ela apenas tem sido praticada por uma minoria de desportistas.

O «Grande Prémio de Lisboa», assim se designa o torneio, tem a participação do campeão mundial Manuel Santana, do espanhol Juan Couder, dos australianos Lew Hoad e Bob Howe, do norte-americano

Ken Fletcher e do sul-africano Abe Segal, além, evidentemente, dos melhores tenistas portugueses.

A ordem das partidas de hoje é a seguinte: Vaz Pinto contra Juiz Filipe, Juan Couder contra João Lagos, Manuel Santana contra José Vilela e Vilela-Lagos contra Couder-Santana.

Jornada aliciante para se poder a valer o bom momento que está passando José Vilela e o encontro já designado entre o campeão Vaz Pinto e o jovem Juiz Filipe em novo embate entre ambos, sendo de salientar que o último encontro entre os dois, na passada semana, a penas

foi resolvido com um 10/8 no terceiro «Set».

A entrada para este torneio faz-se através de convites distribuídos pela secção de ténis do Belenenses ou pela firma «INTAR» patrocinadora da organização e ainda por bilhetes vendidos ao preço de 40\$00 cada.

No próximo dia 20 do corrente realizar-se-á no Grémio Literário, pelas 20.30 horas, o jantar de confraternização e distribuição de prémios, para o qual estão abertas as inscrições ao preço de 190\$00 cada pessoa, devendo as marcações ser efectuadas pelo telefone 321749.

to regional de atletismo para juniores, da Associação de Desportos de Aveiro.

e José Manuel Mateus («Voo»), foram os vencedores das provas efectuadas no Clube Português de Tiro a Chumbo.

REGISTO

ESGRIMA

HALTEREOFILISMO

José Mau, do Ginásio Clube Português, foi o vencedor do Nacional disputado no ginásio do Lusitano Clube. Por equipas, triunfou o Ginásio Clube Português.

TIRO À BALA

Seguiram para Pontevedra os 11 atiradores que constituem a selecção portuguesa de tiro à bala que vai participar no «Torneio das Nações Latinas Europeias e da Grécia», que se disputa naquela cidade.

HÓQUEI EM CAMPO

Jogos para o próximo domingo, a contar para o Campeonato de Lisboa de seniores: Futebol Fencica - Belenenses (em Francisco Lázaro, às 18 e 30) e Hóquei-Benfica (no campo Avenida do Brasil, às 11 horas).

TAÇA ROGÉRIO ZIMBARRA

Hoje, às 16 horas, no Ginásio Clube Português, defrontam-se os juvenis, principiantes e 4.ªs séries, para a disputa da Taça Zimbarra, em halterofilismo.

VOLTA

A organização da 36.ª Volta a Portugal em bicicleta acordou com o Sporting as condições em que se disputarão o «prólogo» e a última etapa no Estádio José Alvalade. Entretanto, está assente que uma das etapas de estrada terminará em Murça, e uma outra em Evendos. Jorge Lara (director da corrida) e Domingos Claudino (Comissário da Feira de Amostras) partirão hoje de Lisboa para o reconhecimento e análise do percurso da «Volta-73».

ATLETISMO

Leopoldo Manuel, José Rodrigues, Carlos Marques, Elísário Patarrana, Joaquim Lourenço, João Rocha, Nuno Leitão, a equipa do Beira Mar e a do Gafanha (em masculinos) e Isabel Fidalgo, Jovita Mendes, Isabel Santos, Olívia Santos, Olívia Elvas, Lucília Abreu, Eneida Ferreira, Joaquina Lopes, bem como a equipa da Associação Ovarense (feminina), foram os vencedores das diversas provas do campeon-

CICLISMO

A Associação de Ciclismo do Sul organiza no próximo domingo o Circuito dos Concelhos do Distrito de Lisboa, na distância de 210 quilómetros. Para o vencedor há um prémio de conto e meio.

TIRO A CHUMBO

O eng. José de Matos («Fosfo Olímpico»), Palhavã Rodrigues Pinto, Humberto Piçarra

EXCURSÕES CP

MADRID — Festas de St.º Isidro 73

Partidas colectivas em 19 e 26 de Maio

- ★ Partida de Lisboa — St. Apolónia, às 21.10, no «Lusitânia-Expresso».
- ★ Assistência e transferência de autocarro da estação da Atocha/Hotéis e vice-versa.
- ★ Hotéis no centro de Madrid, em regime de pensão completa ou residencial.
- ★ Espectáculo nocturno num famoso «cabaret» da capital espanhola.
- ★ Regresso de Madrid, em 23 e 30 de Maio, respectivamente, à noite (22.30), no «Lusitânia-Expresso».
- ★ Possibilidade de prolongamento de mais dias em Madrid, e o regresso, de dia, no comboio Ter.

PREÇOS POR PESSOA (TUDO INCLUIDO)

HS *** H *** (1.ª cl.)
Pensão completa ... 1790\$00 2250\$00
Quarto e peq. almoço — 1450\$00

EXCURSÕES INDIVIDUAIS — Partidas diárias nos comboios Ter e Lusitânia-Expresso, também a preços aliciantes.

Redução para crianças e para grupos de 10 ou mais pessoas.

Informações e folhetos descritivos:

- ★ Estação de Lisboa-Rossio
- ★ Estação de Santa Apolónia
- ★ Rua do Arsenal, 124-1.º — Lisboa

Organização, Telef. 367529

CONSULTE A SUA AGÊNCIA DE VIAGENS

VENDO todas as marcas de Automóveis semi-entrada. Telefone 844862.

ACOMPANHE O SEU JANTAR COM A MÚSICA DE HELDER REIS NO GRILL DO HOTEL FLÓRIDA Telef. 54171

GINÁSTICA

O Sport Clube do Porto na Holanda

• Sarau do Sporting e homenagem a Reis Pinto

Começa amanhã a disputar-se, em Haia, um torneio internacional de ginástica rítmica feminina em que se faz representar o Sport Club do Porto, com uma classe composta por

10 ginastas e que é dirigida tecnicamente pela prof. Maria da Graça Guedes.

O torneio, que se realiza anualmente desde 1967, tem organização do Gymnastic Club

Neptunus e a ele concorrem as mais cotadas classes de ginástica rítmica de variados países. Este ano, as provas incluem pela primeira vez a modalidade de «jazz» que, apesar de não contar ainda com tabelas da FIG, não deixa, por isso, de ter carácter competitivo.

No espectáculo de gala, as ginastas portuguesas apresentarão um número de folclore estilizado composto por danças do Algarve.

Saliente-se que as despesas desta deslocação, muito onerosa como se calcula, são suportadas por um subsídio do clube e pelas próprias atletas. Foi, em devido tempo, solicitada uma verba às entidades oficiais que não deixarão, por certo, de ajudar o clube portuense nesta sua arrojada iniciativa. Aliás, o nível técnico da classe que se deslocou à Holanda é garantia, dentro dos condicionalismos do desporto português, duma presença que dignifique não só o Sport Club do Porto como a ginástica nacional.

O SARAU DO SPORTING

Entretanto, o Sporting Clube de Portugal prepara com o maior cuidado o seu sarau anual, que se realizará, no Pavilhão dos Desportos, pelas 21 e 30 do próximo dia 226.

Para além do significado de

que se reveste a festa da ginástica sportinguista, despertando o interesse pela sua prática em crianças, adolescentes e adultos, muitos dos quais atraídos pela beleza do espectáculo que lhes é proporcionado, há o próprio facto em si, ou seja, o desejo do entusiasta em passar da situação de assistente para a de praticante.

A abrir o sarau, no qual tomam parte cerca de seis centenas de alunos será prestada homenagem ao prof. Reis Pinto que, há 25 anos se encontra ao serviço do clube de Alvalade.

HÓQUEI EM PATINS

Começa hoje o 'Metropolitano'

Com um Benfica-Sporting, no Pavilhão da Luz, principia hoje o «metropolitano» de hóquei em patins, que há-de vir a apurar o representante do Continente que, em Luanda, disputará o «Nacional».

Tem particular interesse o prélio entre «águias» e «leões», porque a única vez que o Sporting conseguiu vencer o Benfica, na época passada, foi exactamente no Pavilhão da Luz e em embate que contava para o «metropolitano». Mas, dessa vez, não alinhou Livramento, o que fez desfalar a equipa que viria a conquistar o título nacional.

Este ano, o Sporting está mais forte e o Benfica conti-

nua com a mesma equipa: aquela que há onze anos vem somando sucessos. Daí, considerar-se imprevisível o resultado final. Como nota curiosa, o facto de o Sporting ter conseguido apenas o título por uma só vez, exactamente no ano em que se disputou o primeiro campeonato (1939).

Restantes jogos da jornada inaugural: hoje, na zona Sul, jogam Oeiras-C.Ouri-que, Sintra-Cuf, P. Arcos-Parade e Cascais-Estremoz. Amanhã, na zona Norte, jogam: Académico-Académica de Espinho, F.C. do Porto-Carvalhos, Fânzeres-Sanjoanense, Águias do Porto-Oliveirense e Infante de Sagres-Valongol.

GOLFE

O Campeonato Europeu disputa-se no Algarve

Cabe a Portugal organizar, o 8.º Campeonato Europeu de Golfe por equipas. A prova desenvolver-se-á no percurso da Penina (Algarve) entre 28 de Junho e 1 de Julho.

Confirmaram já a sua presença nada menos de 18 países batendo-se assim o máximo de 17 inscritos no último realizado em Lausanne em 1971.

A fim de permitir à equipa portuguesa um certo número de contactos internacionais a Federação Portuguesa de Golfe organizou três encontros internacionais no decorrer desta Primavera: Portugal/Brasil em que a nossa equipa perdeu pela diferença de apenas 1 ponto; Portugal/Finlândia que terminaram empatado e, por último, o Por-

tugal/França que teve lugar a 13 de Maio no Campo da Penina.

LEIA

motor

TAP
TRANSPORTES
AÉREOS PORTUGUESES



Pretende admitir:

EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO

Habilitações literárias:

- 2.º ciclo liceal (pelo menos uma secção sem deficiências)
- Curso Comercial completo
- Razoáveis conhecimentos de inglês

Outros requisitos:

- Nacionalidade portuguesa
- Sexo masculino
- Menos de 36 anos de idade
- Serviço militar cumprido ou dele isento

Oferecemos:

- Estabilidade
- Remuneração inicial compatível
- Subsídio de férias
- Gratificação do Natal
- Viagens
- Regalias sociais

Para inscrição e informação dirija-se à Divisão do Planeamento do Pessoal da TAP — Edifício 25 - 1.º andar — Aeroporto de Lisboa

TAP
TRANSPORTES
AÉREOS PORTUGUESES



Pretende admitir:

LICENCIADOS EM ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

- Sexo masculino
- Nacionalidade portuguesa
- Serviço militar cumprido ou dele isento
- Menos de 36 anos de idade

Oferece:

- Prestígio, estabilidade e progressão
- Vencimento inicial compatível
- Subsídio de férias
- Gratificação do Natal
- Regalias sociais
- Viagens

Inscrição e informação na Divisão do Planeamento do Pessoal — Edifício 25 — 1.º andar — Aeroporto de Lisboa.

FUNDOS DE ESTADO

Efecto Compra Venda

Cons. 2 1/4	4705	4695
Cons. 3	5105	5095
Cons. 3 1/2	6005	6000
Centenário 65	13505	13505
Tes. 5 1/2 57		13555
Tes. 5 1/2 59		10005
Externo 1/4 c		6415
Externo 3/4 c		6435
Externo 3/4 c		
Caut. 3/4 c		

FUNDOS PUBLICOS

A Lx 6 %		9205	9305
C M L 5 1/2	10005	9055	10055
C P 5 1/2	9105		
C P 5 1/2			
C P 5 1/2			
Corr. 5 3/4		9305	
Met. 5 3/4	9605	9505	9705
Tur. 5 3/4			10005
C P 6 3/4		10155	

ELECTRICAS

G 5 %	58		
G 5 %	59		
G 5 %	62		
G 5 %	63		
G 5 %	64		
G 5 %	65		
G 5 %	67		
G 5 %	69		
H E A 5 %		7605	
H E C 5 %		9505	
H E D 5 %		7605	
H E N 5 %	9505	9505	
H E S E 5 %		7205	
H E S E 6 %		9505	
H E Z 5 %	57		
H E Z 6 %		9305	
N Elec 5 %		7205	7305
N Elec 6 %		9505	
Termoe. 5 %		7005	
U E P 5 %	60	7205	
U E P 5 %	63	7205	
U E P 6 %			
U E P 7 %		10055	10055

DIVERSAS

A P T 5 %	56		
A P T 5 %	58		
L. shave 6 %		9505	9505
N. lratos 60			
Pe. 2 1/2	34		
Sacor 7		10285	10305
Sacor 5		9555	
Sacor 5	54		8805
Sid 5	2 1/2		7205
Sid 5	3 1/2		7205
Sid 5	4 1/2		
Socel 5		9255	9305
U. Fabril 67			
U. Fabril 68			

ULTRAMARINAS

Carbonil 5 %			
Rev 5 %	57		
Rev 5 %	59/60		
Mocamb 5 %		8205	6005
Sonete 5 %			6255

ACÇÕES

De Bancos

Agricultura	7 5005	7 4505	7 5005
Algarve	3 9005	3 9005	3 9005
Alentejo	3 9955	3 9955	4 0005
Angola	7 9505	7 9505	8 0005
Borges & Irmão	10 8005	10 7005	10 8005
Crédito Predial	6 5005	6 5005	
Espírito Santo	18 5505	18 5005	18 6005
Fomento	7 3005	7 2505	7 4005
F. & Burnay		90 0005	92 0005
Intercontinental Português	31 5005	31 5005	31 6005
N Ultramarino-m	8 6005	8 5505	8 6005
N Ultramarino-c	12 4005	12 3005	12 5005
Pinto & Sotto Mayor	20 5005	20 5005	20 6005
Portugal-n	5 9505	5 9005	6 0005
Portugal-p	10 0005	9 7005	10 0005
P. Atlântico	20 3005	20 3005	20 5005
Totta & Açores	11 4005	11 4005	11 4805

J. BURNAY, LDA

Notas estrangeiras
Papeis de crédito

RUA DO OURO, 72 TEL. 321273

Banco Borges e Irmão

Índice de cotação das acções (Base Dez 65=100)

GERAL	11-5-73	16-5-73	18-5-73
METROPOL	365,0	360,5	360,4
ULTRAM	382,1	377,2	377,1
	239,6	237,7	237,7

De Seguros

Alentejo	
Bonança	
Império	
Mundial	
Soberana	
Tranquilidade	

Electricas

C P E P	12505	12405	12505
C P E n	11105	11105	11205
E Beiras	19505	19505	21005
G Elec c	4155	4155	4205
H E A A	2305	2205	2305
H E N P	3405	3405	3505
H E S E	17005		17005
U E P	2405		2405

Ultramarinas

Ag Casseque	
Ag Incomati	
Ag S T e P	
Ag Angola	
Ang Agric	
Boror	
Boror Com	
Buzi	
Cabinda	
Com Lobito	
D A T 100	
H E Revue	
I do Princ	
Mocambique	
Sonete n	
Sonete p	
Zambézia	

Diversas

Ag Lx - Ant	12655	12655	
Ag Lx 34			
Ag Lx 36			
Cel Guadiana	5 6005	5 5005	5 6005
Cel Leiria-p	29 0005	28 5005	29 0005
C Leiria-p	60 0005	59 9505	60 0005
C Tejo-p	2 4005	2 3505	2 4005
F Ramada	5905	5905	6005
Fornos Eléctricos	8 0005	7 9805	8 0005
P Celulose	13 8005	13 5005	13 8005
Siderurgia-p	6 3005	6 2005	6 3005
Siderurgia-n	6 2005	6 1505	6 2005
Socel			
Cidra			
C U F			
Intar			
Nitratos			
Petroquímica			
Sacor			
Tab. Portugal			
Tabaquerra			
U F Azoto			
Empor			
Ind. Aliança			
I P Colónias			
Nacional Navegação			
Navegação (Col.)			
P Pesca	6 0005	6 0005	6 1005
Matur	3 6005	3 5005	3 6005
R. Marconi	2 0505	2 0005	2 0505
T A P			
Compal			
Salva			
Penina			
Grão-Pará			
Lisnave			

FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Atlântico			
F. I. D. E. S.	25755		26552

COTAÇÕES

PAÍSES

COMPRAS VENDAS

Africa do Sul	Rands	-\$	-\$
Alemanha	Marco	85\$5	95\$5
América			
Dollars de 1 a 2		24\$40	25\$20
Dollars de 5 a 20		24\$70	25\$50
Dollars de 50 a 1000		24\$90	25\$70
Argentina	Peso Novo	-\$	-\$
Austria	Schilling	1\$22	1\$28
Bélgica	Francos	\$62	\$65
Brasil	Cruzeiro	3\$60	4\$40
Canadá	Dólar	24\$50	25\$30
Dinamarca	Coroa	\$400	4\$30
Espanha	Peseta	\$43	\$455
Frância	Francos	\$540	\$570
Holanda	Florim	\$845	\$875
Inglaterra	Libra	730\$00	780\$00
Itália	Lira	\$041	\$045
Marrocos	Dhram	-\$	-\$
Noruega	Coroa	4\$15	4\$45
Suécia	Coroa	\$545	\$580
Suécia	Francos	7\$70	8\$05
Ouro			
Inglaterra	Libra Isabel	680\$00	730\$00
Inglaterra	1/2 Libra	630\$00	680\$00
Ouro fino Barra		90\$00	96\$00

BANCO DO ALENTEJO



GESTÃO DE CARTEIRAS DE TÍTULOS
TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS

Praca D. João da Câmara 18 - Telef. 328045
Rua do Ouro 52 - Telef. 30309

televisão

HOJE

1.º Programa (22.05)

Noite de Estreia

«INCIDENTE EM S. FRANCISCO»
Em noite de estreia a R.T.P. apresenta o filme «Incidente em S. Francisco» que será interpretado pelos artistas, Richard Kiley, Lislle Nielson e Ruth Romar.

2.º Programa (22.05)

Variedades

Programa produzido pela TV Alemã com a participação dos artistas Mary's Roos, Daniel Gérard, Roger Whittaker, Emergenc e o conjunto Humphries Singers.

MADEIRA SIEMENS

O MAIS MODERNO TV COM ECRAN TOTAL

HOJE

1.º Programa	
1.º Período	
12.45	Abertura e desenhos animados
13.00	Feminino Singular
13.20	Os Meus Genros e eu
13.45	Telejornal 1.ª edição
14.00	Conheça o Portugal desconhecido
14.15	Logo à Noite
2.º Período	
14.40	Ciclo Preparatório TV
19.00	TV Educativa (Física Moderna)
19.30	Telejornal 2.ª edição
19.45	Cartaz TV
20.00	Falando de ópera
20.30	Cinemateca
20.55	Livros e autores
21.30	Telejornal 3.ª edição
22.05	Noite de Estreia (Incidente em S. Francisco)
23.30	Telejornal 4.ª edição
23.45	Meditação e fecho
2.º Programa	
20.30	Abertura e desenhos animados
20.45	Vária
21.00	Os Meus Genros e eu
21.30	Telejornal 3.ª edição
22.05	Variedades (Mary's Music com Mary e Daniel Gerard)
22.45	Encontro com o mundo e fecho

AMANHÃ

1.º Programa	
1.º Período	
9.50	Partida do Presidente do Brasil
12.45	Abertura e desenhos animados
13.00	O Caso da Semana
13.15	Estranha aventura
13.45	Telejornal 1.ª edição
14.00	Dô-La-Si
14.25	TV Educativa (Ginástica Infantil)
14.50	O Mundo à sua volta (A sobrevivência do Homem)
15.40	Bonanza
16.30	Danças e cantares
16.55	Teledesperto
17.20	Programa Feminino
17.45	Tarde de ópera (Der Freischütz, ópera de Carl Maria Von Weber, sob a direcção de Leopoldo Ludwig)
19.30	Telejornal 2.ª edição
19.45	E A Vida Continua
20.00	Ensaio
21.00	Se Bem Me Lembro
21.30	Telejornal 3.ª edição
22.00	Taco-a-Taco
23.30	Telejornal 4.ª edição
23.45	Meditação e fecho
2.º PROGRAMA	
20.30	Abertura e Desenhos animados
20.45	O caso da semana
21.00	Estranha aventura
21.30	Telejornal 3.ª edição
22.00	Noite de cinema - Revolta no Dentant e Fecho



urgência

Emergência	115	Judicaria	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	56 5342	Aeroporto	71 1397
H de S. José	86 0131	RGE	53 7021
H de S. Maria	73 0231	C. Aguas	36 1361
PSP	36 6141	Combóios	32 6222

Situação do tempo

09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado e o vento era fraco ou moderado do quadrante Sul e caíam aguaceiros

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	11º
P. DOURADAS	3º
COIMBRA	13º
PORTALEGRE	9º
LISBOA	15º
FARO	16º
FUNCHAL	18º

TEMPERATURAS EXTREMAS

Tavira

Máxima 20,5º

Penhas da Saúde

Mínima 0,0º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar 15,5º
Atmosfera 12,6º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
4.45 3,6 m	10.08 1,0 m
16.59 3,8 m	22.33 1,0 m

Dia 19

5.22 3,5 m	10.42 1,0 m
17.35 3,7 m	23.09 1,0 m

Dia 20

5.59 3,4 m	11.18 1,1 m
18.12 3,7 m	23.47 1,1 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente muito nublado; vento fraco ou moderado dos quadrantes Sul; aguaceiros e possibilidade de trovoadas.

AMANHÃ

NAScer ÀS 6.22
OCASO ÀS 20.45



DIA 17 DIA 25 DIA 1 DIA 7

EMISSION 1 PROGRAMA

16.00	Noticiário-Melodias do cinema
16.30	Convívio-Programa da Juventude
18.05	Rádio escolar - Francês
18.30	Programa do serviço de informação Pública das forças armadas
19.10	Passatempo musical
19.30	Recordar e viver por Maria Natália Bispo
20.00	Diário Sonoro O pianista Joe Melis
20.30	9.º episódio do folhetim «Iaiá Garcia»
21.00	Solos de órgão
21.50	Momento 73
21.30	A palavra e a voz pelo Rev. dr. Videira Pires
21.45	Fados de Coimbra

Annuaire de service

LISBOA

TURNO G-1
TODA A NOITE

ALCANTARA
Bairro, Rua Prior do Crato, 25 (Telef. 661321); Bolívar, Rua D. João de Castro, 27-B (Telef. 638824)

ALVALADE
Zil, Av. da Igreja, 9-D (Telef. 711730); Roma, Av. de Roma, 85-B (Telef. 772466)

ARIEIRO
Imperial, Av. Guerra Junqueiro, 30-B (Telef. 726860)

AVENIDA DA LIBERDADE
Fernandes, Rua de S. José, 187 (Telef. 326476)

BAIRRO DA ENCARNACÃO
Ascenso, Praça Norte, 11-A (Telef. 311216)

BENFICA
Lavinha, Rua Eng. Paulo de Barros (ex-Rua C. à Rua da Casquinha), 28-A (Telef. 708242); Alegria, Estrada de Benfica, 180-A (Telef. 780511)

CAMINHOS DE FERRO
Frazão, Rua da Cruz de Santa Apolónia, 90 (Telef. 847019)

CAMPOLIDE
Pinto, Rua de Campolide, 11 (Telef. 682610)

CAMPO DE OURIQUE
União, Rua Saraya Carvalho, 145-F (Telef. 663643)

CHELAS
Banha, Estrada de Chelas, 173 (Telef. 382241)

ENTRECAMPOS
Alcantara, Av. da República, 74-A (Telef. 713799)

ESTEFÂNIA
Mundial, Largo de D. Estefânia, 10 (Telef. 45578)

LAPA
César, Rua das Trinas, 102 (Telef. 362631)

LUMIAR
Douro, Alameda das Linhas de Torres, 93-A (Telef. 971131)

MATADOURO
Sousa Martins, Rua Sousa Martins, 25 (Telef. 553468)

SÃO MAMEDE
Albano, Rua da Escola Politécnica, 59 (Telef. 326750)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
S. Sebastião, Largo de S. Sebastião, 7, 9 (Telef. 48642)

TURNO G-2 ATÉ ÀS 22 HORAS

AJUDA
Moura, Trav. da Memória 55 (Telef. 630944)

ALVALADE
S. João de Deus, R. Pedro Ivo, 1-A (Telef. 725140)

ANJOS
Confiança, Av. Almirante Reis, 46 (Telef. 821633)

ARIEIRO
Garanha, R. Padre Manuel da Nóbrega, 5-A (Telef. 727300)

AVENIDAS NOVAS
Vale, Avenida Marquês de Tomar, 47 (Telef. 773043); Dálva, Avenida Duque de Ávila, 125 (Telef. 45225)

BAIRRO DA LIBERDADE
Sakur, R. B. 75-A (Telef. 683694)

BAIXA
Azevedo, Filhos, Rossio 31 (Telef. 327478)

BENFICA
União, Est. de Benfica, 592 (Telef. 700092)

CAMPO DE OURIQUE
Nobel, Rua Infante 16 98-B (Telef. 663643)

CASTELO
Ziler, Rua S. Tomé, 54 (Telef. 862835)

ESTRELA
Andrade Ribeiro, Avenida Infante Santo 66B (Telef. 666971)

LUMIAR
Central, Rua do Lumiar, 75 (Telef. 790480)

OLIVAIS
Olivais, Rua Alves Gouveia, 19 (Telef. 311237)

PICHELEIRA

Luzmar, R. João Nascimento Costa, 16-A (Telef. 728395-720703)

POÇO DO BISPO

Freitas, Rua Zólimo Pedroso, 11-13 (Telef. 381136)

SANTO AMARO

Correia de Azevedo, Rua Luis de Camões 42-B (Telef. 638625)

SÃO BENTO

Moz Teixeira, Rua do Poço dos Negros 115 (Telef. 679961)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar R. Ernesto Silva, 81 (Telef. 212048)

CAXIAS
Nova Rua Bernardim Ribeiro, 1-A (Telef. 242839)

PAÇO DE ARCOS
Trindade Brás R. Costa Pinto, 186 (Telef. 2432034)

OEIRAS
Oeiras L. Henrique Pava Couceiro (Telef. 2430485)

PARADE
Macau R. J. Elias Garcia, 60-C (Telef. 2471785)

S. JOÃO DO ESTORIL
S. João (Telef. 261186)

ESTORIL
Marques dos Santos, R. Ferreira, J. A. 15 (Telef. 260116)

CASCAIS
Marginal, Av. Marginal (Telef. 280078); A. Costa, R. Conde de Monte Real (Telef. 282407)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca R. Elias Garcia, 209 (Telef. 930019); Fiamma R. Elias Garcia, 78-B (Telef. 930072); Confiança Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (Telef. 938149)

DAMAIA
Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9 (Telef. 970523)

QUELUZ
Gil Av. Miguel Bombarda, 28 (Telef. 950117); Simões Lopes Av. Elias Garcia, 51 (Telef. 950123)

MEM MARTINS
Químia Est. de Mem Martins, 285 (Telef. 2910012) S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (Telef. 980456)

SINTRA
Mairrazes L. dr. Gregório de Almeida, 2 (Telef. 980391)

COLARES
Colares Abreja (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Telef. 234137)

ALHOS VEDROS
Portugal R. Fernão Lopes, 1 (Telef. 702771)

BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima Est. Nacional, 221-B (Telef. 224141)

BARREIRO
Central Av. Alfredo da Silva, 48 (Telef. 2073207)

COVA DA PIEDADE
Morgado R. Cabo da Boa Esperança, 31-A (Telef. 274358)

MOITA
União Moitense Av. dr. Teófilo Braga (Telef. 239025)

MONTIJO
Moderna R. Bulhão Pato, 60 (Telef. 230158)

SESIMBRA
Lopes R. Cândido dos Reis, 67 (Telef. 229028)

BETÚBAL
Lisboa R. dr. Paulo Borba (Telef. 22248); São A. Portela (Telef. 27488)

SEIXAL
Soromenho R. Paiva Coelho, 38 (Telef. 2218560)

PORTO

1.º TURNO
SUB-TURNO A

Aves da Silva, Av. da Boavista, 1016. Azevedo (de), Rua do Meiral, 503. Gomes Ferreira, Rua Faria Guimarães, 449. Nau Victoria, Rua Nau Victoria, 723. Ordem da Trindade, Rua Her. e Mart. Angola, s/n. Terreiro, Rua da Reboleira, 21

SUB-TURNO B

Antas (das), Av. Fernão de Magalhães, 1076. Ant. Porta do Olival, C. Mártires da Pátria, 122. Falcão, Rua de Santo Ildefonso, 61. Ferreira, Praça D. Afonso V, 55-B. Lousada, Largo do Campo Lindo, 62

COIMBRA

TURNO G

Rodrigues da Silva, R. Ferreira Borges, 32 (Telef. 24348) S. José Arcos do Jardim (Telef. 24697)



cinemas

CINEARTE (Tel. 660446)
15.00 e 21.00
(Grupo D - 18 anos)
Goldie Hawn e Eileen Heckart em «SÓ AS BORBOLETAS SÃO LIVRES». e «ENTRE A HONRA E O AMOR». com Gregory Peck e Tuesday Weld. Amanhã às 00.45 Hora de terror (Grupo D - 18 anos)
Uma versão espectacular de «O MÉDICO E O MONSTRO». «EU MONSTRO» com Christopher Lee e Peter Cushing

CINEMA CASTIL (Tel. 530194)
15.00-17.00-19.00-21.45-2.ª Semana
Grupo D (18 anos) Massimo Ranieri, Ottavia Piccolo
BUBU DE MONTARNASSE um filme de Mauro Bolognini. Estacionamento Parque Castil
MONUMENTAL (Tel. 55131)
15.15 e 21.30
(Grupo D-18 anos) 4.ª Semana
Color «THE GETAWAY» (Tiro de Escape). Steve McQueen, Ali MacGraw. Um filme de Sam Peckinpah. Hoje às 18.30 (Adultos)
Ingmar Bergman «UMA LIÇÃO DE AMOR» - 2.ª Feira, dia 21 «O SÉTIMO UELLO» (Adultos)

SATÉLITE (Tel. 555131)
As 15.30-18.30-21.45
(Grupo D-18 anos) 6.ª Semana
Um filme de António Pedro Vasconcelos PERDIDO POR CEM. José Cunha, Maria Leitão, Ana Maria Lucas e Nuno Martins

CINEMA LONDRES (Tel. 731313)
14.15-16.30-18.45 e 21.45 8.ª Semana
Colorido. As sedução libertinas e o amor conjugal. O filme de Eric Rohmer «AMOR AS 3 DA TARDE». c/ Zozzo e Bernard Verley. Snak-bar, pub-the, flag. O melhor encontro gastronómico. Hoje e amanhã às 00.15 «PERDIDO POR CEM» (Grupo D - 18 anos)
Hoje à meia noite e quinze (Grupo B - 10 anos)
«DUELO NO PACÍFICO» Com Lee Marvin e Toshio Mifune
IMPÉRIO (Tel. 555134/5)
15.15 e 21.30
(Grupo C - 14 anos)
Technicolor. Paul Newman e Lee Marvin «DINHEIRO TROCADO» (Metro-Alameda)

ROMA (Tel. 727778)
ESTREIA às 21.45
(Grupo D - 18 anos)
Eastmancolor «OS JOVENS TIGRES» Com Helmut Berger e Luca della Porta

MUNDIAL (Telef. 538743)
15.15-18.30 e 21.45
3.ª Semana. (Grupo C-14 anos). Panavision. Color. «O JOVEM LEÃO». Robert Shaw, Annie Brancroft, Simon Ward

RESTELO (Tel. 610375)
21.30
(Grupo C - 14 anos) - 5.ª Semana
«SEGUE-ME QUERIDO» com Topol e Mia Farrow
EUROPA (Tel. 661016)
21.30
(Grupo D - 18 anos)
Eastmancolor - 3.ª Semana
«O LOIRO DO SAPATO PRETO» Com Pierre Richard e Mireille Darc - Realização de Yves Robert. As 15.15 Cantinflas em «DOM QUIXOTE» Cavalga de novo
(Grupo C - 14 anos)
Tardes infantis (Grupo A - 6 anos) Sábado e domingo às 18.15 «UMA NOITE NA ÓPERA» Com os Irmãos Max
ALVALADE (Tel. 717480)
15.15 e 21.45
(Grupo D - 18 anos)
Um filme de Sidney Lumet «LONGA JORNADA PARA A NOITE» Com Katharine Hepburn e Ralph Richardson
Círculo de cinema - Amanhã à 00.30 Colorido (Grupo D - 18 anos)
Cini Eastwood em «FURIA DA RAZÃO» Realização de Don Siegel

AVIZ (Tel. 47163)
15.30 e 21.45
(Grupo B - 10 anos) 17.ª Semana
«CONTINUARAM A CHAMAR-ME TRINITA» Terence Hill e Bud Spencer.
ODEON (Tel. 326283)
15.15-18.15-21.30
(Grupo D - 18 anos)
Alfredo Landa (o Delicadinho) e Conchita Velasco em «EMPRESTA-MA POR QUINZE DIAS» Mais audácia nunca se viu em fazer rir com um marido a mulher... e o noivo dela
CASINO ESTORIL
21.30
(Grupo D - 18 anos)
«UM RAI DE SOL NA ÁGUA FRIA» Eastmancolor com Claudine Auger, Marc Porel Bernard Fresson e Judith Magre
CONDES (Tel. 322523/326710)
14.00-16.30-19.00 e 21.45
(Grupo B-10 anos)
Alegria, a melodia, o luxo de Viena e de Johann Strauss 6.ª Semana
«GRANDE VALSA» c/ Harst Bucholz, Mary Costa, Nigel Patrick, Yvonne Michel e Rossano Brazzi
VOX (Tel. 720808)
15.15-18.30-21.45
(Grupo D - 18 anos) - 3.ª Semana
Dustin Hoffman em «CAES DE PALHA» Um filme de Sam Peckinpah
IMPERIAL (Tel. 821933)
14.45 e 21.00
(Grupo D - 10 anos)
«O MAIOR ESPECTÁCULO DO MUNDO»
18.30 sessão do A.B.C. «MUDAR DE VIDA»
M. 17 anos

ESTÚDIO (Tel. 555134/5)
15.30 e 21.45 (6.ª Semana)
(Grupo D-18 anos)
Um filme de Jan Kadar «MULHER A DERIVA». Red Marcov, Milena Dravic (Metro-Alameda)
Hoje e amanhã às 00.15
(Grupo D - 18 anos)
«MULHER A DERIVA»
ROYAL (Tel. 865037)
15.00 e 21.00
(Grupo D-18 anos)
«UMA MISTURA DE AMOR» Em complemento «FLOR AMARGA»
S. JORGE (Plateia 54153 - Balcão 54154)
(Grupo D-18 anos)
Exilto 5.ª Semana
«PARIS, MANICÓMIO DO AMOR» com Marie Keller
EDEN (Tel. 320768)
15.30-18.30-21.45 2.ª Semana
Grupo D (18 anos) Eastmancolor A MÃO DE FERRO Realização de Cheng Chang Ho.
POLITEAMA (Tel. 326303)
15.15-18.15-21.45
(Grupo C - 14 anos)
Colorido com Robert Wood e Susan Scott em «A MORTE CHEGA A AS-SOBIAR»
As 00.30
(Grupo D - 18 anos)
Cicio Terror à Meia Noite hoje «MASCARAS DE CERA» e Amanhã «A CAVERNA DO HOMEM MONSTRO»
BERNA (Telef. 776098)
15.15-18.30 e 21.45
4.ª Semana! (Grupo D - 18 anos)
Eastmancolor Um filme de Jean-Pierre Melville. «CAI A NOITE SOBRE A CIDADE» Alain Delon, Catherine Deneuve.

APOLLO 70 (Tel. 763319)
15.15-18.30-21.45
«O TIO VÂNIA» de Tchecov - Colorido
(Grupo C - 14 anos)
Hoje às 24.00 - O Riso da Meia Noite
(Grupo D - 18 anos)
«CHICAGO CHICAGO» de Norman Jewison
TIVOLI (Tel. 50595)
15.15-18.30 e 21.45 2.ª Semana
Grupo D (18 anos). Technicolor.
Frankie Howard em «A CHAVE DO CINTO DA CASTIDADE» Simplesmente atrevido.

ESTÚDIO 444 (Tel. 779095)
15.30-18.30-21.45
(Grupo D - 18 anos)
«MASCULINO FEMININO» Realização de Jean Luc Goddard com Marlène Jobert e Jean-Pierre Léaud. Hoje e amanhã às 00.30 «Cinema fora de Horas»
(Grupo D - 18 anos)
«OS JOVENS TIGRES»

BARS BOITES

HIPOPÓTAMO — Com Helder Reis Encerra aos domingos. Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. Telef. 48364.

PRÍNCIPE NEGRO — Dancing com variedades. Calçada da Glória, 2. Telef. 369987

SOLAR DA HERMÍNIA — Herminia Silva, hoje e sempre. Largo Trindade Coelho, n.º 10 e 11. Encerra aos domingos. Telef. 320164.

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. Telefones 26461, 264526, 264596, 264621 e 264946.

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. Telef. 34859-365167.

EL CIDE — Dancing com variedades. Com o conjunto «X 4». Rua Bernardo Lima, 18-A (ao Conde Redondo). Telef. 560538.

CACO — Dancing com música ambiente, com singular quarteto. Rua Camilo Castelo Branco, 23-A.

FANTASMA — Dancing Caveau — com variedades. Maria Helena, Odete Maria, Domingos Ramos e o fabuloso Tony Sandro e Garcia e o seu conjunto. R. Gomes Freire, 145-B. Aberto das 18 h. às 21 e das 22.30 h. às 05.00 h.

TAMILA — Marão e s/ conjunto «Martins» todos os dias. Encerra aos domingos. Avenida Duque de Loulé, 69. Telef. 534117.

LUSO — Grande elenco de folclore fado de Lisboa por Augusta Ermina e José Luis Tomar, fado de Coimbra por Américo Silva. Em fado castiço Cristina Maria. Travessa da Queimada, 10. Telef. 362889. Aberto todos os dias.

SAN-PAYO — Bar-boite c/ música constante. Aberto até às 5 h. da madrugada. Rua Rodrigues Sampaio, 34. Telef. 561422. (Ar condicionado).

QUINOS e espectáculos

LISBOA/Teatros

CAPITÓLIO
20.45 e 23.00 (14 anos)
«A Cama dos Comuns»

B.V.L.
R. Camilo Castelo Branco, 33
«A Comédia Moscheta» de Ruzarte

LAURA ALVES
20.45 e 23.00 (14 anos)
«A cama dos comuns»

A.B.C.
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Pró Menino e prá Menina»

MARIA VITÓRIA
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Cá vamos pagando e rindo»

CASA DA COMÉDIA
22.00 (18 anos)
«A dança da morte em 12 saltos»

VILLARET
21.45 (10 anos)
«Pela boca morre o peixe»

GIL VICENTE
22.00 (18 anos)
«Fuenteovejuna»

VASCO SANTANA
21.45 (18 anos)
«Os amigos»

VARIEDADES
21.45 (14 anos)
«O Príncipe e a corista»

MONUMENTAL
21.45 (18 anos)
«Adriano VII»

LISBOA/Cinemas

CINEARTE
21.00 (10 anos)
«Homens em fúria»

PARIS
21.00 (14 anos)
«Segue-me querido»

RESTELO
21.30 (14 anos)
«Segue-me querido...»

JARDIM CINEMA
21.30 (18 anos)
«O Gosto da Vingança»

MOSCAVIDE
21.00 (14 anos)
«Nossa Senhora de Paris»

MAYER
21.00 (18 anos)
«A Cor da Morte»

SACAVÉM
S. José
21.00 (18 anos)
«O Regresso de Casta. Susana»

PROMOTORA
21.00 (14 anos)
«Um Homem da Solidão»

LINHA DE CASCAIS

OEIRAS
Oeiras-Cine
21.00 (18 anos)
«Amantes desconhecidos»

ESTORIL
Cinema
17.00 e 21.30 (18 anos)
«Os amores de uma adolescente»

Palácio
21.30 (18 anos)
«A Conspiração»

CASCAIS
S. José
(18 anos)
«Adeus amigo»

LINHA DE SINTRA

DAMAIA
D. João V
21.30 (18 anos)
«Desejo de amar»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.30 (14 anos)
«Dupla Vingança»

OUTRA BANDA

COVA DA PIEDADE
União Artística
21.15 (18 anos)
«O Grande conquistador»

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Encontro com uma mulher só»

LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.30 (10 anos)
«Melodia incompleta»

PORTO/Teatros

ANTÓNIO PEDRO
22.00 (18 anos)
«Vítimas do dever»

SÁ DA BANDEIRA
22.00 (14 anos)
«Sua Excelência o pendura»

PORTO/Cinemas

COLISEU
21.30 (18 anos)
«A Conspiração»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«O Amor às 3 da tarde»

JÚLIO DINIZ
21.30 (18 anos)
«Memórias de uma alcoviteira»

OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«Calibre 9»

S. JOÃO
21.30 (18 anos)
«Desencontro»

ÁGUA D'OURO
21.30 (10 anos)
«Continuaram a chamar-me Trinitá»

CARLOS ALBERTO
21.30 (18 anos)
«Companheiros» e «A Noite é feita para amar»

RIVOLI
21.30 (18 anos)
«A marca de Shafit»

VALEFORMOSO
21.30 (14 anos)
«Ódio velho»

BATALHA
21.30 (10 anos)
«A Ponte do Rio Kwai»

ESTÚDIO
21.30 (18 anos)
«Fim-de-Semana alucinante»

TRINDADE
21.30 (18 anos)
«Buber de Montparnasse»

COIMBRA

GIL VICENTE
21.00 (14 anos)
«OS Cowboys»

TIVOLI
21.30 (10 anos)
«Continuam a chamar-me Trinitá»

AVENIDA
21.00 (10 anos)
«Teatro de estudantes»

EXPOSIÇÕES

ARCADAS DO PARQUE — De Quina e Figueiredo Sobral (das 10 às 22 h.)

BUCHHOLZ — Desenhos de Henrique Manuel (das 10 às 12 e 30 e das 15 às 19 h.) — Fecha aos domingos.

CASINO ESTORIL — Pintura de Susana de Muro (das 15 às 19 h.)

CENTRO — Pintura de Ana Maria Botelho (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS — Pintura de Atsuo Mitsuhashi (das 14 e 30 às 19 h.) — A partir das 18 h., pinturas de Armando Teixeira Lemos.

DIPROVE - LISBOA — Pintura de João Nascimento (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.)

ESCOLA DE BELAS-ARTES — Gravura-72.

FUNDAÇÃO GULBENKIAN — Barroco Brasileiro.

FUTURA — Pintura de Moita Macedo (das 10 às 19 h.)

GALERIA 111 — Pintura de Fátima Vaz (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.)

GALERIA JUDITE DA CRUZ — De Miguel Yeco (das 11 às 13 e das 15 às 19 h.)

GALERIA NACIONAL DE ARTE MODERNA — 3.º Salão dos Artistas de Domingo.

INSTITUTO DE ARTE E DECORAÇÃO — Gravuras de Man. Fecha aos domingos.

INTERIOR — Tapeçarias da pintora Maria Velez (das 10 às 19 h.) — Fecha aos domingos.

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA — «Para uma visão fácil» — Dedicada a cegos.

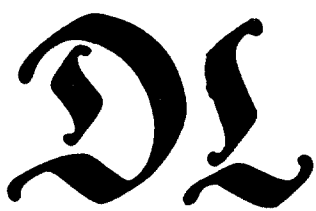
OTTOLINI — Pintura de Emilia Nadal (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.)

PALACIO FOZ — De João Paulo Furlado (das 15 às 19 h.)

PRISMA-73 — Pintura e desenho de artistas contemporâneos (das 15 às 20 h.) — Fecha aos domingos.

QUADRANTE — De Fausto Boavida e Eduardo Cruzeiro (das 10 às 13 e das 15 às 19 h.) — Fecha aos domingos.

DL /ÚLTIMAS



RENASCENÇA GRAFICAS A R L
PROPRIETARIO DO
DIARIO DE LISBOA
ADMINISTRACAO GERAL
REDACAO E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185 1.º, 2.º e 4.º
TELEF. 654531/2 3 4
SERVICOS TECNICOS
RUA LUZ SORIANO 44
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DIBOA TELEX 1363
LISBOA PORTUGAL

Não aos salários mínimos para operários não especializados

LOURENÇO MARQUEL (1) Embora reconhecendo a necessidade do aumento dos salários mínimos dos trabalhadores não especializados, as actividades económicas de Moçambique não deram parecer favorável ao projecto de diploma legislativo sobre o qual todos os sindicatos da província já haviam manifestado a sua concordância.

Companhias Reunidas Gás Electricidade

AVISO AOS CONSUMIDORES

Trabalhos necessários para a boa conservação das redes obrigam-nos a interrupção, durante algumas horas, o fornecimento de energia eléctrica no próximo Domingo, nos seguintes Sectores e Zonas:

2.º Sector - **Concelho de Lisboa:** Av. D. Vasco da Gama 23 a 33, Rua D. Cristóvão da Gama 39 a 40. (Das 8 às 12 horas)

4.º Sector - Rua dos Soeiros (parte), Alto dos Moinhos e imediações. (Das 8 às 12 horas)

6.º Sector - Rua Paiva Andrade 3 a 13, L. do Picadello 10 a 13, Rua Garrett 48 a 90 e 77 a 83, L. do Chiado 1 a 15, Igreja, Rua António Maria Cardoso 50 a 74 e 39 a 53. (Das 8 às 12 horas)

8.º Sector - Rua D. Luís Noronha 1 a 35 e 2 a 34. (Das 8 às 12 horas)

Rua Pascoal de Melo 31 a 61, Rua José Estêvão 119 a 137. (Das 8 às 12 horas)

9.º Sector - Alto da Eira e imediações. (Das 8 às 12 horas)

1.ª Zona - **Concelho de Oeiras** - **ALGES:** Rua Ernesto da Silva, Rua Anjos, Av. da República, Rua Alegre e imediações, Alges de Cima e Bairro de Miralhões. (Das 8 às 14 horas)

CAXIAS: Zona definida pela Est. Marginal nas imediações da Estação dos Caminhos de Ferro, Est. da Cartuxa e Lagoal. (Das 8 às 14 horas)

NOVA OEIRAS: Quinta das Palmeiras, Quinta do Barão, B. dos Lombos, Est. para Carcavels, Zona vizinha do Pão de Açúcar e imediações. (Das 8 às 14 horas)

AMADORA: Av. Miguel Bombarda, Rua Cândido dos Reis, Rua Henrique Nogueira, Rua Conselheiro Pequito, Trav. do Olival e imediações. (Das 8 às 14 horas)

Rua Elias Garcia, Rua Narciso Leal, Rua António de Albuquerque Av. Gago Coutinho, Rua António Feijó, Rua António Sardinha, Rua do Porto Santo, Rua Ramalho Ortigão, Rua Marcelino Mesquita e imediações. (Das 8 às 14 horas)

2.ª Zona - **Concelho de Cascais** - **S. PEDRO DO ESTORIL:** Rua Saca Cabral, Rua 5 de Outubro, Rua Nunes dos Santos, Av. Marginal nas imediações da Colónia Balnear Infantil do Século incluindo esta Colónia. (Das 8 às 14 horas)

3.ª Zona - **Concelho de Sintra** - **MEM MARTINS:** Bairro do Recanto, Rua Ramalho Ortigão, Rua das Vagens, Rua da Eirinha e imediações. (Das 8 às 14 horas)

Várzea de Sintra. (Das 8 às 14 horas)

4.ª Zona - **Concelho de Mafra** - **MALVEIRA:** Rua Casal Monte Leite, Est. da Avesada, Rua Eduardo Gonçalves Saldanha, Rua Miguel Ferreira, Av. José Franco Canas, Av. José Baptista Antunes, Rua Capitão João Lopes, Rua dos Bombeiros Voluntários, Av. Dr. Oliveira Salazar. (Das 8 às 12 horas)

VENDA DO PINHEIRO: Av. Capitão João Lopes, Est. da Asseiceira Grande, Largo da Feira, Aviação da Lapa e imediações. (Das 7 às 15 horas)

Salgados e Mougata. (Das 6 às 10 horas)

Amendoeira, Fonte Santa e imediações. (Das 9 às 15 horas)

SANTO ISIDORO: Ribamar, S. Lourenço, Casais de S. Lourenço. (Das 8 às 15 horas)

Sobreiro e Casal Mourão e imediações. (Das 8 às 14 horas)

5.ª Zona - **Concelho de Vila Franca de Xira:** Toda a rede de B. T. de A-DOS LOUCOS. (Das 8 às 14 horas)

Granja. (Das 8 às 14 horas)

Sobralinho, Aldeia do Sobralinho. (Das 8 às 14 horas)

6.ª Zona - **Concelho de Alenquer** - **CARREGADO:** Rua Vaz Monteiro, Rua D. Pedro V, Rua Capitão Tenente Oliveira e Carmo, Estrada de Santarem e imediações. (Das 8 às 14 horas)

7.ª Zona - **Concelho de Arruda dos Vinhos:** Todo o Concelho de Arruda dos Vinhos. (Das 8 às 14 horas)

Recepção ao Presidente Médici na Câmara Municipal de Lisboa

A recepção ao presidente Médici feita ontem na Câmara Municipal, oferecida pela edilidade ao chefe do Governo brasileiro e sua esposa, estava no programa da visita a Portugal e cumpriu-se. Eram 20 horas e 20 minutos, quando a comitiva, vinda de Queluz, chegou ao Largo do Município. Antes, já se dera, na entrada dos Paços de Conselho, o encontro entre o presidente da Câmara, coronel Silva Sebastião, sua esposa, vice-presidentes e vereação, com D. António Ribeiro, Cardeal-Patriarca de Lisboa, a quem apresentaram cumprimentos. Logo a seguir, era recebido pelo Município e pelas altas individualidades ali presentes, o prof. Marcello Caetano. Tanto o Cardeal-Patriarca como o Presidente do Conselho, foram conduzidos por D. Segismundo Saldanha para o gabinete do presidente Silva Sebastião, onde já haviam chegado os presiden-

tes da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa e do Supremo Tribunal de Justiça, além dos membros do Governo.

Um batalhão da g. N. R. estava formado no Largo do Município, quando ali chegou o cortejo, o qual prestou as honras militares. A Câmara achava-se faustosamente engalanada. O presidente Médici deslocou-se, com sua esposa, para o interior do edifício, onde viria a encontrar-se com os membros do Governo português e as altas individualidades que ali o aguardavam. Na sala Rosa Araújo, esperavam-no os cumprimentos do corpo diplomático. Depois, no salão nobre, teve lugar a sessão de boas-vindas. O coronel Silva Sebastião usou da palavra para a saudação da praxe, dizendo em dado momento do seu discurso: «Lisboa vos saúda, Ex.ª, e vos agradece esta oportunidade que assim lhe ofereceis, de prestar ao presidente da Re-

pública Federativa do Brasil, as suas mais calorosas homenagens, homenagens que não constituem mais do que fiel interpretação do sentir unânime das suas gentes.»

Em resposta à saudação, o presidente Médici começaria por dizer:

«Mais uma vez, nesta minha agradável visita a Portugal, encontro-me envolvido pelo abraço carinhoso do seu povo. Há três dias em peregrinação pelo velho Portugal, Porto, Guimarães, procurando e vendo com os próprios olhos as origens do Brasil, vi mais do que isso, vi a alma e vi o calor, vi a amizade do povo português. Calor, alma e amizade que o Portugal soube imprimir no meu povo.»

E a terminar: «Agora, aqui estou na Câmara Municipal de Lisboa, ouvindo, do seu presidente, palavras que acabaram de esgotar as minhas resis-

tências emocionais. E, esgotando as minhas resistências emocionais, nada mais sincero, nada mais amigo, nada mais fraterno, para dois homens que pertencem, como já disse, à mesma pátria, embora um nascido no Brasil e o outro nascido em Portugal, do que um sincero abraço de muito obrigado.»

Na recepção que se seguiu estiveram presentes as mais destacadas individualidades da vida portuguesa, nomeadamente, além das já referidas, a quase totalidade dos membros do Governo. Viam-se ainda altas autoridades civis e militares, deputados pelo círculo de Lisboa, membros da comissão da A. N. P. de Lisboa, o governador civil, directores de órgãos de Informação, presidentes de organismos corporativos, altos funcionários públicos, presidentes das juntas de freguesia de Lisboa individualidades ligadas a actividades económicas, às artes e às letras, etc.

ANUNCIADO O PROGRAMA DAS FESTAS DE MATOSINHOS

PORTO - Durante um jantar efectuado ontem num restaurante de Matosinhos, foi dado a conhecer aos órgãos informativos o programa das festas ao Senhor de Matosinhos, a realizar de 9 a 17 do próximo mês.

Presidiu ao acto o dr. Manuel Seabra, presidente da Câmara Municipal e da comissão executiva das festas, estando presentes todos os membros da comissão. Aquela entidade oficial solicitou a colaboração da Imprensa e fez considerações acerca do programa das festas que, desde há anos, alcançaram grande projecção, não só do Norte de Portugal como na Galiza.

Agradeceu o nosso colega António Barrote de «O Comércio do Porto». O programa iniciará-se a no dia 9 às 9 horas com a apresentação de um grupo de zés-perceiras que percorrerá as principais ruas da vila.

Às 8 horas darão entrada as bandas de música de Guifões e Matosinhos-Leça; e à mesma hora será inaugurada uma exposição de pintura e escultura de artistas locais, no Orfeão de Matosinhos; às 21 e 30, inauguração das iluminações e à meia-noite sessão de fogo-de-artifício. Do programa do dia 10 destaca-se um desfile folclórico; às 17 horas, corrida de touros;

às 21 e 30, Festival Folclórico Luso-Espanhol; no dia 11, às 18 h. cerimónias religiosas no templo do Bom Jesus de Matosinhos, e às 21 e 30, festival de variedades. Dia 12, feriado municipal, concertos musicais e missa solene a grande instrumental no Bom Jesus, às 11 horas e às 18 h., concerto da banda do serviço de transportes colectivos do Porto; às 19 h., fogo no Jardim da Misericórdia e às 23, fogo preso na rotunda do topo norte da Av. D. Afonso Henriques.

Dia 14, às 21 e 30, recital pelo grupo de poesia do Orfeão de Matosinhos. Dia 16, às 21

horas, festival folclórico no topo norte da Av. D. Afonso Henriques. Dia 17 encerramento das festas.

Durante o período festivo estará aberta para os espanhóis a fronteira de Valença.

SÁ VIANA REBELO ABANDONA A RESIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE LUANDA

LUANDA, 17 (L) - O dr. Fernando de Sá Viana Rebelo deixa dentro de dois meses as funções de presidente da Câmara Municipal de Luanda, segundo ele próprio anunciou numa entrevista concedida ao programa «Café da Noite», radiodifundida esta noite pela Emissora Católica de Angola, a propósito da passagem do quinto aniversário da sua entrada para o exercício do cargo.

Ao fim da tarde, o dr. Sá Viana Rebelo reuniu-se no seu gabinete com os seus mais directos colaboradores para lhes anunciar a decisão tomada.

«RAÍZES DE LEIRIA»

LEIRIA, 18 - Integrada no programa cultural «Conversa à noite», promovido pelo Ateneu Desportivo de Leiria, o investigador e publicista dr. Luciano Justo Ramos profere hoje, às 21 e 30, na sede daquela colectividade, uma palestra subordinada ao tema «Raízes de Leiria». A entrada é livre.

Passeio de campistas

O Clube de Campismo do concelho de Almada organiza no domingo, o seu II Passeio Místico, no qual está incluída a visita a uma instituição de caridade, onde serão distribuídos vários donativos oferecidos pelos campistas.

Podem participar no passeio, além dos sócios do C. C. A., todos os portadores de carta campista nacional ou seus familiares e amigos.

Homenageado o dr. Castro Fernandes (Vice -Governador do B.N.U.) pelo pessoal do seu Banco



Os empregados superiores do Banco Nacional Ultramarino, em representação de todo o pessoal dessa instituição bancária, ofereceram um jantar de homenagem ao Dr. A. J. de Castro Fernandes, Vice-Governador em exercício do B. N. U., para lhe manifestarem o seu apreço e, simultaneamente, o seu pesar, pelo facto de o verem afastar-se do serviço activo do Banco, em virtude de, em breve, atingir o limite de idade legal.



mesa
redonda

UM INQUÉRITO SOCIO-ECONÓMICO REVELA OS PRIVILÉGIOS DOS ENGENHEIROS

A situação do sector de Engenharia em Portugal é agora melhor conhecida, através dos elementos apurados pelo inquérito socio-económico que acabam de vir a lume. O inquérito decorreu no ano passado, por iniciativa da Ordem dos Engenheiros e do Sindicato dos Agentes Técnicos e sob a responsabilidade da Comissão para os Assuntos da F. E. A. N. I. (Federação Europeia das Associações Nacionais de Engenharia), constituída conjuntamente por representantes da Ordem e do Sindicato. Foram abrangidos todos os profissionais de engenharia diplomados pelas universidades e pelos institutos industriais, de acordo com o regulamento do Registo Europeu das Profissões Técnicas Superiores daquela federação, representada em Portugal pela Ordem dos Engenheiros. Assim, desde o início procurou-se fugir à questão melindrosa do título profissional. Para efeitos de inquérito, abandonaram-se as veias designações de «engenheiro» e «agente técnico», que foram ambas englobadas sob o noome de «diplomados em engenharia». Este facto e sobretudo o trabalho conjunto realizado poderão significar o começo do degelo de uma situação discriminatória, a que têm sido sujeitos em Portugal os profissionais de formação não universitária.

Cerca de 40 por cento dos inquiridos enviaram as suas respostas. A percentagem é considerada mais que suficiente para justificar, na maior parte dos casos, a extrapolação dos resultados a toda a profissão. Em números absolutos obtiveram-se 3604 respostas de engenheiros universitários e 2534 de engenheiros não universitários ou diplomados pelos institutos industriais.

Acorda-se que o primeiro grau de engenharia é assegurado em Portugal por sete institutos industriais (Lisboa, Porto, Coimbra, Luanda, Lourenço Marques, Nova Lisboa e Beira), que fornecem cursos de quatro anos nos ramos de Construção Civil e Minas, Electrotecnia e Máquinas, Química Laboratorial e Industrial. Um segundo grau de engenharia com curso de cinco anos pode ser tirado nas Universidades de Lisboa, Porto, Coimbra, Luanda e Lourenço Marques, que preparam técnicos nas especialidades de Engenharia Civil, Electrotecnia, Mecânica, Minas, Química Industrial, Metalúrgica, Agronómica, Silvícola e Geográfica.

15 MIL ENGENHEIROS EM PORTUGAL

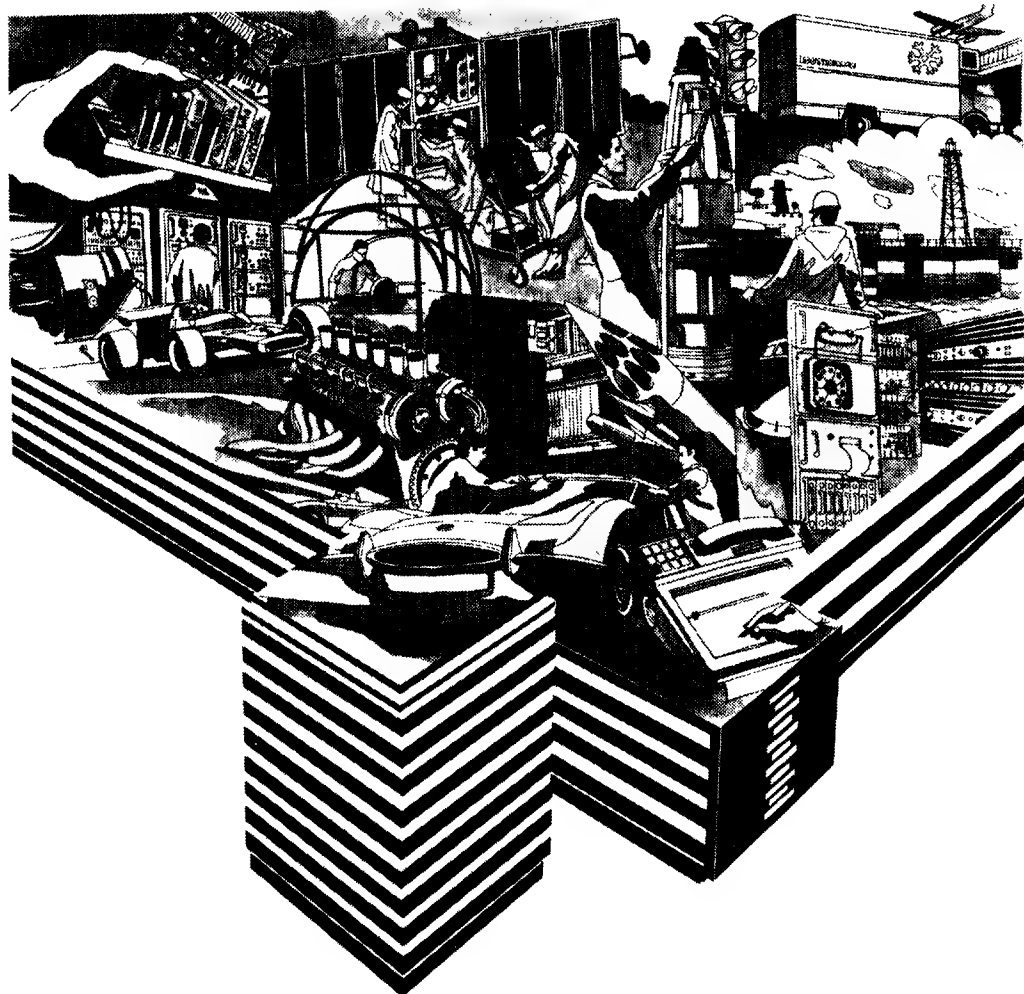
Uma primeira surpresa do inquérito é o número de engenheiros existente em Portugal, apurado por inquérito junto das empresas e organismos. São afinal 15.357, à data do encerramento do inquérito (1 de Junho de 1972) e não 7 mil como constava oficialmente dos registos da F. E. A. N. I., onde apenas se consideravam (por razões estranhas à Federação) os diplomados pela Universidade, declarados pela Ordem. Este número é, aliás, inferior ao dos engenheiros inscritos na Ordem (8761). O inquérito veio a detectar mais 2267 engenheiros universitários, podendo concluir-se que o seu total é de 11.028. Ao mesmo tempo, o inquérito apurou mais 1551 técnicos não universitários, além de 2778 inscritos no Sindicato. Por cada diplomado não universitário temos em Portugal 2,5 não universitários, relação praticamente inversa do que se verifica na maioria dos países, onde, como é natural, os engenheiros de formação universitária são em número inferior aos demais.

Ao contrário das outras profissões em Portugal e mesmo ao contrário do que se passa com a profissão de engenharia em quase todos os países da Europa, vemos que entre nós se assiste à situação singular de os elementos mais categorizados desta profissão serem mais numerosos do que os técnicos de escalão inferior. A explicação reside no facto de a «Engenharia» portuguesa estar reservada aos diplomados pelas faculdades de engenharia, apresentando-se como um título académico e não como uma profissão. Dá-se mais valor ao título de classe do que ao trabalho realizado efectivamente pelo profissional. Assim é que o mesmo trabalho é engenharia se for feito por um técnico de formação universitária, mas já não será engenharia se for feito por um técnico formado pelos institutos industriais.

Em quase todos os países estrangeiros, a engenharia divide-se pelo menos em dois graus: 1.º grau com diploma de escola não universitária equivalente aos nossos institutos industriais; 2.º grau, com diploma adquirido na Universidade e destinado mais especificamente à investigação do que ao exercício prático das técnicas.

Embora não valha a pena insistir neste aspecto dos títulos académicos, a verdade é que os mesmos são objecto de reivindicação por parte do Sindicato dos Agentes Técnicos, dado que a designação actual traduz normas discriminatórias que impedem a valorização da classe, não apenas em termos de vencimentos mas sobretudo de estatuto legal e socio-profissional. Acrescente-se que o número de matrículas nas nossas escolas mantém a relação inversa

Continua na página seis



Acidentes de trânsito e função social do seguro automóvel

ENTREVISTA COM O DR. LUÍS BARBOSA, PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DO RAMO AUTOMÓVEL DO GRÊMIO DOS SEGURADORES

Queixamo-nos diariamente das dificuldades de estacionamento, do tempo perdido nos engarrafamentos, da ausência de vias rápidas, dos crescentes perigos do trânsito automóvel. Mas raro nos interrogamos sobre as causas da degradação do trânsito ou da ineficácia dos transportes colectivos, raro conhecemos os obstáculos que se opõem à solução dos problemas criados pela rápida progressão do nosso parque automóvel. Menos ainda cuidamos da insuficiência das indemnizações pagas às vítimas dos acidentes graves.

zções pagas às vítimas dos acidentes graves.

E, no entanto, são problemas que interessam toda a população, uma vez que todos somos afectados pelas dificuldades do trânsito, pelo agravamento da taxa de acidentes, pelas carências do seguro automóvel. A fim de esclarecermos alguns dos muitos problemas do seguro automóvel, ouvimos o dr. Luís Barbosa, presidente da Comissão Permanente do Ramo Automóvel do Grémio dos Seguradores.

Continua na página onze





**Quando vir este rótulo amarelo
está na presença do mais seguro pneu radial**

PREMIUM JET SPORT

com cinta de aço
agora produzido em Portugal

Nele encontra tudo em maior escala...
porque a **cinta de aço** elimina a deformação do piso...
maior segurança em rectas e curvas...
mais rápida e precisa resposta da direcção... a qualquer velocidade...
com qualquer tempo... maior duração... maior conforto.

Porque há-de contentar-se com menos?



exija PREMIUM JET SPORT
PIÓNEIRA DA INDÚSTRIA DE PNEUS EM PORTUGAL

Relações de trabalho: "o modelo japonês"

Parece estar em voga nos meios patronais europeus um discreto interesse pelo «sistema de emprego japonês». Não porque esteja em perspectiva um regresso ao paternalismo na Europa, mas talvez pela profunda crise das «relações de trabalho» na indústria europeia. Deste ponto de vista, a Europa do capital conhece a maior crise do pós-guerra. Por outro lado, é natural que os patrões europeus se interroguem sobre os trunfos de um grande concorrente.

«O que particularmente impressiona o observador ocidental, ao estudar a situação da mão-de-obra no Japão, é o apego dos trabalhadores à sua empresa, nos sectores industriais modernos da economia», escreve-se no número de Abril do «Observateur de l'OCDE». Em contrapartida, os patrões garantem o emprego e o salário do seu pessoal permanente. O salário depende quase tanto da antiguidade na empresa como da qualificação, cavando-se um fosso entre os rendimentos dos jovens e velhos assalariados. Recrutado à saída da escola ou da universidade, o operário ou o quadro da empresa deverá identificar daí em diante a sua vida com a da firma. O mesmo texto mostra, também discretamente, alguns dos «inconvenientes» do sistema, sobretudo a restrição da liberdade individual e a vulnerabilidade do trabalhador a toda a espécie de pressões. Ao mudar de empresa, ou ao arriscar-se a tal, o trabalhador tem a certeza de sofrer uma forte quebra de salário (desaparecem os direitos de antiguidade) e perde normalmente a reforma. Esta é, na maior parte dos casos, garantida pela empresa e não pelo Estado. Por outro lado, é muito grave a situação dos trabalhadores não englobados no quadro permanente de uma empresa: baixo salário e insegurança de emprego.

Hoje, este sistema entrou em crise. A escassez de mão-de-obra qualificada dá aos trabalhadores um maior poder de negociação e uma maior mobilidade, particularmente visível nos jovens: estes mudam cada vez mais de emprego e lutam com algum êxito contra as enormes diferenças salariais baseadas na antiguidade. Do mesmo modo, os operários e empregados que mudaram de empresa em idade mais avançada vão conseguindo o reconhecimento das suas qualificações e salários menos discriminados. No entanto, o sistema continua a sobreviver nos seus principais aspectos, servindo-se da fraqueza do aparelho sindical. À primeira vista, este surge com a aparência de força dos grandes números. Na realidade, há 12 milhões de sindicalizados, mas dispersos por 60 mil «tradeunions» de empresa. Estas agregam, numa estrutura vertical, todos os assalariados da empresa, empregados e operários, constituindo a verdadeira instância de negociação, sobretudo no caso dos grandes monopólios. É muito limitado o poder real das duas grandes confederações sindicais.

DO FEUDALISMO À GRANDE INDÚSTRIA

É interessante conhecer algumas peças deste sistema paternalista que até agora tem conseguido neutralizar politicamente uma extensa classe operária, dividida e fortemente integrada ao nível da empresa, de uma forma nunca atingida pelas diversas políticas paternalistas experimentadas no Ocidente. Sublinhemos, previamente, que se trata de um sistema montado numa fase de transição do feudalismo ao capitalismo, em que são muito fortes as «sobrevivências» ideológicas do feudalismo, tan-

to na nova classe dominante, que vai fundir grande parte da aristocracia com a burguesia nascente, como nos camponeses que vão constituir o proletariado industrial. Entre as características marcantes deste processo, contribuindo para explicar a originalidade do «sistema japonês de emprego», deverá sublinhar-se o papel central de um forte aparelho de Estado e o facto de ter decorrido sob uma forte pressão nacionalista e imperialista, tudo jogando no sentido da unidade da classe dominante e da neutralização da resistência das classes populares. A passagem rápida do feudalismo ao capitalismo da grande indústria e do monopólio permite canalizar, para a empresa, formas adaptadas de anteriores relações de dependência. No pós-guerra, mantém-se uma conjuntura desfavorável aos trabalhadores (êxodo do campo, mão-de-obra excedentária, desemprego) o que contribui para a manutenção das mesmas relações durante o arranque industrial dos anos 50 e 60.

AS CINCO RELAÇÕES

«Tem sido observado que as características das **trade-unions**, do paternalismo, do emprego por toda a vida e da senioridade são devidas à tradição japonesa e a certas remanescências arcaicas que prevalecem na sociedade nipónica de hoje», escreve Armando Martins Janeiro, antigo embaixador de Portugal no Japão e estudioso dessa sociedade. Prossegue o autor: «Mas o que aqui deve acentuar-se é que a gama inteira dessas arcaicas características se encontra só nas empresas mais modernas, nas grandes companhias que empregam as técnicas mais avançadas. As companhias pequenas e médias seguem a maior parte das práticas do capitalismo ocidental, por serem menos dispêndiosas, e concedem aos trabalhadores pouca ou nenhuma protecção social.» (1).

De que relações se trata? A. M. Janeiro esclarece: «As relações entre o executivo no topo e os seus protegidos, entre o capataz e o operário são designadas pela expressão **oya-bun-kobun** (relação pai-filho). Exprime a relação básica interpessoal na sociedade nipónica, que inspira o sentido de lealdade e obrigação fora do círculo familiar. Vem dos tempos feudais e dita ainda o procedimento social hoje. É esta espécie de relacionamento pessoal entre o líder político e os seus sequazes, entre o chefe burocrático e os seus subordinados. Este conceito exprime a estreita coesão e hierarquia do povo trabalhador a todos os níveis. Aqui está o cerne do paternalismo nipónico — palavra que não tem no Japão as implicações desfavoráveis que tem no Ocidente. Porque o paternalismo ocidental, nas relações económicas, deixou uma história de abuso e espoliação dos fracos sem contraparte de protecção e bondade humana, que estão na tradição japonesa de paternalismo. Tanto os cânones confucianos como as estritas regras do código samurai impõem ao chefe e ao pater-famílias a obrigação moral e permanente

de protecção, e entre todos os que trabalham numa empresa a obrigação moral de solidariedade e humano sentimento, **giri-ninjo**.

«As cinco relações confucianas (que são as de senhor e vassalo, pai e filho, senhor e inferior, marido e mulher, amigo e amigo) no Japão foram reforçadas por rescrito imperial e constituíram a base da educação moral. A primeira podia ser aplicada às relações entre patrão e empregado e o sentimento de responsabilidade que ela implica é ainda muito forte hoje.» A empresa torna-se uma «família»: «a firma toma um interesse pessoal por cada trabalhador, estará presente na cerimónia do seu casamento e dar-lhe-á um subsídio, irá felicitá-lo e dar-lhe um presente quando lhe nascer um filho, auxiliá-lo-á também em caso de morte na família. Quanto às jovens empregadas, a firma ensinar-lhes-á a arte dos arranjos de flores e cuidará de lhes arranjar um marido antes de chegarem aos trinta.»

MATSUSHITA

Com este tipo de protecção e humana bondade, pode o capitalismo japonês alcançar um elevado grau de exploração da mão-de-obra e taxas de produtividade que fizeram a inveja dos seus pares europeus e americanos. Aqui, atingia-se a grande indústria com um nível de salários baixíssimo.

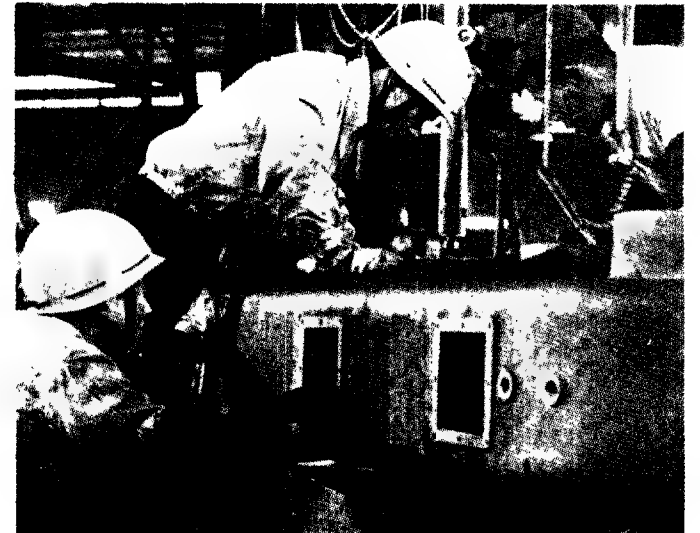
Um dos exemplos clássicos destas relações é o império industrial Matsushita. Antes de começarem o dia de trabalho, os operários e empregados devem cantar um hino:

«Para erguer um novo Japão
juntemos a nossa força e poder,
«Para erguer um novo Japão
juntemos a nossa força e poder,
fazendo o melhor possível
para promover a produção,
enviando os nossos produtos
aos povos do mundo
sem fim, continuamente,
como a água que brota da
fontel

Cresce industrial! Cresce, cresce e cresce!
Harmonia e sinceridade
Matsushita eléctrica!».

(1) Armando Martins Janeiro,

«Novas formas do capitalismo japonês», ensaio publicado in «A indústria no Norte de Portugal», Janeiro de 1972, e transcrito no «Boletim» da Câmara do Comércio de Lourenço Marques. Pertencem ao mesmo autor as citações que se seguem, sem indicação de fonte.

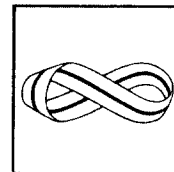


Uma oficina de YOKOHAMA



Todos os caminhos se encontram no Banco Totta & Acores

Estamos onde Você estiver.
No Continente.
Nas Ilhas. No Ultramar.
Somos uma organização em dia
com quadros jovens
e especializados
para a resolução de cada caso.
Actuamos com total
transparência de processos.



BANCO TOTTA & AÇORES

Num mundo novo o Banco Novo

PROJECTISTAS E CONSULTORES DEPOIS DO CONGRESSO

A realização do I Congresso Nacional de Projectistas e Consultores tomou possível uma visão de conjunto dos problemas e das perspectivas deste sector de actividade que, embora ainda relativamente recente, tem evidenciado nítido progresso nos últimos anos, de tal modo que se contam já por algumas dezenas o número das empresas ou gabinetes existentes, para além dos consultores e projectistas em nome individual.

A multiplicidade das solicitações tecnológicas e científicas a que o sector está sujeito tem determinado o aparecimento de uma grande heterogeneidade na prestação dos serviços. Se, por um lado, essa situação é natural e até benéfica, na medida em que traduz a própria potencialidade de acção do sector, ela pode conduzir a uma certa imprecisão de conceitos e a sobrepo-

sições no campo das especializações profissionais, o que afecta a percepção das qualificações e a coesão indispensável ao trabalho multidisciplinar.

Situações desta natureza tornaram-se, no Congresso, mais sensíveis na delimitação da actividade dos engenheiros e dos arquitectos mas existem também em relação a outras técnicas, particularmente nos

ramos da economia e da sociologia. Simplesmente a representação destes ramos profissionais não foi suficiente para se poder contar com depoimentos escritos ou orais que pudessem confirmá-las de forma tão clara.

Esta deficiente representação de outros ramos profissionais do sector de projectistas e consultores, nomeadamente de economistas, sociólogos e contabilistas, constituiu uma lacuna importante no Congresso. Na realidade, em face da notória maioria dos engenheiros e dos arquitectos, era inevitável que o acento tónico recaísse na concepção de projecto de engenharia em senti-

do restricto, isto é, de construção civil e de implantação de equipamentos industriais.

Ora, sem qualquer minimização da efectiva importância de tais projectos, interessa também pôr em destaque outra face dos projectos, mais ampla e variada: a de projectos técnico-económicos de investimentos industriais, comerciais e agrícolas e de infraestruturas nos vários domínios da vivência em sociedade.

DESENVOLVIMENTO E PROJECTO

As exigências do desenvolvimento económico e social vêm, aliás, ao encontro desta con-

cepção de projectos. Para que os objectivos consignados na Lei do Fomento Industrial, nos contratos de Desenvolvimento para as Exportações e no próprio IV Plano de Fomento possam corresponder a razoáveis realizações é indispensável que não continuemos a dispor de simples previsões e de planos mais ou menos genéricos.

Isto implica que, quer no sector público quer no foro das empresas privadas, as decisões de investimento, de produção e de comercialização sejam antecedidas de estudos adequadamente centrados nas ópticas de «marketing» e de eficácia económica e social, que articulem, no tempo, os recursos a mobilizar e os resultados a atingir com um mínimo de risco.

A construção, por exemplo, de infraestruturas de transportes e de centrais nucleares ou a concretização de pólos de desenvolvimento (com realizações públicas e privadas) impõem a acção coordenada e complementar de especialistas de muitos ramos do conhecimento. Por isso a indispensável heterogeneidade (especialização) deve coexistir com a perspectiva multidisciplinar, isto é, de trabalho de equipa.

E não basta que essa forma de aperfeiçoamento da utilidade conjunta dos projectistas e consultores se verifique no campo privado. Os técnicos dos vários departamentos do Estado necessitam de rever a sua atitude, quer quanto à exigência de actualização e de formação permanente, quer quanto à aceitação e compreensão do papel dos projectistas e consultores nos esforços de desenvolvimento que nos esperam. Também eles, portanto, devem aderir convictamente aos direitos e às obrigações do trabalho de equipa.

A ACÇÃO INTERDISCIPLINAR

Uns e outros, como detentores que são dos mais avançados conhecimentos técnicos e científicos aplicáveis à criação e ao aperfeiçoamento das condições de vivência em sociedade, devem dar o exemplo de acção esclarecida. Pois se o individualismo, a falta de humildade e a convicção de definitiva auto-suficiência têm constituído os principais obstáculos ao progresso económico e social no nosso país, não deveremos exigir dos projectistas e consultores — e dos técnicos e cientistas do Estado — um esforço especial na luta contra essas lamentáveis características tradicionais gentes portuguesas?

E se — como escrevi há quase dois anos — a Europa não pode esperar indefinidamente por nós, recaem sobre os técnicos, os projectistas e consultores, pesadas responsabilidades profissionais, desde o esclarecimento dos centros de decisão até à justificação das realizações, para que o nosso atraso não se acentue ainda mais.

Mas não é apenas no domínio dos estudos e dos projectos que deve assentar a actividade dos projectistas e dos consultores. São também inúmeras as carências — e as solicitações — nos processos de decisão, nos métodos de trabalho e no ajustamento das estruturas materiais e huma-

nas. Os tempos que passam e, sobretudo, os tempos que se avizinham não se compadecem com o empirismo, a rotina, o improvisado, a intuição. Não aumentemos, desse modo, as tremendas responsabilidades que nos são ditas pelo desafio europeu.

GABINETES DE ESTUDO OU CONSULTORES EXTERNOS?

Nem tudo, no entanto, pode — ou deve — ser feito pelos técnicos externos às empresas e aos departamentos públicos. Os serviços ou gabinetes de estudo têm, naturalmente, também uma importante palavra a dizer. Simplesmente, em qualidade e em quantidade, suficientes para corresponder às diversificadas exigências da concorrência nacional e internacional.

E, mesmo quando isso acontece, corre-se o risco de os técnicos que trabalham exclusivamente no foro interno de uma mesma empresa ou departamento público serem afectados de saturação e falta de estímulo para a actualização permanente e a inovação, além de que estão também à mercê da rotina e da azáfama do dia-a-dia, que consome tempo e capacidade intelectual indispensáveis a tarefas mais importantes para prever e construir o futuro.

Os consultores externos, não estando sujeitos a tais riscos, podem ainda recolher e assimilar criticamente a experiência — positiva e negativa — de várias empresas, constituindo portanto um meio de propagação de «tecnologia empresarial» que, dentro dos necessários limites da deontologia e da ética, traduz um recurso nacional que não deve ser negligenciado.

As novas exigências ditadas pelo Acordo de Associação ao Mercado Comum reforçam este quadro de necessidades e de potencialidade de serviço dos projectistas e consultores. Se as pequenas e médias empresas — e muitas das restantes — não dispõem de capacidade própria de modernização e de actualização que as tornem menos vulneráveis à concorrência externa, há que criar condições que atenuem ou eliminem esse condicionamento.

Desde a ajustada actuação dos projectistas e consultores estrangeiros (que deve afastar-se de situações de «colonialismo tecnológico») até aos incentivos financeiros e fiscais em benefício das empresas clientes e dos gabinetes de projectistas e consultores, há todo um vasto campo de actuação das entidades oficiais em ordem a incrementar a tecnologia científica e intelectual indispensável ao progresso do País.

Mas nem tudo compete — mais uma vez — ao Estado. A realização do I Congresso Nacional de Projectistas e Consultores deve constituir apenas a primeira fase da criação de condições de estrutura e organização do sector. O estímulo da especialização, da acção interdisciplinar e da valorização profissional são objectivos essenciais a atingir para que os projectistas e consultores possam contribuir para a racionalidade técnica, económica e social no desenvolvimento do nosso país.

MÁRIO BAPTISTA

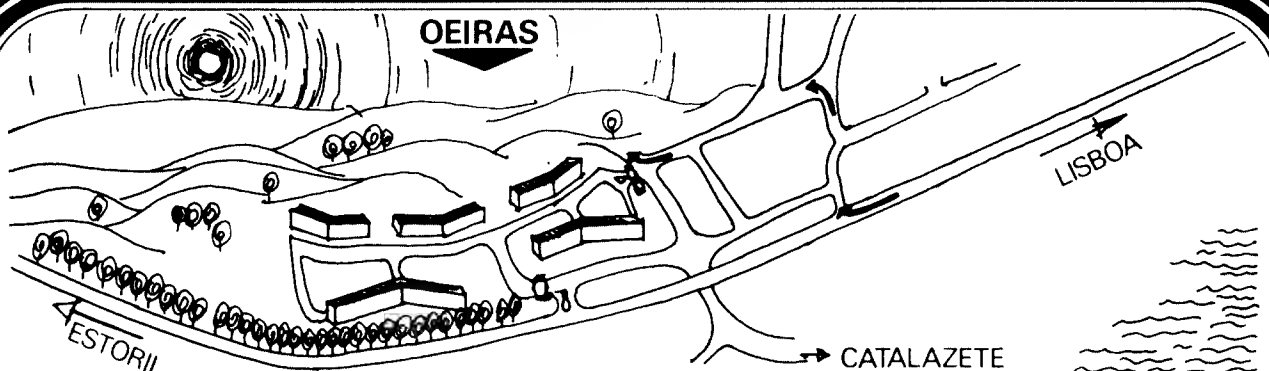
**Comece a viver
como alguns
já vivem!**

Este ano mesmo. Nestas férias.
O silêncio repousante. O ar puro.
Os livres horizontes. O espaço
habitacional que convida ao relax.
Uma técnica de construção com raízes
na arte de viver.

Esperamos por si hoje mesmo, ou em
qualquer outro dia das 10 às 19 horas.

**ALTO
DA
BARRA**

P. BENTIN



Uma comunidade urbana-privada-autónoma e seleccionada
MERCATOR S.A.R.L. - OEIRAS - TEL. 2433590

SENSACIONAL...

Enceradora	1000\$00
Secadores Cabelo	140\$00
Aspiradores	1200\$00
Frigoríficos Mol	1790\$00
Panelas Pressão	290\$00
Máq. de Lavar Automáticas	4500\$00
Sofás Camas	1800\$00

Mercado de Electrodomésticos

ESTRADA DE BENFICA, 705

PIONEIROS DO ENSINO TÉCNICO

O INSPECTOR ANTÓNIO ARROIO

Por CALVET DE MAGALHÃES

Foi no fim do período reformador, iniciado em 1886 pelo ministro das Obras Públicas Emílio Navarro e que decorreu até 1889, que António Arroio foi nomeado inspector das escolas industriais do Norte. Pertencia, desde 1881, ao quadro de Obras Públicas e ambicionava ser professor, quando seu irmão, João Arroio, sobraçava a pasta de ministro da Instrução Pública, cujo Ministério criado pelo gabinete Serpa Pimentel teve curta duração. Entendeu o irmão que António Arroio possuía qualidades mais adequadas para inspector pelo que, depois de uma missão de estudo no estrangeiro, sobretudo em Bruxelas onde se relacionou com os maiores vultos intelectuais e artísticos, entre eles o sábio musicólogo Gevaert, Pablo Casals e Paderewski, etc., o nomeou para o referido serviço, sucedendo assim a Silva Leitão.

A metrópole estava dividida em duas grandes circunscrições de ensino, norte e sul, compreendendo esta última, além da respectiva área continental, as escolas do Funchal, Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada. Com um inspector geral do ensino industrial e comercial, o conselheiro

Madeira Pinto, cada circunscrição estava sob a direcção de um inspector que tinha a seu cargo a parte administrativa das escolas, a vigilância pedagógica, a orientação de cada uma de acordo com a localização, principais indústrias e o meio em que haviam sido criadas.

Pela inspecção tinha já passado o conselheiro Fonseca Benevides que a exerceu de 18 de Maio de 1884 a 23 de Outubro de 1891, data em que foi demitido a seu pedido. A partir de 23 de Outubro de 1891, o cargo foi cumprido por Ramalho Ortigão até 9 de Julho de 1892. A este sucedeu o conselheiro Luciano Cordeiro, e depois José Guilherme de Parada e Silva Leitão.

Por decreto de 23-12-1899, foram reunidas numa só inspecção do ensino técnico, as duas antigas circunscrições das escolas do norte e do sul, sendo António Arroio encarregado do respectivo serviço, como engenheiro adjunto do inspector-geral (director-geral do comércio e indústria), servindo em comissão e pertencendo ao quadro de Obras Públicas. Desse cargo só tomou posse em 1901, por fazer parte da comissão portuguesa na Exposição de Paris de 1900. Mante-

ve-se nesse serviço até 1926.

António Arroio era, destaquemos, individualidade inconfundível. Nenhuma conveniência o levava a desviar-se da sinceridade absoluta na avaliação do próximo, não se podendo sujeitar ao feudalismo burocrático nem ao tagaté da vida nacional. Defensor de uma organização de ensino que correspondesse às necessidades gerais e regionais, ao seu objectivo e função social, procurou manter-se em absoluta independência de propósitos pedagógicos de ordem abstracta, de tudo que afastasse a escola técnica dos caminhos que a levariam ao serviço da vida.

Da escala profissional muito superior à do tempo, o homem que lutou para que o seu país não fosse aos olhos dos estrangeiros, «a nação que tem as formas mais modernas da actividade humana, nas páginas inumeráveis da sua legislação, mas nada de real na prática da vida nacional produtora», viu frustrada a execução de quase todas as suas concepções actualizadas e por ironia somente conseguiu ver publicados os seus famosos relatórios (relatório sobre o ensino elementar industrial e comercial, 1911; Relatório sobre a situação da Escola Industrial Campos Melo, 1914; Organização do Ensino Elementar Industrial e Comercial em Setúbal e Alenquer, 1916).

Deambulava o ensino técnico por vários ministérios, numa confusão lamentável de relações do problema educativo com questões de economia, com legisladores inutilizando-se uns aos outros, pois uma queda de Governo correspondia à sessão dos trabalhos iniciados pelo Ministério demissionário e à sua condenação pelo sucessor. António Arroio, desde 1890, à espera do melhor ensejo para retomar trabalho em profundidade. Reconhecendo a nação carecida de laços cívicos, que o funcionalismo não possuía responsabilidade efectiva e se não tinha em conta a obra executada, norteou sempre suas directrizes por métodos que garantissem o êxito dum ensino realmente útil, sem ilusões e sofismas, aplicável aos casos que inevitavelmente exigissem responsabilidade às escolas, portanto, fundada no conhecimento cabal e directo dos problemas.

Para alcançar esse objectivo promoveu a organização de

uma História Crítica de Legislação; advogou o evidenciar das exigências do nosso fomento nacional em matéria de ensino técnico e a correspondente função social que incumbia a este ensino; defendeu a realização de um inquérito geral às indústrias, corporações comerciais e industriais e ao operariado, e inquéritos parciais que fornecessem as bases para a criação de fundações escolares e, finalmente, propôs o esboço da organização provável das principais escolas técnicas.

Presidente da comissão, para a orientar no sentido de imediata e natural adaptação às necessidades locais (9-9-1907), e tendo como vogais Marques Leitão e Patrício Prazeres, ao receber do ministro um projecto, logo o reconheceu como mais uma concepção

fantasista a condenar, pelo que os trabalhos foram suspensos. Em Agosto de 1907, foi encarregado de elaborar um projecto de reorganização do ensino técnico, que não chegou a ser apresentado.

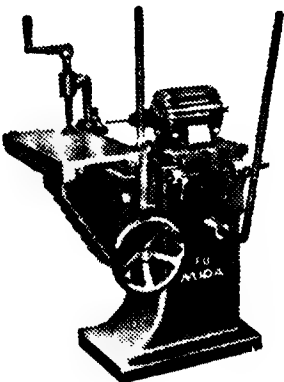
De grande hombridade moral, sem procedimentos unilaterais, franco, leal, actuando «à moda do Porto», absolutamente indiferente a intrigas, subserviências e mentiras do serviço oficial, António Arroio tem o seu nome ligado a uma escola de artes decorativas, mercê da sugestão de outro engenheiro (Eduardo J. Rodrigues da Silva).

De grande estatura, aparência robusta, voz reboante, bem empastada e grave, sabendo ouvir os comportos com a mais pontual atenção — coisa rara entre nós, pois a verbosidade não admite qualquer

pausa — discutindo entusiasticamente, os mais variados e elevados assuntos, destemido (observe-se a sua atitude no caso do monumento ao Infante D. Henrique) e decidido, cortando imediatamente relações com as pessoas de procedimento censurável, António Arroio aguarda justa homenagem que envolva o reconhecimento do seu trabalho como inspector, crítico de arte, musicólogo e investigador.

FLASH ELECTRONIC
multiblitz
a iluminação perfeita para o fotógrafo profissional mais exigente.
ESTAB. M. SIMÕES JR. S. A. R. L.
10, R. DOS DOCTORES LISBOA
208, R. S. ANTONIO PORTO
ASSISTÊNCIA TÉCNICA IMEDIATA

«MIDA»



Furador por Broca
Modelo - FU

Fábrica: TROFA (Tel. 94923/4/5)

FILIAL EM LISBOA:

AV. DEFENSORES DE CHAVES, 3/A (TELEF. 44147)

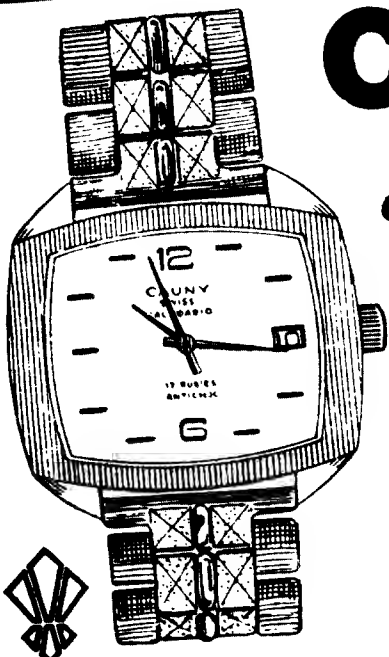
UMA FÁBRICA
ALTAMENTE
ESPECIALIZADA
NO FABRICO
DE MÁQUINAS
PARA AS
INDÚSTRIAS
DE:

- SERRAÇÃO
- CARPINTARIA
- MARCENARIA

CAUNY

A MAIS ALTA PRECISÃO SUÍÇA

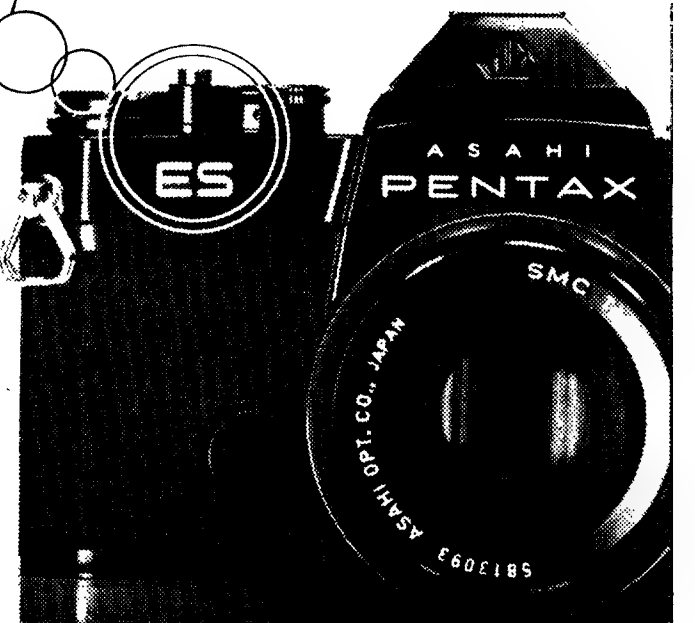
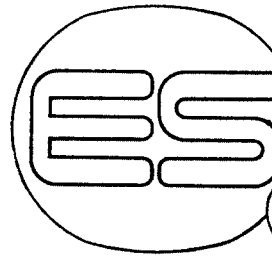
CALENDARIO
DIA E DATA
ANTICHOC



Garantido 1 ano

EXIJA A MARCA CAUNY
GRAVADA NA COROA
E NA PARTE EXTERIOR
DA CAIXA

COM ESTA MÁQUINA VOCÊ NÃO FALHA



A primeira
máquina
do mundo
com obturador
electrónico
contínuo
automático.

Escolha o diafragma e dispare «em qualquer circunstância». Infalível, a ASAHI PENTAX ES é a máquina do futuro, já ao seu dispor.



A FAMÍLIA PENTAX

Para além da ES:

— a SPOTMATIC II — a qualidade inalterada. A primeira máquina com sistema de medição de luz através da objectiva.
— a PENTAX 6-7 — a Reflex de formato médio de surpreendente maneabilidade.

— a PENTAX SP 500 — a nova máquina da «família» que oferece a mesma qualidade PENTAX a um preço mais acessível. Veja as e compreenda porque é que cada vez mais profissionais e amadores escolhem em todo o mundo uma ASAHI PENTAX.

ASAHI
PENTAX

O SISTEMA FOTOGRÁFICO REFLEX
MAIS VENDIDO EM TODO O MUNDO



BELTRÃO COELHO, LDA

Av. da República, 11-A - 1.º ANDAR
1000-001 LISBOA

QUANTO VALE SER ENGENHEIRO

Mas o elevado número de técnicos de engenharia em Portugal não significa que o País esteja suficientemente coberto. A distribuição

gec
ma
cen
tári
enc
19
de
nas
enc
esp
que
cer
ca
a
tecl
de
dos
dos

da
soc

as
de
du
extr
xas
mei
por
des
nor
tele



geográfica dos nossos técnicos acompanha a macrocefalia da região de Lisboa, onde se concentram 70 por cento dos engenheiros universitários e 56 por cento dos não universitários, enquanto a região do Norte apenas absorve 19 e 27 por cento, respectivamente. Compreende-se que os técnicos sejam em maior número nas grandes zonas industriais, mas já não se encontra explicação para o que se verifica nas especialidades de agronomia e silvicultura, em que a região de Lisboa emprega 70 por cento, o Alentejo Norte 10 por cento, a Central 12 por cento e a Sul 8 por cento. A anomalia só significa que os técnicos agrários, em vez de estarem a apoiar o trabalho dos campos, continuam fechados nos gabinetes em Lisboa. Na capital, de resto, residem habitualmente 58 por cento dos engenheiros universitários e 41 por cento dos não universitários.

PRIVILEGIADOS

O estudo fornece dados eloquentes acerca da situação privilegiada dos engenheiros na sociedade portuguesa.

No capítulo de rendimentos consideram-se as verbas recebidas em 1971 pelo exercício de todas as actividades profissionais e excluindo as remunerações recebidas por actividades extraprofissionais, descontados os impostos, taxas e descontos, excepto o imposto complementar. No caso dos engenheiros trabalhando por conta própria foram ainda descontadas as despesas de exercício da actividade como honorários pagos a terceiros, renda do escritório, telefone, luz, etc.

Alguns inquiridos levaram o seu escrupulo ao ponto de indicarem os ordenados reais superiores a 400 contos, por ano, quando o escalão superior considerado era de «mais de 360 con-

tos». Assim é possível concluir que cinco por cento dos engenheiros com idades entre os 45 e os 49 anos auferem rendimentos líquidos anuais superiores a 658 contos, admitindo-se com bastante probabilidade que um por cento do total dos técnicos universitários auferam rendimento equivalente (55 contos mensais).

Segundo as respostas, auferem menos de 60 contos anuais, 191 técnicos universitários e 176 não universitários; de 60 a 120 contos, 687 dos primeiros e 769 dos segundos; de 120 a 180 contos, 728 e 790; de 180 a 240 contos, 637 e 393; de 240 a 300 contos, 485 e 130; de 300 a 360 contos, 178 e 31; mais de 360 contos, 218 e 55. É interessante verificar que os ordenados altos e muito altos são auferidos por maior número de engenheiros universitários, sendo grande o número deles que recebem mais de um conto por dia. Não menos surpreendente é o facto de bom número de não universitários, apesar de chamados com o nome depreciativo de «agentes técnicos», conseguirem vencimentos da mais alta escala.

A situação privilegiada dos engenheiros na sociedade portuguesa é também revelada pelas regalias especiais. O inquérito refere as respostas de mais de mil inquiridos de cada grau de engenharia. Destas conclui-se que 18 por cento do primeiro grau (não universitários) e 14 por cento do segundo (universitários) beneficiam de regalias de alojamento; 17 por cento e 15 por cento de gás e electricidade; 16 por cento e 20 por cento de telefone; 41 por cento e 40 por cento, de viaturas e passes; 53 e 52 por cento de assistência médica (não se considerando a assistência prestada pelas Caixas de Previdência, o que mais uma vez demonstra a situação de privilégio da profissão. Ainda no campo das regalias, aponta-se que 347 engenheiros dos não

universitários declaram beneficiar de alojamento gratuito, incluindo entre os primeiros 20 com mais de 300 contos e 22 com mais de 360 contos de rendimento anual. Um total de engenheiros (68 por cento das respostas) e ainda 1870 «agentes técnicos» (78 por cento) não têm encargos com a habitação ou pagam menos de dois contos de renda mensal, ao passo que 7 dos primeiros e 13 dos segundos pagam rendas de 10 a 15 contos e 14 dos primeiros e 18 dos segundos pagam rendas superiores a 15 contos. Entre os engenheiros que não têm despesas de alojamento (nem por renda nem por prestação de casa própria) contam-se 118 com ordenados anuais superiores a 300 contos e 137 com rendimentos acima dos 360 contos. Entre os «agentes técnicos» com alojamento gratuito ou quase contam-se também 40 com rendimentos superiores a 360 contos.

O número de técnicos de engenharia proprietários de habitação é de 814 diplomados por escolas universitárias (incluindo 26 com menos de 60 contos de rendimento anual e 46 com menos de 29 anos) e de 536 das escolas não universitárias entre os quais se contam 17 vencendo esse rendimento mínimo e 19 com menos de 29 anos.

DESCRIMINAÇÕES?

Confrontando os ordenados e rendimentos por grupos de idade, verifica-se que os engenheiros universitários com 29 anos e menos ganham em média 103 contos por ano (não universitários 98 contos); de 30 a 34 anos, 169 e 134 respectivamente; de 35 a 39 anos, 215 e 164 contos; de 40 a 44 anos, 246 e 162 contos. A partir deste escalão de idades, os ordenados dos universitários começam a descer progressivamente até se situarem na tabela de 179 contos anuais para o grupo de idades de 65 anos e mais, altura em que os «agentes técnicos» auferem em média 100 contos anuais. Este grau de engenharia atinge o seu rendimento médio mais alto no grupo de idades dos 45 a 49 anos, com 168 contos, importância equivalente à que é auferida pelos profissionais universitários com menos vinte anos de idade aproximadamente.

A discrepância de vencimentos é nítida, sobretudo tendo em conta que os 1114 «agentes técnicos» com funções de chefia auferem em média 150 contos por ano, que é o rendimento equivalente ao dos técnicos universitários sem lugar de chefia e portanto com funções hierárquicas inferiores na idade dos trinta anos. Em ressonâncias de chefia, o rendimento máximo dos «agentes técnicos» é de 172 contos no grupo e de idades dos 40 aos 42 anos, quando os seus colegas de formação universitária auferem esse vencimento, por iguais tarefas, à volta dos 30 anos e atingem a média mais alta (217 contos) aos 45.

Os ordenados médios mais elevados são os que se praticam em Angola e Moçambique (300 contos para os profissionais do 2.º grau e 230 contos para os de 1.º grau), ao mesmo tempo que os ordenados praticados na metrópole são mais elevados nas cidades de Lisboa e Porto para os universitários (190 contos) e nas cidades com mais de cinquenta mil habitantes para os não universitários (163 contos).

A média dos rendimentos por entidade empregadora atinge o máximo nos profissionais que trabalham por conta própria (228 contos para os universitários e 179 para os outros). Nas empresas privadas os engenheiros do 2.º grau ganham em média 222 contos e os do 1.º grau não passam da média dos 152 contos, rendimentos muito superiores aos que são auferidos nas empresas públicas e sobretudo no funcionalismo, onde os «engenheiros» auferem 143 contos (no ensino apenas 134) e os «agentes técnicos» 115 (no ensino apenas 80). Os rendimentos apurados no ensino vão desde os 86 contos aos 225, correspondendo aos grupos de idades com menos de 29 anos e superiores a 64 (para os profissionais saídos da Universidade) ao passo que os profissionais não universitários vão desde os 57 contos na idade inferior aos 30 anos até 146 contos no grupo de idades entre os 35 e os 40 anos.

É evidente que estes ordenados não aconselham os diplomados em engenharia a dedicarem-se ao funcionalismo e muito menos ao ensino.

Efectivamente, entre os 3478 diplomados universitários que responderam ao inquérito, apenas 157 (isto é, 5 por cento) estão empregados na carreira do ensino (apenas 80, ou seja 3 por cento entre os 2468 não universitários).

GARANTIAS DE TRABALHO

Um capítulo particularmente importante do inquérito refere-se à situação de desemprego da classe, apurada em 1971. Estiveram temporariamente desempregados, nesse ano, 62 engenheiros do primeiro grau e 59 do segundo. O desemprego prolongou-se por menos de 6 semanas em 11 casos de «agentes técnicos», de 11 a 30 semanas em 32 casos e mais de 51 semanas em 4 casos. Essa situação atingiu 14 engenheiros por menos de seis semanas, 24 por períodos de 11 a 30 semanas e 1 por período superior a 51 semanas. Por outro lado, entre as respostas, apurou-se que os actuais engenheiros perderam 8559 meses de trabalho e os agentes técnicos 7250 meses entre a sua formatura e o início do primeiro emprego. Em Maio de 1972 estavam desempregados 381 do 2.º grau e 217 do primeiro.

Finalmente, quanto à situação sindical dos técnicos, apurou-se que responderam ao inquérito 2810 engenheiros universitários e 8 não universitários inscritos na Ordem; 1089 «agentes técnicos» e 8 engenheiros inscritos no Sindicato, 68 destes e 230 daqueles inscritos noutros sindicatos e ainda 537 universitários e 432 não universitários que não se encontram inscritos que apenas 650 dos universitários e 572 dos diplomados pelos I. I. estão abrangidos por contratos de trabalho.

Esta primeira abordagem dos dados fornecidos pelo inquérito é evidentemente incompleta, não sendo possível, por enquanto, retirar muitas conclusões. Nota-se, de resto, a existência de várias lacunas que se espera ver preenchidas por inquéritos posteriores, que são prometidos para 1974. Mas é de prever que a Ordem e o Sindicato se entendam para uma interpretação dos dados apurados, que se revelam suficientemente ricos para a definição da situação. Para já, é de salientar que os dois organismos se tenham posto de acordo para o lançamento do inquérito e tivessem encontrado maneira de contornar dificuldades e preconceitos elitistas.



A Duarte Pacheco se deve a política de prestígio dos engenheiros em Portugal

assim vai o mundo

Da indústria dos remédios

A indústria farmacêutica é uma indústria. Com isto queremos dizer que, apesar de toda a cobertura da investigação científica e do papel humanitário que essa indústria se atribui, trata-se de um sector de produção naturalmente comandado pelo mercado e pela lógica do lucro e da rentabilidade que o mercado determina. E, aliás, um sector altamente lucrativo e em grande expansão.

Ao longo dos últimos anos, as suspeitas deram lugar à denúncia de certos procedimentos da indústria farmacêutica, no referente à qualidade dos produtos, às formas de publicidade mistificadora, aos métodos de fazer dinheiro. Um caso mais célebre, o da «talidomida», permitiu uma tentativa de generalizar a discussão. A discussão foi no entanto circunscrita e em pouco tempo tornou-se uma questão de indemnizações. Posteriormente reaberta, só muito timidamente se vão conhecendo os bastidores da indústria.

Dois casos recentes podem estimular a nossa curiosidade. O primeiro parte do Governo britânico. Acharo excessiva a sua participação nos lucros de certos laboratórios, através do National Health Service (segurança social), ordenou uma redução de preços nos tranquilizantes «Librium» e «Vallium»,

dos laboratórios Roche: uma baixa de 40 e 25 por cento, em relação aos preços de 1970. E, o que é forte nas regras de jogo, exige o reembolso duma parte dos «lucros excessivos».

Um outro caso foi a discussão lançada em França por um artigo do jornalista Patrick Séry, na revista «Le Nouvel Observateur». Este artigo, que denunciava fundamentalmente os mecanismos económicos da indústria, provocou uma avalanche de correspondência, tanto de indignação pelas dúvidas levantadas à moralidade da indústria, como de denúncia e ilustração doutros aspectos das «fábricas de remédios». Entre estas, a dum investigador farmacêutico desempregado:

«Director de fabricação do laboratório Jean-Roy-Freysing, tive de me opor, em consciência, ao fabrico de certas especialidades, em perfeita contradição com os «vistos» concedidos, e no entanto há anos em circulação. Minha mulher e eu próprio denunciámos a tentativa de falsificação duma peritagem clínica. Resultado? Fui despedido. É verdade que o meu patrão foi condenado em tribunal, por despedimento abusivo e «condenável levianidade». Mas tornou-se impossível reencontrar trabalho na minha profissão... Um dos produtos que contestei deu lugar a um grave acidente, as

impurezas que tinha denunciado revelaram-se explosivas...

(...) Mas o fundo da questão permanece: o código da Saúde Pública encarrega os farmacêuticos assalariados de aplicar as exigências legais, mas esquece-se de lhes garantir o emprego contra as pressões patronais.

É-nos proibido, pelo código de deontologia, o abandono da nossa independência técnica no exercício da profissão, mas na realidade estamos sujeitos ao arbitrio das empresas. E isto com a bênção dum conselho de ordem, acima de tudo preocupado em garantir o liberalismo industrial; este organismo, «guardião da moral profissional», reconhece não ter nenhum poder para reintegrar um profissional despedido, culpado de ter defendido a saúde pública de acordo com as exigências da lei!

Investimento estrangeiro nos E.U.A.

«Os E.U.A. não pretendem pôr obstáculos à expansão dos 13 700 milhões de dólares de investimentos estrangeiros directos no país. Acolhemo-los com prazer e esperamos que aumentem. Apoiamos os novos investimentos da Shell, Unilever e Nestlé, e mais empresas multinacionais com sede no exterior...» declara, perante a Comissão de Finanças do Senado, um conselheiro de Nixon, Peter Flanigan.

Outra atitude não serviria, aliás, os interesses das grandes empresas norte-americanas, em rápida expansão no exterior. Estes investimentos são uma contrapartida e uma condição necessárias àquela expansão, e não só do ponto de vista político, isto é, na medida em que contribuem para desarmar as objecções do exterior aos investimentos americanos. Dum ponto de vista económico, contribuem para diminuir o desequilíbrio da balança de pagamentos norte-americana e, assim, para permitir a continuação do movimento principal — o do investimento americano no estrangeiro. Por outro lado, reforçam as interligações dos vários «capitais nacionais» num capital internacional, que as empresas multinacionais exemplificam. Esta rede de relações, que se vai adensando, consolida a posição dirigente dos monopólios americanos, ou com sede nos E.U.A., e indirectamente a capacidade de direcção política do Estado norte-americano.

Entre 1962 e 1971, o valor

dos investimentos estrangeiros nos Estados Unidos passaram de 7 400 milhões de dólares para 13 700 milhões. Este movimento inclui a construção de novas fábricas, ampliação das existentes, estabelecimento de novas firmas subsidiárias, compra e formação de empresas conjuntas. A taxa de crescimento destes investimentos aumentou, a partir de 1966, atingindo uma taxa média anual de 8,6 por cento.

A Grã-Bretanha mantém o lugar de principal exportador de capital para os E.U.A., com 4400 milhões de dólares até 1971, seguindo-se o Canadá com 3300 milhões, a Holanda (2200 milhões) e a Suíça (1500 milhões). Os países latino-americanos e das Caraíbas, zonas privilegiadas de investimento americano, atingem o montante de 315 milhões.

Manteiga para a URSS

A União Soviética comprará 200 mil toneladas de manteiga à CEE, a um preço reduzido, beneficiando da acumulação de excedentes na comunidade que atingem já 400 mil toneladas.

Essa venda tem sido objecto de críticas, pelo prejuízo que acarretará à comunidade. De facto, a manteiga será vendida a 17,5 libras os cem quilos, enquanto o fundo de subsídio às exportações agrícolas paga aos produtores 93 libras pela mesma quantidade. Assim, esta operação traduzir-se-á num «déficit» de 150 milhões de libras. As críticas, respondem os funcionários que o armazenamento em instalações frigoríficas ficaria ainda mais caro, o que acabaria por levar a comunidade a um gesto de generosidade: oferecer gratuitamente a manteiga a países do terceiro mundo, o que significaria um prejuízo total.



Empresa pública de parques industriais

Foi recentemente criada a Empresa Pública de Parques Industriais, com sede em Lisboa, e que se destina essencialmente à instalação de parques e promoção de loteamentos industriais, sem prejuízo de outros fins que venham a ser-lhe confiados, estendendo-se a sua acção a todo o continente e ilhas adjacentes.

Parque industrial é definido como «uma aglomeração planeada de unidades industriais cujo estabelecimento visará objectivos de fomento industrial».

Entre as várias atribuições da Empresa destacamos: elaboração de estudos necessários à criação e instalação de parques industriais, compra de terrenos e execução das obras previstas, cedência de instalações e serviços às empresas que pretendem instalar-se nos referidos parques, proceder às transacções de terrenos e edifícios nas áreas da sua intervenção e prestar assistência técnica, mediante contrato, por solicitações das empresas privadas ou das autarquias locais, interessadas na sua instalação.

As empresas, relativamente aos estabelecimentos industriais que instalem em parques, quando exerçam uma actividade classificada como prioritária, terão direito à graduação máxima dos incentivos fiscais decorrentes da Lei de Fomento Industrial. Se a actividade não

for prioritária, gozarão de benefícios correspondentes a outros escalões previstos na legislação sobre incentivos fiscais e definidos, para cada parque, em Portaria conjunta do Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Indústria.

Está também previsto que as empresas industriais que se instalem nos parques poderão ainda beneficiar de empréstimos a dez anos para despesas de primeiro estabelecimento até 50 por cento do capital a investir, a taxa de juro beneficiada, com possibilidade de diferimento do início das suas amortizações até três anos.

Esta medida suscitou o comentário seguinte ao «Jornal de Economia e Finanças» (1-15 de Abril):

«Está em vista, por certo, o grande parque industrial que se projecta instalar em Sines. A forma de gestão desse parque por intermédio de uma empresa pública compreende-se pelas preferências que a esta modalidade vêm sendo dadas ultimamente pelas instâncias oficiais de empresas na vida prática não sejam das mais liçõesjeiras. Veja-se o que aconteceu com os Correios e Telégrafos que de um funcionamento quase perfeito, integrados na administração do Estado, estão, presentemente, a caminho de se tornarem um dos nossos mais ineficientes serviços públicos, e nos telefones, que há dez anos funcionavam sem dar lugar a reparos e hoje constituem um grave problema para o qual não se vê solução a curto prazo. Não se fala na Empresa Pública criada na Câmara Municipal de Lisboa porque se não se compreende porque é que foi criada, também, é certo, não se sente qual é ou possa ser a sua acção mau grado uma anunciada urbanização a fazer no Restelo».

Radioactividade

O Laboratório de Física e Energia Nucleares (da Junta de Energia Nuclear) preconiza, num relatório recente, a «necessidade de efectuar estudos radioecológicos do estuário do Tejo», «o estudo de legislação adequada, sobre a evacuação de resíduos radioactivos em águas interiores ou mesmo no oceano» e a urgência da construção de uma «estação de tratamento de resíduos radioactivos».

Situado na margem norte do Tejo, entre S. João da Talha e Sacavém, o Laboratório de Física e Energia Nucleares utiliza o rio para «rejeição dos efluentes líquidos activos» (o que equivalerá, em linguagem de leigos, a resíduos radioactivos), segundo um critério que o mesmo estudo refere: «até à presente data, tomava-se como norma para a rejeição de «efluentes líquidos activos», não lançar para a rede suspeita, após diluição, efluentes cujas actividades específicas ultrapassassem as concentrações admissíveis na água de beber para pessoas profissionalmente expostas. Estas concentrações máximas admissíveis podiam ser consideradas relativamente a: mistura desconhecida de isótopos; isótopo presente de maior radioactividade.

Atendendo às fracas possibilidades de diluição existentes no LFEN, nem sempre era possível cumprir estas regras...» («Gestão dos resíduos radioactivos líquidos do LFEN», por Fernando P. C. Sequeira, JEN, 1972).

Apesar da sua «linguagem técnica», o relatório em questão levanta um problema que tem permanecido no silêncio, até porque muito pouco se sabe da investigação ou indústrias nucleares no País. Segundo o citado estudo, todo o estuário do Tejo, pelo menos desde Alhandra ao oceano, é tocado por este problema. E, segundo a mesma fonte oficial, é «já de certa forma vasta sobretudo para os meios técnicos e humanos disponíveis

a gama dos resíduos actualmente produzidos no País».

Num outro relatório do LFEN, «Análise de um projecto de uma estação de tratamento de resíduos radioactivos», o mesmo autor esclarece: «Enquanto que a maioria dos fenómenos característicos da poluição clássica (industrial ou municipal) são químicos, portanto perfeitamente controláveis sob o ponto de vista técnico, na sua maioria, os resíduos radioactivos apresentam, a par da toxicidade química — quando a possuírem evidentemente — atoxicidade radioactiva, a qual, como sabemos, não é anulada por qualquer manipulação química ou física a que se sujeitam os resíduos.

A eliminação de resíduos radioactivos, tal qual, isto é sem qualquer espécie de tratamento, deve ser evitada a todo o custo e, mesmo assim, é possível a existência de acidentes que, embora contaminando zonas relativamente delimitadas, podem assumir aspectos graves.»

Índices de emprego

Em si mesmos, os índices de emprego pouco significam. O crescimento ou diminuição dos efectivos de pessoal dum sector podem acompanhar a sua expansão ou o seu declínio: por exemplo, a «modernização» duma indústria, um maior grau de mecanização ou de automatização, traduzido em aumento de produção e ganhos de produtividade, pode implicar uma redução do pessoal empregado. Dentro de cada sector a situação é muito desigual, sobretudo quando, em casos como o da economia portuguesa, há indústrias compostas por um pequeno grupo de empresas de grande dimensão e bem equipadas e uma multidão de empresas artesanais em crise.

O inquérito «Emprego-Janeiro de 1973», do MCPS, tomando como referência a situação em Janeiro de 1968, apresenta índices de emprego nos sectores da indústria e serviços. «Bancos, seguros e operações sobre imóveis», «serviços pessoais» e «comunicações» são os sectores onde foi mais forte o aumento do volume do pessoal empregado: cerca de 42 por cento. A pesca acusa uma diminuição da ordem dos 9 por cento e as indústrias extractivas um recuo de 15 por cento. As indústrias transformadoras, cuja participação no produto nacional aumentou consideravelmente, acusam um ligeiro avanço-1,3 por cento. Assinala-se uma perda de efectivos nos seguintes ramos: alimentação, madeira e cortiça, papel, tipografia, cortumes, borracha, químicas e petróleo. Crescimento, no caso das bebidas e tabacos, vestuário e calçado, mobiliário, minerais não metálicos, transformadoras diversas e no grupo constituído por «metalúrgicas de base, produtos metálicos, máquinas, máquinas e material eléctrico, material de transporte». Os têxteis e a construção estacionaram. Os efectivos do comércio cresceram cerca de 7 por cento, baixando em 4 por cento os da «electricidade, água e gás».

O aumento verificado no sector da metalurgia, máquinas, material eléctrico e material de transporte corresponde a um efectivo aumento da participação deste sector no produto das indústrias transformadoras, aumento paralelo à diminuição do peso relativo dos «têxteis, vestuário e calçado» ou das indústrias alimentares. As indústrias químicas e conexas e os minerais não metálicos (essencialmente vidro e cimento) mantêm a mesma posição relativa. E de assinalar a tendência ao empolamento de sectores improdutivos como «bancos, seguros e operações sobre imóveis», perfeitamente correspondente à influência real de que dispõem.

GRIFO

BOUTIQUE

PRESENTES — DECORAÇÃO

RUA CASTILHO, 201-B — LISBOA

SONHO DO JAPÃO

5 anos de crescente sucesso

JAPÃO
TAILÂNDIA
HONG-KONG - MACAU
FILIPINAS
PERSIA

24 dias inesquecíveis no Fascinante Oriente

Partidas de Lisboa: 20 de Maio, 15 de Julho,
5 de Agosto e 2 de Setembro

CONSULTE O SEU AGENTE DE VIAGENS OU A:

SAS

Avenida da Liberdade, 236 - A — LISBOA — Telef. 53 70 01

PROTECÇÃO DIVINA

Recentemente, ao abrir o debate sobre as contas públicas na Assembleia Nacional, o vice-almirante Roboredo e Silva afirmou: «Terminarei as minhas considerações pedindo à Providência que não desampare este País fidelíssimo, que tanto precisa da protecção divina para resolver a mais grave crise da sua História, depois dos sessenta anos de ocupação espanhola e mesmo para sobreviver».

Muito bem, sr. Deputado! É bela a sua prece! Deus o oiça!

O Deus em quem cremos não há-de ser surdo a preces assim, mas também acreditamos que a abundância das Suas graças não substitui a capacidade humana, a decisão livre dos homens, que criados à Sua imagem e semelhança, terão de fazer quanto estiver ao seu alcance para dotar o mundo de inteligência, liberdade e amor. Não se espere do maravilhoso pagão, ou dos milagres cristãos, aquilo que é da competência dos homens. As realidades temporais têm consistência própria, devem gozar de autonomia e gerir-se pelas suas próprias regras. Sacralizá-las, conduz o homem a um duplo perigo: por defeito, submetendo-o por força da magia, da superstição ou de providencialismo (não disse «Providência»), ao controlo das criaturas que Deus pôs ao serviço do homem; por excesso, atribuindo-se o homem forças que não são suas, mas do Criador.

Valha-nos Deus!

«Voz Portucalense», 12/5/73

DIREITOS

João veio para nossa casa há quatro meses com três meios irmãos. Encontrei-os totalmente abandonados. A mãe escravizara-se na prostituição. O pai, servente de pedreiro, ausentara-se para a França numa total irresponsabilidade dos seus deveres naturais.

Com dez anos o João nunca tinha ido à escola.

— Olhe que o seu filho nunca mais aprende a ler.

— Isso que importa. Eu também não sei ler e sou homem como os outros!

O João quando soube que a intenção do pai era levá-lo, fugiu e escondeu-se. O pai procurou-o e ameaçou-o: — Ou vais ou mato-te.

E para nós: — Ele não quer ir porque já se desafeiçou de mim, mas em chegando ali às Pedreiras, vamos à taberna, ele bebe dois copos eu compro-lhe rebuçados e ele fica logo meu amigo.

Há quinze dias que vemos a entrada da casa às escuras sem o regresso do João. Temo que o pai o leve clandestinamente para a França e faça do filho um bruto semelhante a si.

Que poderia eu fazer? Nada. Chorar a desdita de crianças sem protecção legal, sujeitas à despótica escravidão dos pais.

Que me permitirá a lei? E os intérpretes dela? Tantas vezes as situações são avaliadas de um modo frio, intelectualista, distante, nos gabinetes de quem nunca desceu à rua para comungar na desgraça!

Tenho na minha frente os Direitos da Criança impressos em cartolina, letras negras, num fundo rubro, da declaração assinada em 20 de Novembro de 1959. Porquê a assinatura desta declaração? Não será porque há crianças a quem são negadas estes direi-

espelho da imprensa

tos? Pois se todos tivessem pais com cultura e dignidade moral seria inútil um documento desta natureza. Mas se os pais são destituídos desta e daquela — competirá a obrigação de velar de um modo eficaz para que a criança não seja expoliada dos seus direitos?

Não será aos poderes públicos. E a quem poderá recorrer imediatamente em casos como este?

Há trinta anos que esta obra brada pelos seus direitos, ou melhor pelos direitos das crianças que acolhe e, até hoje, nada adiantou, a não ser semear inquietação.

Trago a sorte do João atravessada no espírito. A dele e a de todos os que aqui em ca-

sa se encontram sujeitos à mesma exploração.

«O Gaiato», 12/5/73

MALANJE

Naquela cidade todos se curavam diante do senhor; dobrando mesmo a espinha ao fulgor do seu dinheiro. O metal abundante agigantou-o. Pequeno rei que tude pode e vai fazendo o que lhe apetece.

Solteiro. Muitas mulheres nativas, muitos filhos mestiços. Tudo fácil. Nunca ninguém lhe disse olé.

Há tempos um filho já moço encheu-se de coragem e apareceu-lhe. Meteu-lhe vinte contos na mão e que nunca mais lhe

aparecesse em casa, que não estava para chatices.

Sabemos que o dever deste senhor era dar o seu nome, o pão e a educação a seus filhos.

Uma lei justa que o agarrasse pela gola do casaco e o pusesse no caminho certo.

O grupo de contratados que trabalham nas suas fazendas são rebanho!

As mulheres com quem dormiu, gado paciente e sofrido!

Seus filhos, cabritos sem qualquer interesse, que convém afastar do caminho largo e lauto!

«O gaiato», 12/5/73

MAJESTOSO IMÓVEL

A visita do ministro Rebelo de Sousa ao majestoso imóvel que é o moderno Hospital Psiquiátrico de Abraveses (Viseu), veio trazer para primeiro plano a premente necessidade de se acudir aos infelizes doentes

mentais.

Frequentemente, a imprensa noticia desvarios, mais ou menos irremediáveis de tais doentes. Impõe-se o internamento de muitos deles. Os hospitais comuns não podem recebê-los e, sobretudo, não têm condições específicas para tratar e o que há em centros especializados — Lisboa, Porto e Coimbra — não basta e é assim que esta nova unidade, o Hospital Psiquiátrico de Abraveses vem, enfim, dar uma grande ajuda na luta contra as deficiências mentais perigosas de muitas dezenas de doentes.

Viseu fica, pois, bem servida mesmo porque esta cidade já dispõe de um centro de psiquiatria, destinado a crianças. O de Abraveses já tem dois médicos especializados — mas não chegarão, infelizmente, para tantas necessidades. Edifício, porém, já existe, e muito amplo, moderno com todos os requisitos para o fim a que se destina. Cerca de 20 000 contos representa um tal melhoramento e para já, fi-

ca apto a receber 180 doentes. E esta circunstância permite admitir que os doentes mentais desaparecerão, enfim, da via pública e poderão ser a tempo e horas recolhidos para não continuarem, pobres deles, a ser motivo de pavor e prejuízos familiares e sociais.

«Diário de Coimbra 13/5/73

Propaganda

Uma boa propaganda deve obedecer às seguintes regras:

Não recorrer a mentiras. Procurar os pontos fracos do adversário para o combater com eficácia. Apelar para os instintos do indivíduo sobretudo de conservação. Sugestionar e intimidar os indivíduos. Lançar mão da repetição, evitando a fadiga. Ser uniforme e simultânea (acção no espaço e no tempo). Lutar contra a vulgaridade, torná-la artística. E pôr de parte formas imorais.

«Informação Cultural e Turismo», da SEIT.



Com Renault 4, os quilómetros são mais baratos.

O Renault 4 é um carro que vai longe. E por pouco dinheiro: o seu consumo é mínimo, não precisa de água e muda de óleo cada 5.000 Km. Também não necessita de lubrificação nem de anti-congelador.



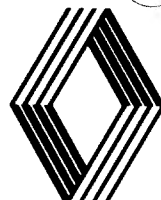
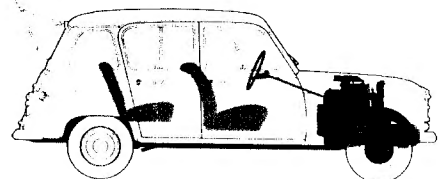
O Renault 4 é um carro verdadeiramente económico e robusto. Duas características que nem sempre andam ligadas...

Para o Renault 4 qualquer piso é bom: a sua suspensão ignora pedras ou buracos. O Renault 4 é um carro com dupla personalidade: bom na cidade, excelente para grandes viagens.

A sua mala é extensiva por reclinagem do banco de trás, o que faz dele um verdadeiro "break". E com porta traseira. Se precisar de um carro para utilização comercial o Renault 4 está pronto para todo o serviço. Vai longe e bem carregado, por pouco dinheiro. Faça contas e tire as suas conclusões. Com o Renault 4, cada quilómetro fica mesmo mais barato.

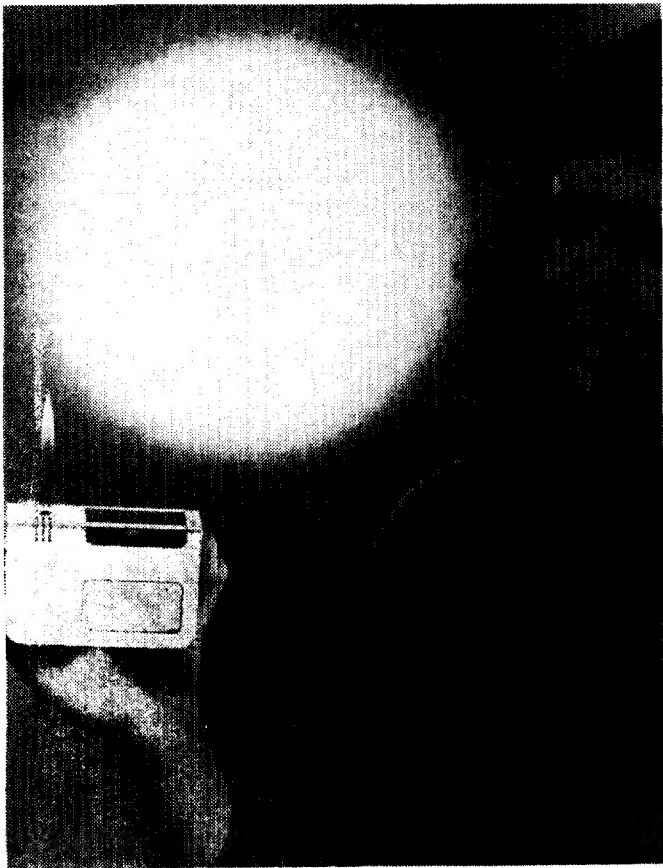
Motor de 4 cilindros — 852 cm³ — 32 cv. SAE — 110 Km/h — 4 velocidades sincro-

nizadas — suspensão independente às quatro rodas, com barras de torsão — tracção à frente.



RENAULT

O maior fabricante mundial de tracção à frente



ISQUEIRO SOLAR — Com um pequeno acumulador de aço, que transforma os raios luminosos em energia eléctrica, este isqueiro produzido na Alemanha está preparado para funcionar mil e quinhentas vezes.

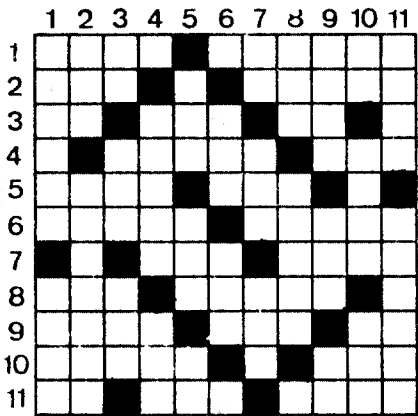


PROBLEMA N.º 10430

COM PROVÉRBO

HORIZONTAIS:

- Serra de Espanha. Extraíra.
- Curso de água natural e abundante. Varão.
- Preposição e artigo definido. Uma das Espérides. Letra grega.
- Habites. Saudáveis.
- Fazer doação de. Por baixo de.
- Assistir. Que é do ar.
- Rente. Tempo do vervo ser.
- Frivolas. Defunda.
- Ave palmípeda. Nome de planeta. Utensílio doméstico.
- Linha secundária de Caminho de Ferro. Oferecei.
- Ósmio (s.q.). Profere. Pronome possessivo.



VERTICAIS:

- Vasto. Atravesso.
- Escudeiro. Grande porção de ossos.
- Porco. Matemática. Preposição.
- Enrubescer. Madeira.
- Preposição. Coisa (ant). Vi.
- Catedrais. Nome de astro.
- Interjeição que exprime admiração. Ecoa. Alcool de melão.
- Coração. Antiga arma de disparar pelouros ou setas.
- Patrões. Rate. Preposição.
- Ilha francesa do Oceano Atlântico. Freguesia do Concelho de Mondim de Basto. Cidade de França.
- Gostas muito de. Tostais

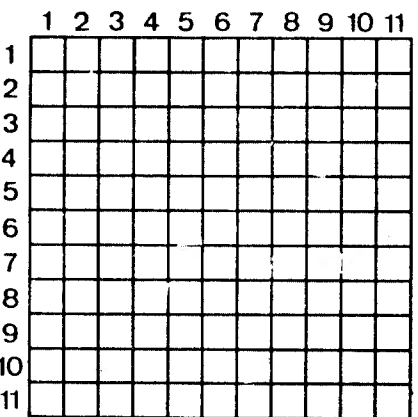
Resolva completamente este problema?
Procure em segundo passatempo o PROVÉRBO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 6587

HORIZONTAIS:

- Cargo de ministro. Máquina.
- Sai frequentemente à rua. Tornar oco.
- Cólera. Por mão própria. Para barlavento.
- Borda a fio de marca. Tempo do verbo ir.
- Guarnições de asas. Transpirara.
- Sadias. Acreditei.
- Calcio (s.q.). Maria (abrev). Em partes iguais. Crómio (s.q.).
- Azafama. Grande quantidade. Sapo do Amazonas.
- Ideia fixa. Içais.
- Lagoa do Estado da Baía. Estavas.
- Charrua. Perfume.



VERTICAIS:

- Feminino de primo. Freguesia do Concelho e Distrito de Aveiro.
- Famas (fig). Aguçar.
- Messes. Uma das partes do Mundo.
- Pronome. Pessoa. Remam para trás. Madeira.
- Percorrera.
- Decímetro.
- Fechara um pouco os olhos.
- Letra grega. Rumor (fig). Ver.
- Tombai. Ilha do Pequeno Belt.
- Entusiasmo (fig). Educam.
- Freguesia do concelho de Guimarães. Da Rússia.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10429

HORIZONTAIS:

- Saira. Fadar.
- ONDE. Rata.
- Nua. Bar. Sul.
- HA. Babar. At.
- Aida. Aria.
- Sora. DEUS
- Acã. Ora.
- In. Ostia. Ca.
- Lás. Er. Sór.
- Adiar. Amear.
- São. Remia.

VERTICAIS:

- Anua. Vilas.
- Anuais. NADA
- Ida. Doa. Sio.
- Re. Barco.
- Ba. Aas. Rã.
- Sabá. Te.
- Ra. Doirar.
- Ar. Raera. Me.
- Dás. Rua. Sem.
- Aluais. Coai.
- FALTA. Barra.

PROVÉRBO: Onde há Deus, nada falta.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 6586

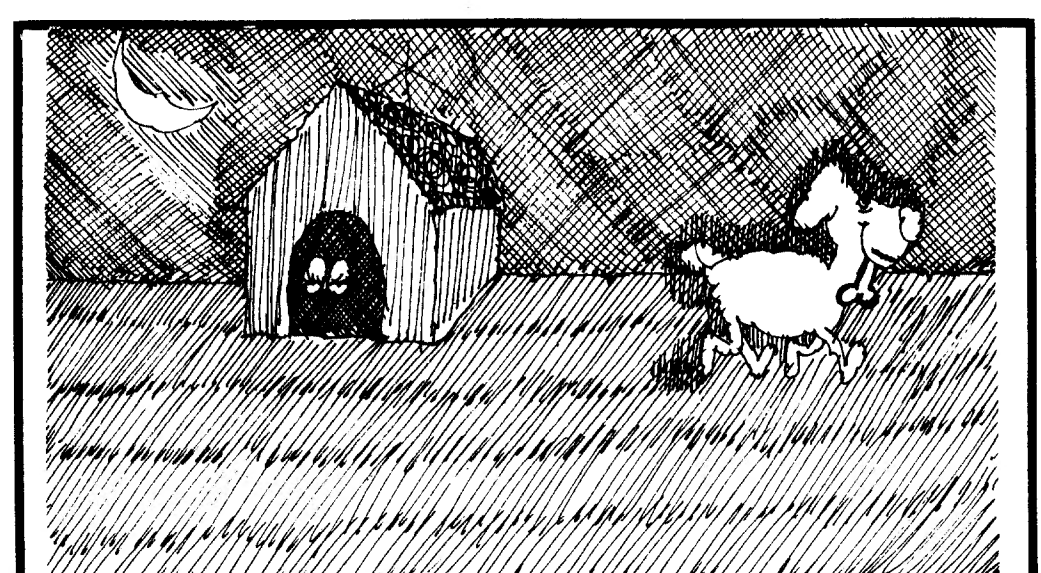
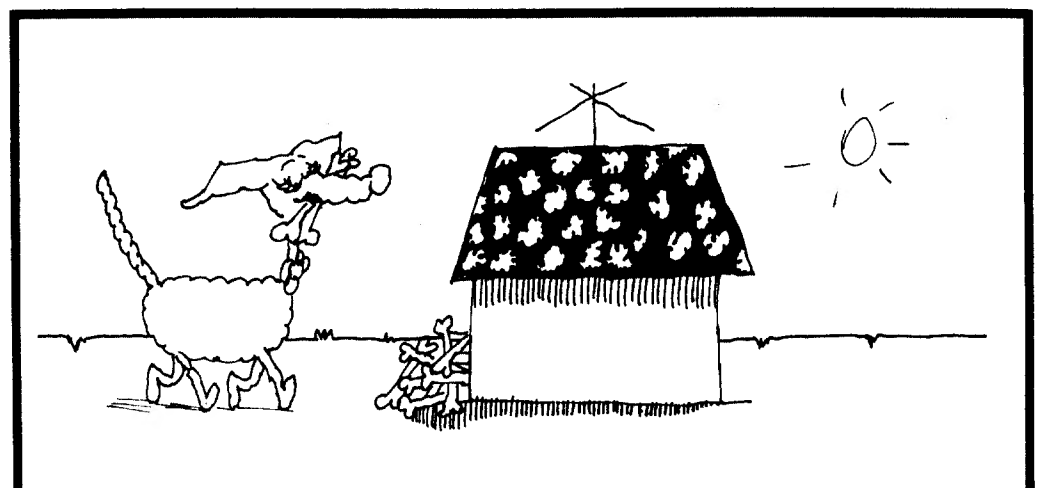
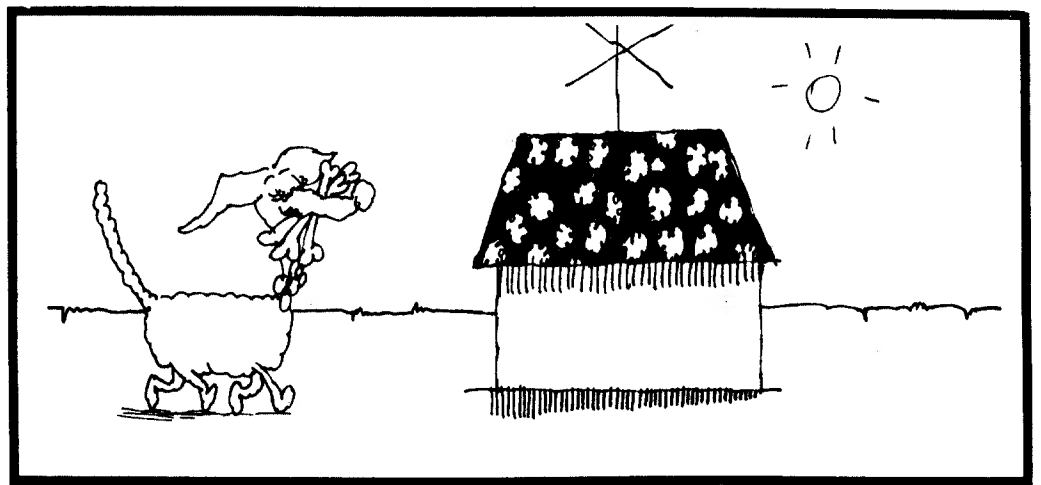
HORIZONTAIS:

- Amarga. Casa.
- Carpo. Bem.
- PJ. São. Satã.
- Foral.
- Sras. Gaia.
- Anos. Rs. Ra.
- Seita. Pé.
- Om. Roa. Sapa.
- Lia. Corem.
- Gema. Talete.
- Amiga. Ames.

VERTICAIS:

- Rã. Folga.
- As. Miem.
- Ac. Aans. Am.
- Rã. Soer. Ag.
- Grão. Siou.
- Apó. Ta. Ti.
- Fará. Ca.
- Sois. Sola.
- Abara. Parem.
- Seta. Repete.
- Amália. Ames.

PENTECOSTES (o cãozinho neurótico) (E MAIS) TOPIN



ACIDENTES E SEGUROS

ENTREVISTA COM O DR. LUÍS BARBOSA

Continuação da página um

A nossa conversa com o dr. Luís Barbosa prolongou-se por cerca de três horas. Ao contrário do que é hábito entre nós, não se furtou a qualquer pergunta, mesmo aquelas que reproduziam críticas à actividade do ramo automóvel. Também ao contrário do que é hábito entre nós, o dr. Luís Barbosa não pediu para responder por escrito às nossas perguntas, nem exigiu que o texto da entrevista fosse submetido à sua aprovação.

Nem todos estaremos de acordo com as soluções propostas pelo presidente da Comissão Permanente do Ramo Automóvel. Mas todos reconheceremos a franqueza com que aborda os problemas de trânsito, a preocupação de reforçar a função social do seguro automóvel.

A NECESSIDADE DE IMPOR O SEGURO OBRIGATÓRIO

Portugal e a Turquia são os dois únicos países europeus em que o seguro contra terceiros não é obrigatório...

Se admitirmos que a Turquia é um país europeu, disse-nos o dr. Luís Barbosa, Portugal e a Turquia são, de facto, os dois únicos países europeus em que o seguro de responsabilidade civil não é obrigatório. Aliás, a própria Turquia está em vésperas de impôr a obrigatoriedade, se é que o não fez já. Não se julgue, no entanto, que somos um caso único: fora da Europa, ainda existem numerosos países em que o seguro de responsabilidade civil não é obrigatório.

Quais as razões que têm levado à adopção de obrigatoriedade do seguro contra terceiros?

À medida que o parque automóvel ganha importância, que se generalizar a utilização do automóvel, que cresce a frequência e a gravidade dos acidentes, torna-se evidente que o seguro obrigatório é a única forma de garantir a protecção de todos os cidadãos. A reparação dos danos materiais e dos danos pessoais não pode ser assegurada de forma equitativa pelos próprios autores dos acidentes. A necessidade social de uma indemnização justa e ampla não pode ser satisfeita pelo seguro facultativo. A imposição do seguro de responsabilidade civil resulta ainda da crescente consciência da necessidade da prevenção, integra-se no movimento que levou à obrigatoriedade do seguro de doença, das pensões de reforma ou o seguro de acidentes de trabalho.

O Grémio dos Seguradores tem preconizado, em vão, a imposição da obrigatoriedade do seguro de responsabilidade civil. Em seu entender, quais são os motivos por que ainda não foi instituído? Haverá o receio de que afecte a venda de automóveis? Recear-se-á uma reacção desfavorável dos proprietários de automóveis?

É uma pergunta que deverá fazer às entidades oficiais de quem depende a orientação do ramo automóvel. Mas sempre direi que se trata de uma disposição legal que exige o acordo

de vários ministérios e que impõe estudos cuidadosos e forçosamente demorados, tão numerosos são os diferentes interesses em causa. Ser á essa a razão, ao que julgo, por que o seguro de responsabilidade civil ainda não é obrigatório.

Qual é a percentagem de automóveis que não estão no seguro?

Embora não se possuam dados precisos e actualizados, pode afirmar-se que são uma pequena minoria — o que não anula a necessidade e a urgência de se impor a obrigatoriedade. Sublinhe-se, no entanto, que a ausência do seguro obrigatório se faz sentir sobretudo em relação às «duas rodas». Em relação às «quatro rodas», o problema fundamental já é o insuficiente montante da generalidade dos seguros de responsabilidade civil. Não excede duzentos contos na maior parte dos seguros, é manifestamente insuficiente para cobrir os danos causados pelos acidentes de trânsito, sobretudo pelo que toca aos danos pessoais.

Quais as vantagens que as companhias de seguros retirariam do seguro obrigatório e de responsabilidade civil?

Ao contrário do que se poderia inferir da sua pergunta, as companhias de seguros não se batem pela imposição do seguro obrigatório. É um problema que diz respeito a toda a população e não às companhias de seguros. A função social das companhias de seguros é a distribuição por um conjunto de segurados dos riscos inerentes ao trânsito automóvel, é garantir o ressarcimento equitativo dos danos causados pelos acidentes de viação. A imposição do seguro de responsabilidade civil não melhorará as condições de exploração do ramo automóvel. Ao contrário: agravará as perdas do ramo automóvel. Estamos preparados para enfrentar a situação que nos será criada, mas não nos batemos, nem temos que nos bater, pela obrigatoriedade.

AS CAUSAS DOS ACIDENTES DE VIAÇÃO

O número de acidentes de trânsito em Portugal é maior ou menor do que em outros países europeus?

Não há diferenças sensíveis pelo que toca à frequência dos acidentes, ou à proporção de acidentes com danos pessoais e acidentes com danos materiais. Ao contrário, é nitidamente superior a frequência de acidentes de que resultam mortes e feridos graves ou que causam a completa destruição do veículo. O parque automóvel cresceu enormemente nos últimos anos, a posse do automóvel está em vias de deixar de ser um privilégio, generaliza-se a sua utilização para os pequenos e para os grandes percursos. Por não se ter procedido a tempo à sua modernização a rede rodoviária deixou de corresponder às necessidades do tráfego. É uma das causas fundamentais do crescimento da frequência e do aumento da gravidade dos acidentes. Tam-

bém não se procedeu a tempo à modernização da rede ferroviária, o que estimula a utilização do automóvel nos grandes percursos. Ao contrário do que acontece na generalidade dos países europeus, em Portugal, o automóvel continua a ser um meio de transporte mais rápido do que o comboio. E também não se procedeu a tempo, ao menos no caso de



Lisboa, à resolução do problema dos transportes colectivos.

A estes factores somam-se muitos outros. Os exames para a carta de condução pecam por falta de severidade. A fiscalização do trânsito é insuficiente, embora tenha havido uma nítida melhoria desde que passou a ser exercida pela G. N. R. As sanções aplicadas aos infractores são excessivamente moderadas. A fiscalização dos horários de trabalho dos motoristas profissionais não é eficaz: há motoristas de camiões que chegam a conduzir durante trinta e seis horas seguidas, pondo em risco a sua própria segurança e a segurança de todos os outros automobilistas. A má selecção dos motoristas de taxi do período da noite traduz-se por uma frequência de acidentes muito superior à dos motoristas que trabalham de dia. Todas estas causas são ainda agravadas pela indisciplina e pela inadequada preparação de muitos condutores. Embora sejam uma minoria — as estatísticas das companhias de seguros mostram que oitenta por cento dos condutores portugueses são bons condutores — a verdade é que contribuem decisivamente para a anarquia do nosso trânsito e para a elevada frequência de acidentes graves. Estes vinte por cento de maus condutores são um reflexo do nosso baixo nível de educação cívica. E que os problemas de trânsito não podem ser considerados isoladamente. Repercutem e ampliam os outros problemas da nossa sociedade.

PRÉMIOS MAIS ELEVADOS EM PORTUGAL?

Há quem afirme que os prémios pagos em Portugal



são mais elevados do que os prémios praticados noutros países europeus...

A comparação entre prémios de seguros não pode ser feita a partir de uma simples equivalência cambial. A diversidade dos riscos torna difícil as comparações os condicionalismos da exploração variam muito de país para país. Os prémios não são fixados arbitrariamente pelas companhias de seguros, variam em função das indemnizações a pagar. No nosso caso, quase noventa por cento das indemnizações correspondem a danos

guradores estuda, actualmente, um projecto de criação de uma oficina sua. Além de permitir controlar mais eficazmente os orçamentos efectuados pelas outras oficinas, deverá contribuir para a preparação de mão-de-obra qualificada em todos os sectores da reparação automóvel. Deve acrescentar-se que o automobilista português é muitíssimo mais exigente pelo que toca ao volume e à qualidade das reparações. E os não segurados ainda são mais exigentes do que os segurados.

Só pode afirmar que os prémios são mais elevados em Portugal quem desconheça inteiramente os preços e a produtividade das nossas oficinas.

AS CRÍTICAS ÀS COMPANHIAS DE SEGUROS

Aceitemos como bom que os prémios não são excessivamente elevados. Resta outra queixa: algumas companhias de seguros são acusadas, e creio que com razão, de se tentarem furtar sistematicamente ao pagamento das indemnizações ou de tentarem reduzir arbitrariamente o seu valor. Não lhe darei uma novidade ao dizer que o ramo automóvel não goza de boa reputação.

Mentiria se dissesse que as críticas às companhias de seguros são sempre injustas. Muitas vezes, resultam da não satisfação de pedidos de indemnização exorbitantes ou inteiramente injustificados. Mas há casos em que têm plena razão de ser, embora sejam cada vez mais raros. A imagem que o público tem do ramo automóvel talvez se justificasse há duas décadas de anos. Nos últimos quinze, vinte anos, houve um nítido saneamento da actividade do ramo automóvel, em parte devido a uma melhor compreensão da função social do seguro, em parte devido a um reforço da concorrência entre as seguradoras. A fim de determinarmos as causas da persistência da má imagem do ramo automóvel, encomendámos a um instituto de estudos de mercado uma sondagem sobre o ramo automóvel. A partir desse estudo, procedemos a uma campanha de esclarecimento da opinião pública, ao mesmo tempo que procuraremos eliminar as razões de queixa que ainda subsistem.

Vem a propósito referir outra crítica que é feita com frequência às companhias de seguros: a exclusão de condutores responsáveis por vários acidentes, em regra acidentes graves.

É um problema que diz menos respeito às companhias de seguros do que à segurança do trânsito. Se um condutor causa uma sucessão de acidentes, será legítimo concluir que não sabe conduzir, ou que não tem o sentido da responsabilidade, ou que não tem condições físicas e psíquicas para dirigir um automóvel. Em qualquer destes casos, o que é grave não é a rescisão do contrato. O grave é que este condutor

continue a conduzir, apesar de constituir um perigo para quem tem de circular nas ruas e nas estradas. Críticável é que não seja submetido a um novo exame de condução e a um exame médico. É um problema que ultrapassa as possibilidades de actuação das companhias de seguros. Nos casos em que os acidentes são devidos apenas a imprudência, o cancelamento do contrato tem quase sempre um efeito salutar: leva o condutor a adquirir o sentido da responsabilidade.

AS PERDAS DO RAMO AUTOMÓVEL

As contas da generalidade das companhias de seguros apresentam perdas na exploração do ramo automóvel, ao contrário do que acontece com a exploração dos restantes ramos da indústria de seguros. A que se deve esta situação?

Nos outros ramos da indústria seguradora têm decrescido as indemnizações pagas pelas companhias de seguros. A actual taxa de acidentes de trabalho, por exemplo, é igual ou mesmo inferior à taxa registada há vinte anos. Também se reduziu a frequência dos incêndios, em consequência da crescente utilização de materiais incombustíveis. Também diminuiu a taxa de acidentes pessoais. Estas reduções das taxas de sinistralidade traduziram-se por diminuições do volume das indemnizações. Ao contrário, aumentou a frequência dos acidentes de trânsito, cresceu a taxa de acidentes graves. Além da desactualização da nossa rede de estradas e do incremento da densidade do tráfego, o próprio progresso técnico contribui para o agravamento das indemnizações pagas pelas companhias de seguros. O aumento da potência e da velocidade dos automóveis não foi acompanhado de um aumento da segurança. Ao contrário. São muito mais frequentes, hoje em dia, os acidentes com inteira destruição dos veículos. As indemnizações pagas pelo ramo automóvel foram também agravadas pelo aumento do preço das reparações, em parte devido ao aumento dos salários, em parte devido à inflação. Ao contrário do que acontece com outros ramos da indústria de seguros, os encargos do ramo automóvel crescem de ano para ano, deixaram de ser cobertos pelas receitas. Actualmente, tanto em Portugal como no estrangeiro, as companhias de seguros são obrigadas a compensar as perdas do ramo automóvel com os benefícios obtidos em outros ramos e com as mais valias financeiras. É uma situação que não se pode manter.

Dadas as dificuldades do ramo automóvel, dificuldades e preocupações que são sublinhadas nos relatórios de todas as companhias de seguros, não seria desejável a nacionalização do ramo automóvel? As empresas privadas foram praticamente excluídas de outros sectores, como os seguros de

Continua na pag. seguinte

3 HORAS NO TEJO A C. P. informa:

de que em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, organiza aos domingos, desde 27 de Maio até 26 de Agosto, passeios no Tejo, numa das nossas embarcações.

PREÇOS:

Por passageiro adulto 18\$00
Criança 9\$00

HORARIO

Embarque na estação de Terreiro do Paço 15 horas
Desembarque na mesma estação ... 18 horas

Bilhetes à venda nas estações de Lisboa (Rossio), Lisboa (Santa Apolónia) e Lisboa (Terreiro do Paço).

BILHETE DE IDENTIDADE

Se precisa de obter ou renovar o seu bilhete de identidade antes de Outubro, faça-o desde já. Nos meses de Verão, a afluência de público costuma ser tão grande que é impossível evitar bichas com as consequentes incomodidades para as pessoas.

O Arquivo de Identificação em Lisboa está aberto das 8 da manhã às 8 da noite sem interrupção de 2.ª a 6.ª-feira, e ao sábado de manhã. Procure evitar as horas de ponta que são as do meio da manhã ou do meio da tarde e o dia de maior afluência que é o sábado.

Para renovar o bilhete de identidade, não precisa de certidão de nascimento se entregar o bilhete anterior, mesmo caducado. Se o não entregar, precisa, além da certidão, de justificar as circunstâncias em que o extraviou.



ACIDENTES E SEGUROS

Continuação da página onze

doença ou as pensões de reforma.

Em matéria de seguros, há duas tradições, uma europeia, outra norte-americana. Na Europa, a previdência social é normalmente confiada ao sector público. Ao contrário, nos Estados Unidos os seguros estão confiados ao sector privado. A comparação entre a qualidade, a eficiência e os preços dos serviços oferecidos pelos dois sistemas não permite afirmar a superioridade do sistema europeu. Quando ao seguro automóvel, está confiado ao sector privado, às companhias de seguros, tanto na Europa como nos Estados Unidos. A primeira proposta no sentido da nacionalização do ramo automóvel surgiu o ano passado, em França, no programa da União da Esquerda.

Não penso que a nacionalização oferecesse qualquer vantagem aos segurados e às vítimas dos acidentes de trânsito. Tudo leva a crer que se traduziria por uma elevação dos prémios e pela deterioração da qualidade dos serviços oferecidos à população. As perdas do ramo automóvel tenderiam a agravar-se, dado o peso da burocracia dos serviços estatais ou para-estatais e a menor produtividade do sector público. As actuais perdas, acrescidas do aumento de encargos que implicaria a nacionalização, ou seriam suportadas pelos próprios automobilistas ou recairiam, através de subsídios do Estado, sobre toda a população, o que seria manifestamente injusto.

SOLUÇÃO: AGRAVAR AS FRANQUIAS

Dado que a situação actual não pode ser prolongada, como disse há pouco, sem prejuízos para os segurados, para as vítimas dos acidentes de trânsito e para as próprias companhias de seguros, que solução se deverá adoptar?

Para solucionar as dificuldades

com que se debate o ramo automóvel há dois caminhos: ou aumentar os prémios ou alargar as franquias. Não é uma escolha que interesse apenas as companhias de seguros, é uma opção que diz respeito a toda a população. Para além de certos limites, o aumento dos prémios retira ao seguro automóvel a sua função social. Os automobilistas com baixos rendimentos são forçados a subscrever seguros que cobrem uma responsabilidade civil inferior aos riscos reais do trânsito automóvel. As vítimas dos acidentes deixam de receber as indemnizações correspondentes aos danos sofridos. Em vez de funcionar como um instrumento de justiça social, o seguro passa a reforçar a desigualdade dos rendimentos. A elevação dos prémios é uma solução nefasta para o conjunto da população, uma vez que todos nós, automobilistas e não automobilistas, corremos diariamente o risco de ser vítimas de acidentes de trânsito.

Outra solução, a única que acautela todos os interesses em jogo, é alargar as franquias, o limite mínimo dos danos que não são cobertos pelo seguro. Actualmente, o ramo automóvel pratica uma franquia de mil escudos, ou seja não paga os danos inferiores a mil escudos. Em meu entender, a franquia deve ser elevada imediatamente para o dobro, para dois mil escudos. As companhias de seguros seriam libertadas do pagamento de uma multidão de pequenas indemnizações, o que bastaria para senejar a gestão do ramo automóvel. Em contrapartida, seria elevado o montante da responsabilidade civil: ao mesmo prémio passaria a corresponder um seguro de responsabilidade civil muito mais elevado.

Actualmente, as indemnizações pagas pelas companhias de seguros são absorvidas em grande parte com a reparação de danos sem qualquer importância social. Resulta



A função social do seguro automóvel impõe o aumento da franquia dos pequenos danos — afirmou-nos o dr. Luís Barbosa, do Grémio dos Seguros

dai que as indemnizações pagas às vítimas dos acidentes graves são manifestamente insuficientes. A função social do seguro não é assegurar a reparação dos pequenos danos materiais. A função social do seguro é, em primeiro lugar, garantir uma ampla reparação dos danos pessoais, fornecer uma indemnização justa ao automobilista que ficou com o veículo gravemente danificado ou inteiramente destruído. Seria escandaloso aceitar que a família de um automobilista morto num acidente de trânsito deva ficar ao desamparo para que os parchoques não tenham uma mocha, as carrocerias não apresentem um risco, a pintura se mantenha intacta. A simples danificação do veículo não deve ser sentida como uma catástrofe. Foros de desgraça assumem os danos às pessoas e, em certos casos, os danos de vulto aos veículos. Além de ser socialmente desnecessário, o recurso ao seguro para cobrir os pequenos riscos é caro, por agravar a gestão das companhias de seguros.

O AUMENTO DE FRANQUIAS REFORÇARA A PRUDÊNCIA

O segurado responsável por um acidente de trânsito é normalmente sancionado com um agravamento do prémio. Este sistema deverá ser mantido ou deverá ser substituído

por uma elevação das franquias?

Pelo que toca à prevenção dos acidentes, o sistema de elevação dos prémios tem-se revelado ineficiente. Se o seguro oferecer ao automobilista a certeza da impunidade pecuniária, leva a um abrandamento de prudência. Todos os dias vemos, nas ruas de Lisboa, condutores a tentarem abrir caminho arriscando pequenos acidentes materiais, na esperança de que os outros condutores os evitarão, na certeza de que as companhias de seguros cobrirão os riscos. A elevação da franquia levaria estes condutores a uma maior prudência. Um automobilista responsável por um acidente seria submetido temporariamente a uma franquia superior: à excepção dos danos causados a terceiros, os danos inferiores a cinco mil escudos, deixariam de estar cobertos pelo seguro. Se viesse a causar um segundo acidente, a franquia passaria para dez mil escudos, por exemplo. A um terceiro acidente corresponderia uma franquia de quinze mil escudos. Não tenho dúvida em afirmar que este sistema de franquias crescentes reduziria substancialmente a frequência e a gravidade dos acidentes de trânsito.

O agravamento dos prémios não recai apenas so-

bre os condutores responsáveis por acidentes de trânsito: os prémios pagos pelos condutores jovens e pelos condutores recém-encartados são superiores aos prémios pagos pelos outros condutores...

É um sistema que é praticado em quase todos os países. Pretende chamar a atenção destes condutores para os riscos do trânsito automóvel, procura cobrir os maiores riscos que representam para as companhias de seguros. É uma discriminação que é frequentemente injusta, e é pouco eficaz sob o ponto de vista da prevenção dos acidentes. Creio que o agravamento dos prémios deveria ser substituído pela aplicação aos condutores jovens ou recém-encartados de uma franquia superior. Cinco mil escudos por exemplo. Durante dois anos, a companhia de seguros não pagaria os danos inferiores a cinco mil escudos, sempre com exclusão, evidentemente, dos danos causados a terceiros. Ao contrário do que acontece com o sistema de prémios actual, a penalização só seria aplicada no caso do condutor jovem ou recém-encartado ser responsável por um acidente. Desapareceria, assim um dos aspectos mais antipáticos do actual sistema de prémios.

ESTUDAR-SE AS CAUSAS DOS ACIDENTES EM LISBOA

Além da função seguradora, as companhias de seguros não deveriam consagrar uma parte das suas receitas à investigação das causas dos acidentes de trânsito?

As dificuldades do ramo automóvel, e o que se passa em Portugal passa-se em outros países, têm impedido as companhias de seguros de proceder a estudos aprofundados sobre as causas dos acidentes de viação. É mais um exemplo dos prejuízos sociais resultantes das perdas do ramo automóvel. E bem necessário são esses estudos. Apesar dos acidentes de trânsito constituírem, hoje em dia, uma das causas principais da mortalidade, continuam a conhecer-se mal as causas dos acidentes de trânsito, em especial as causas psicológicas.

Não se justificaria, por outro lado, que as companhias de seguros participassem activamente na prevenção dos acidentes de trânsito?

Em colaboração com a Prevenção Rodoviária Portuguesa, temos estado a estudar algumas das artérias de Lisboa em que são mais frequentes os acidentes de trânsito: avenidas Gago Coutinho, Duarte Pacheco, Infante Santo, Infante D. Henrique, da República e, em geral, as Avenidas Novas. Um plano de prevenção que abarcasse todo o país seria difícil de levar a cabo, dada a escassez dos nossos recursos. Preferimos um plano mais limitado, por permitir o estudo exaustivo das causas dos acidentes mais graves e por permitir apresentar às autoridades propostas concretas de solução. Dos estudos que já realizámos conclui-se que uma das causas principais dos acidentes de trânsito é o revestimento do pavimento com paralelepípedos. A sua substituição por faixas asfaltadas traduz-se, desde logo, por uma diminuição dos acidentes. Outra causa, sobretudo nas avenidas muito largas, é a não separação das faixas de rodagem. Muitas vezes, ao fazer uma ultrapassagem, o automobilista sai da sua faixa de rodagem sem se aperceber o que não aconteceria se a separação estivesse indicada por uma linha amarela. Ainda outra causa de acidentes é a presença de estações de serviço e bombas de gasolina na proximidade de curvas perigosas. Os pneus sujam-se com óleo, o que causa derrapagens, muitas vezes mortais. A resolução destes problemas não bastará para eliminar os perigos do trânsito em Lisboa. Mas poderá contribuir eficazmente para diminuir a frequência dos acidentes, sobretudo dos acidentes graves.

Algumas das afirmações e propostas apresentadas pelo dr. Luís Barbosa não merecerão o acordo de todos os nossos leitores. Mas constituem, sem dúvidas, um excelente ponto de partida para um largo debate sobre os problemas do trânsito e sobre o seguro automóvel.

AINDA A REFORMA DO ENSINO

A proposta de lei sobre a Reforma do Sistema Educativo, passando do respectivo Ministério à Câmara Corporativa e desta à Assembleia Nacional, acaba de assumir a redacção definitiva

Convidada a Nação, em 1971, a uma abordagem crítica dos primeiros documentos programáticos, manifestámos então, muitos de nós, a par de concordâncias de base, «uma série de dúvidas e discordâncias que não eram apenas de pormenor», chamando publicamente a atenção para a «insuficiente fundamentação educativa, para as diferenciações que tornavam ilusória a «democratização», para alienações, lacunas graves e incoerências a diversos níveis».

Mas, para além dessa crítica de fundo e das correspondências sugestões (etrão valido a pena?), curioso será, de momento, um breve conforto.

Partindo de palavras — relativas à Reforma — como as do deputado Camilo Mendonça («São profundas e muitas as alterações que a Câmara lhe introduziu. Não a deslustram, melhoram-na aqui e ali...»), comparemos alguns passos dos textos governamental e parlamentar à luz de duas exigências que — segundo a Câmara Corporativa e a Comissão de Educação — não foram devidamente considerados na proposta ministerial e vejamos se o foram na série de bases agora votadas pela mesma Assembleia.

Essas exigências são: — a de «pureza de linguagem», propriedade terminológica ou rigor formal; — a de uma «filosofia» explícita.

Quanto ao primeiro ponto, bastarão talvez três exemplos:

Na proposta de lei, a primeira alínea da Base I («princípios fundamentais») incluía portugueses «o aperfeiçoamento das faculdades intelectuais».

No texto aprovado pela Assembleia (Base I, n.º 1), a expressão é substituída por «faculdades espirituais».

Que faculdades serão estas? Haverá outras? Materiais?

Estranho conceito de rigor... Produto do latim? Legado escolástico?

2) Lia-se na Base II, n.º 4, da proposta: «A educação pré-escolar tem em vista o harmonioso desenvolvimento psíquico, afectivo e físico da criança (...).»

Na Base IV, n.º 2 do texto aprovado, afirma-se: «A educação pré-escolar tem em vista o desenvolvimento espiritual, afectivo e físico da criança (...).»

A primeira frase assenta evidentemente numa exclusão errónea («afectivo» exterior a «psíquico».

Mas, na segunda, a substituição de «psíquico» por «espiritual» nada resolve.

3) Transpondo a alínea a) de Base I do texto governamental para a sua Base III, n.º 2 a),

respeitante às «finalidades essenciais do Sistema Educativo», a Assembleia passou a expressão «desenvolvimento físico» para «revigoração físico».

Perguntou: — Será que a função da Educação Física, no contexto do novo Sistema, deverá reduzir-se à de uma ginástica correctiva ou terapêutica para indivíduos paradoxalmente decadentes desde a primeira infância?

Passemos à «filosofia» parlamentar:

Não considerando suficientes, como objectivos gerais, os que constavam da Base I da proposta governamental, a Assembleia acrescentou que a educação nacional deve preparar para «a realização das finalidades da vida» (Base I, n.º 1).

Mas quais são essas finalidades? Haverá opinião unânime? Explicitaram-na os senhores deputados? Será que o autor (ou autores) desse acréscimo e todos os que o vota-

ram imaginam que ele define, por si, só, a tal «filosofia» educativa omissa na proposta anterior?

A mesma proposta enumerava as actividades e disciplinas curriculares correspondentes à educação pré-escolar e aos ensinos primários, preparatório e secundário.

O texto parlamentar suprime tal indicação somente no que respeita ao ensino secundário (omitindo aí o núcleo de disciplinas comuns).

E porquê? Em vez de «filosofia», não terá funcionado o mero receio de tomar posição contra ou a favor do Latim e de afrontar os respectivos contestários?

Por outro lado, quanto ao currículo do ensino preparatório, a Assembleia retirou da proposta a «introdução às ciências humanas» (que aliás já tem programa, professores e alunos no actual terceiro ano desse ciclo), substituindo-a pelo vago da expressão «noções sobre a vida social» e pelo restrito de «e a estrutura política da Nação». (Base VIII, n.º 4).

Que «filosofia» educativa poderá, nestes finais do séc. XX, tornar tal repúdio entendível e aceitável?

Não existem (ainda ou já) as ciências humanas, na opinião da maioria dos senhores deputados? Não interessam porventura a rapazes e raparigas de doze a catorze anos? Não faltam aqueles que abandonam a escola no termo do Ensino Básico?

Ou serão as ciências humanas simplesmente perigosas para a tranquilidade individual e colectiva, na óptica dos menos senhores deputados? À luz de quê?

Para não ir mais longe, recordar Galileu e a Inquisição virá talvez a propósito.

Quanto às futuras «escolas secundárias polivalentes» — destinadas fundamentalmente àquele prolongamento de «uma formação geral unificada» tida no nosso tempo como necessidade indiscutível — a proposta governamental admitia surpreendentemente a faculdade de aí (ao invés do que se passa com as actuais «escolas preparatórias») se manterem as «designações tradicionais» e portanto o teor discriminatório entre «escola técnica» e «liceu».

Ora acontece que a Assembleia (a mesma que, no campo da formação profissional, de insurgiu — e bem — contra os esquemas alienantes e as marcas com um «estigma de inferioridade») manteve aqui não só a possibilidade dessa distinção nominal, como também a pseudo argumentação justificativa (a diversidade de disciplinas vocacionais de opção — diversidade que existiu aliás, durante muitos anos, quanto às possibilidades alíneas dos 6.º e 7.º anos nos vários liceus de Lisboa, sem que por isso os liceus tomassem designações diferentes).

Tudo se limitou, neste ponto como em tantos outros, a uma nova ordenação de frases e alíneas. O n.º 7 da Base VII passou para final do n.º 3 da Base IX.

Quanto à formação dos agentes educativos, sucede que a proposta governamental omitia pura e simplesmente a preparação pedagógica dos

Por MARIA JOSÉ HEITOR

professores universitários.

Da Base XXV, n.º 2 do texto parlamentar, consta que: «Os Institutos de Ciências da Educação poderão (sublinhado meu) organizar cursos especiais destinados à formação ou actualização pedagógica dos docentes do Ensino Superior».

A lacuna do 1.º texto era evidentemente espantosa.

Pergunta-se, no entanto, em relação ao cauteloso acrescento do 2.º.

— Será admissível o «poderão» em vez de «deverão»?

— Não continuam as experiências magistrais universitárias a desafiar diariamente os mais elementares princípios da prática pedagógica?

— Fará sentido, muito particularmente, o carácter facultativo da formação pedagógica para aqueles catedráticos que certamente irão monopolizar a preparação dos professores secundários, nos Institutos de Ciências da Educação?

A atitude crítica (subtil ou frontal) assumida por certos lentes coimbrões, por «latinistas» da Câmara Corporativa e por paradoxais «humanistas» e «puristas» da Assembleia Nacional, em relação aos «técnicos» do Ministério da Educação revestiu-se, nos últimos tempos, de um carácter público entre nós inédito.

Confrontadas as responsabilidades ao nível da produção textual de ambas as partes, talvez pudesse perguntar-se quem deverá ser o último a sorrir, se o sorriso fosse permitido quando está em causa o futuro educativo duma nação.